

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 249 • Ano12 • NCz\$15,00

BALANÇO DOS ANOS 80



ANOS DIFÍCEIS E DESAFIANTES

É difícil fazer um balanço de dez anos da história. Há muitos aspectos a serem avaliados, assim como variadas são as perspectivas que servem de referência para a análise. É muito relativo estabelecer cortes históricos por décadas; a dinâmica social não funciona por períodos definidos. Essas dificuldades não desvalorizam a importância e a oportunidade das avaliações que se fazem dos difíceis anos 80.

Não se pode negar que, nesses últimos anos, houve grandes mudanças no mundo, transformando significativamente alguns setores da sociedade. Algumas transformações ainda estão em processo e não podem ser avaliadas apressadamente. A crise dos países socialistas é exemplo claro desse tipo de mudanças. Tirar conclusões imediatas e sacar receitas salvadoras é, além de temerário, prova de superficialidade.

Na perspectiva do Terceiro Mundo, foram anos difíceis, perdidos, dirão alguns. As guerras se deslocaram das nações ricas para a periferia do mundo. Problemas do subdesenvolvimento não foram resolvidos. Ao contrário, agravaram-se. Paradoxalmente incorporaram-se aos países pobres as seqüelas do mundo chamado desenvolvido. Os países da América Latina estão mais pobres do que no final dos anos 70 e a distância entre as nações ricas e pobres ficou mais escandalosa. O clássico conceito de desenvolvimento, ligado a certo tipo de crescimento econômico, foi ultrapassado e mostrou-se insuficiente para atender aos direitos básicos dos setores populares. Os anos 80 foram marcados pela injustiça das relações originárias da ordem econômica internacional, que se concretizou especialmente com a monstruosa dívida externa dos países subdesenvolvidos, com as seqüências sociais que ela tem causado.

Houve, entretanto, avanços inegáveis. As ditaduras militares, autoritárias e violentas, foram caindo gradativamente. Iniciou-se um longo processo de transição democrática, imperfeita e viciada, mas que possibilitou inquestionavelmente um avanço na organização da sociedade civil. As eleições no Brasil são prova disso. Pela primeira vez

um operário quase é eleito presidente da República. Sua votação e a aglutinação das forças progressistas da sociedade em torno da proposta que ele representava encarnaram um compromisso popular pela democracia e um desejo concreto de mudanças.

A consolidação e a maturidade do movimento sindical, especialmente com a criação da Central Única dos Trabalhadores no Brasil e o início de uma coordenação sindical latino-americana são também sinais promissores que se consolidaram nos anos 80. Pode-se mesmo afirmar que a emergência dos movimentos populares, com suas múltiplas formas, em quase todos os países latino-americanos, foi um dos fatores mais significativos desses anos.

Outro elemento marcante foi o aprofundamento da consciência ecológica. No início dos anos 80 era encarada como preocupação dos países ricos, e não tinha ligação mais imediata com os projetos políticos e econômicos dominantes. O movimento ambiental foi ganhando consistência e surgiu como uma crítica às bases do chamado progresso econômico e à forma centralizadora do poder. Foi mais fundo e questionou a relação tradicional homem-natureza, colocando a questão em termos de partes integrantes, vivas e indispensáveis, que garantem a vida.

Nos setores das igrejas também houve avanços e retrocessos. Se é verdade que aconteceu uma certa reorganização e maior agressividade de setores tradicionais da Igreja Católica e avanço de grupos fundamentalistas e carismáticos no protestantismo, pode-se constatar a consolidação das pastorais populares. As reflexões bíblicas e teológicas que as alimentam ganharam mais abrangência e profundidade. O ecumenismo alcançou os setores populares das igrejas, ganhando novas nuances.

Tempo e Presença apresenta um conjunto muito significativo de reflexões sobre esse período difícil e desafiante, esperando que sirva de estímulo para a compreensão dos caminhos novos que nos anos 90 todos devemos construir.



Índice

Anos 80

POLÍTICA

- 5 **É PRECISO ESTAR ATENTO E FORTE**

Herbert de Souza

- 7 **FALSA DEMOCRACIA**

Hélio Bicudo

MOVIMENTO SINDICAL

- 10 **SINDICALISMO: ENFIM RESPEITADO**

Luís Flávio Rainho

CAMPO

- 14 **CAPITALISMO EM TERRA**

José Roberto Novaes

MOVIMENTO POPULAR

- 17 **NOVOS SUJEITOS HISTÓRICOS**

Frei Betto

MEIO AMBIENTE

- 18 **RECEITA (EXPLOSIVA) DE BOLO AMBIENTAL**

Liszt Vieira

CULTURA

- 21 **É PRECISO REINVENTAR A UTOPIA**

Paulo Cesar Botas

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- 23 **RISCOS DO MONOPÓLIO**

João Clodomiro do Carmo

SAÚDE

- 26 **TERMÔMETRO SOCIAL**

Maria Cecília de Souza Minayo

IGREJA CATÓLICA

- 29 **INVERNO DA IGREJA**

João Batista Libânio

PROTESTANTISMO

- 32 **AVANÇOS E TROPEÇÕES**

José Bittencourt Filho

ECUMENISMO

- 35 **A HORA E A VEZ DO POPULAR**

Julio de Santa Ana

AMÉRICA LATINA

- 38 **A TRÁGICA HERANÇA DAS DITADURAS**

Carlos Castilho

LESTE EUROPEU

- 41 **CAIU O MURO, VIVA GORBATCHÓV**

Luiz Augusto Ramalho

GUERRAS

- 43 **MUNDO GUERREIRO**

Maurício Waldman

Bíblia Hoje

- 48 **MEMÓRIA E UTOPIA**

Flávio Irala

Livros

- 51 **A DIREITA CONTINUA NO JOGO**

Rafael Soares de Oliveira



Douglas Mansur/Memória

Política

Após o resultado das eleições presidenciais, o povo deve ficar atento ao caráter de imprevisibilidade que marca o futuro imediato do país e aos riscos que podem bater à porta de cada brasileiro. O alerta é do sociólogo *Herbert de Souza*

Página 5

Trabalhadores

As greves no ABC e a criação da CUT no início da década inauguraram uma nova fase na relação capital/trabalho, analisa *Luís Flávio Rainho*.

Já no campo o desenvolvimento do capitalismo foi mais traumático porque consolidou a figura do assalariado, interpreta *José Roberto Novaes*

Páginas 10 e 14



Jesus Carlos/Fóton

Igrejas

O teólogo católico *João Batista Libânio* considera os anos 80 os menos brilhantes para a Igreja Católica. No protestantismo houve avanços, mas também muitos tropeços, segundo avaliação do pastor presbiteriano *José Bittencourt Filho*. O ecumenismo deu vez e voz ao povo, constata *Julio de Santa Ana*

Páginas 29, 32 e 35

tempo e presença

Revista Mensal
do CEDI

Janeiro/Fevereiro 90

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (021) 205-5197
Telex: 021 37892 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
01238 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR

Conselho Editorial

Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
Heloisa de Souza Martins
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor

Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente e
Jornalista Responsável
Edmilson Zanetti
MTb 15.192

Editor de Arte e
Secretário de Redação
Flávio Irala

Diagramação e
Secretaria Gráfica

Marta Cerqueira Leite Guerra

Digitação

Márcia Marisa Veloso
Rosely Ramos Cruz de Santana

Paginação

Alfredo Salvador Vieira Coelho

Revisão

Rosana de Lima Soares

Capa

Luiz Rodolfo Trimano

Fotolito

Donizete

Impressão e Acabamento
Gráfica Pirâmide

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso:
NCz\$ 15,00

Assinatura anual:
NCz\$ 150,00

Assinatura de apoio:
NCz\$ 200,00

Assinatura/Exterior:
US\$ 30

Preços válidos até 31 de março

O Serviço Paz e Justiça no Panamá quer manifestar seu repúdio à invasão militar de que tem sido alvo o povo panamenho por parte do exército dos EUA, o que já provocou a morte de milhares de inocentes. Denunciamos ao mundo esta injusta e desumana agressão de que somos vítimas e que ameaça a paz de toda América Central. Denunciamos também quem pretende governar este país, amparado pelos EUA e à custa do derramamento de sangue de milhares de panamenhos. Pedimos urgentemente a solidariedade de todos para com o povo panamenho, para que cesse a agressão militar dos EUA. Que sejam feitos protestos em frente à embaixada americana em seu país. Necessitamos de medicamentos, alimentos e todo tipo de ajuda possível para os refugiados.

**Serviço Paz e Justiça
Panamá**

Um ano novo rico em novidades e boas novas. Continuem na sua caminhada de publicar a verdade, procurando mostrar ao mundo um caminho para a liberdade sem ter medo de ser feliz.

**Dom Almir dos Santos
Brasília, DF**

Agradeço pelas excelentes matérias tratadas nos números de 1989. A oportunidade e profundidade dos temas discutidos dispensam comentários. Enriqueceu-se sem refletiu sobre os mesmos.

Desejo que a nova década que desponta represente um avanço nesta modalidade de comunicação da verdade do Senhor, voltada à realidade em que vive o homem de hoje.

**Reverendo Oscar Pugsley
Ponta Grossa, PR**

Parabéns por *Tempo e Presença*, que me edificou bastante neste primeiro ano como assinante. É animador saber que não estamos sozinhos neste compromisso de, aqui e agora, de forma consciente e sincera, divulgar e resgatar os valores do Reino de Deus, mesmo enfrentando as sempre mesmas barreiras do preconceito, do modismo etc., não só dos cristãos "nominais" mas também daqueles que professam Jesus

mas, infelizmente, só acreditam em mudanças (justiça, por exemplo) quando chegar "o novo céu e a nova terra". Como os valores resgatados, a justiça pode começar aqui (e, então, "no novo céu e na nova terra" será por inteiro). O tempo de se fazer presença é agora. Cada cristão fazendo sua parte, garantindo o sal e a luz tão necessários nesses tempos do fim.

Como *Kerigma*, a revista cristã de cuja equipe participo, nosso compromisso deve ser com a verdade, principalmente a verdade maior: Jesus Cristo. Queridos, vamos "kerigmatar" (proclamar) sempre. Um ano novo cheio de oportunidades para o Reino.

**Rute Araújo
São Paulo, SP**

Tenho acompanhado diversos números dessa revista. A linha editorial chamou minha atenção. É difícil encontrarmos publicações de assuntos ligados à sociedade, meio ambiente, movimentos populares, direitos humanos com tanta profundidade e numa visão crítica como *Tempo e Presença*. Sem dúvida a revista é muito boa, principalmente pa-

ra quem acompanha esses temas enfocados nas edições.

**Ormano Queiroz de Souza
Santarém, PA**

Em seus artigos versando sobre questões sociais, políticas, econômicas, teológicas e seus desdobramentos, a revista tem nos ajudado a crescer e aprofundar a reflexão sobre nossa realidade.

**Valmor Guerreiro do Amaral
Presidente da Federação das
Sociedades Metodistas de Jovens**

Li atentamente o número de *Tempo e Presença* enfocando o tema de violência. Quero parabenizá-los pela qualidade da revista, boa escolha de temas e profundidade com que são tratados.

**Fernando Rodrigues
Petrópolis, RJ**

Erramos

Na edição anterior de *Tempo e Presença*, número 248, foi omitido o nome da autora da resenha publicada na página 35. O texto é de Christine Born, documentalista, integrante do Programa de Assessoria à Pastoral, do CEDI.

PUBLICAÇÕES DO CEDI

MOVIMENTO OPERÁRIO

Italianos e movimento operário	NCz\$ 94,00
Trabalhadores urbanos no Brasil 82/84	NCz\$ 200,00
História dos metalúrgicos de São Caetano	NCz\$ 80,00
Imagens da luta — livro de fotos	NCz\$ 580,00
De Angra a Aramar	NCz\$ 93,00
Debate Sindical n.º 8 — Dívida externa	NCz\$ 39,00
Debate Sindical n.º 9 — A nova constituinte	NCz\$ 39,00

POVOS INDÍGENAS

Povos Indígenas no Brasil 83	NCz\$ 120,00
Povos Indígenas no Brasil 84	NCz\$ 170,00
Povos Indígenas no Brasil 85/86	NCz\$ 400,00
Vol. 3 — Amapá/Norte do Pará	NCz\$ 240,00
Vol. 5 — Javari	NCz\$ 160,00
Vol. 8 — Tocantins	NCz\$ 230,00
Roraima: o aviso da morte	NCz\$ 64,00

Faça seu pedido através de *cheque nominal* para o CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo, SP ou por *vale postal* para agência do correio 403911, Santa Cecília, SP

É PRECISO ESTAR ATENTO E FORTE

Apesar de Figueiredo, Sarney e Collor, a sociedade civil, os movimentos e os partidos avançaram na direção da democratização como ninguém viu antes

Herbert de Souza

Adécada começou ainda tendo que aguentar o general Figueiredo no poder. De 1979 a 1983 tivemos que conviver com o desenvolvimento do processo democrático e a sobrevivência do autoritarismo em nível do Executivo federal, ainda senhor absoluto do Estado apesar de quase ignorado pela sociedade. Figueiredo terminou seu período pedindo à sociedade que o esquecesse. A alternância no poder se deu através de negociações entre a ditadura e o Congresso e se realizou de forma dramática com a escolha e a morte de Tancredo na porta do poder que tanto aspirou durante toda sua vida. Sarney é colocado no cenário e nele fica durante cinco anos para desgraça do país e felicidade de uns poucos que do poder se serviram como nunca. A transição famosa por nunca acabar foi, no entanto, movida a diretas-já, cuja importância reside no fato de ser a primeira grande mobilização de massas de alcance nacional que recoloca o povo nas ruas e a repressão no seu lugar, ou pelo menos no limite do tolerável.

O período Sarney foi um dos desgovernos mais prolongados da história brasileira, caracterizado pela produção da crise social mais profunda, pelo agravamento da crise econômica, por todas as tentativas de conti-



Douglas Mansur/Memória



Jesús Cárlos/Foliot

Os anos 80 deixam como saldo positivo o reencontro com a democracia, ainda que relativa, e um desafio: garantir o que foi conquistado

nuísmo e de desmoralização do processo de democratização em curso na sociedade. Em cinco anos consegue enviar para o sistema financeiro mundial mais de 56 bilhões de dólares a título de juros e amortizações da dívida externa, enquanto aprofunda a falência do sistema público de ensino, saúde, habitação e saneamento. Movido pela ideologia do fim da ideologia, pelo neoliberalismo e pela obsessão pela privatização a qualquer custo, o governo Sarney só não acabou com o país porque o Brasil é maior que a crise — mas a verdade é que ele tudo fez para que após ele só sobrasse a lembrança de sua obra destruidora. Quase conseguiu, ao se transformar no maior eleitor de Fernando Collor de Mello. Quem viaja hoje de norte a sul do país pelas rodovias federais pode ter uma imagem concreta da obra desse governo.

Mas ao lado disso a sociedade civil organizada, os movimentos sociais, os partidos políticos, avançaram no sentido da democratização como nunca havíamos visto até agora. Durante os dois últimos anos participamos do processo constituinte. Milhões de pessoas discutiram a institucionalização do Estado, a democratização do poder e da sociedade e as grandes questões nacionais e internacionais. O Brasil realizou um

grande seminário e ao final se votou uma Constituição que tem falhas graves, como na questão agrária, mas tem também muitas conquistas no plano dos direitos sociais, das liberdades individuais e, principalmente, no plano político com o fim do poder absoluto do Executivo federal e a restauração da função e dos poderes do Legislativo em todos os níveis. A nova Constituição é uma obra a ser ainda acabada, aperfeiçoada, mas é uma pedra fundamental na construção de uma sociedade mais democrática.

E dessa forma chegamos às eleições presidenciais de 1989 com a energia de um movimento de democratização que havia tomado impulso nas diretas-já, se desenvolvido no processo constituinte e que agora chegava à reta final para recuperar a cidadania perdida pelo golpe militar de 1964.

Estamos ainda vivendo os ecos de um dos momentos mais impressionantes de nossa vida política, quando um líder operário quase se elegeu presidente da República da oitava economia capitalista, caracterizada por uma classe dominante elitista, autoritária e intolerante.

A lembrança das grandes mobilizações de massa, do entusiasmo produzido pelo processo de discussão dos grandes problemas nacionais,

dos lances de golpe, de manipulação da mídia, de candidaturas tiradas de algumas cartolas, do baixo nível transformado em tática eleitoral ainda está diante de nossos olhos como que insistindo em permanecer no presente, recusando-se a ser passado, a passar para o tempo do passado.

No segundo turno a vitória de Collor é também a vitória de Lula. O Brasil dividido ao meio tem duas metades feitas de duas realidades: Collor como o casamento dramático do senhor e do escravo reproduzido pelo atraso político e a dominação ideológica. Com os votos do interior, de setores marginalizados da população e com o apoio massivo dos setores dirigentes e dominantes do país, Collor é uma metade.

Lula ao final somou o eleitorado politizado das grandes cidades, da classe média, dos trabalhadores e dos movimentos populares organizados, da militância política e também de muitos setores das camadas pobres que optaram por ele. A metade de Collor não soube nem festejar a vitória. A metade de Lula sabe que ainda tem muito que fazer e que cantar, porque essa luta continua e a responsabilidade pela democratização do país cabe principalmente a quem tem um compromisso histórico com a construção de uma sociedade fundada nos princípios da igualdade, da diversidade, da liberdade, através da participação de todos e em todos os momentos. Lula encarnou a luta pela democracia, é a metade do futuro.

A década termina com um grande desafio — o de garantir o que conquistamos até agora — e já começa com um novo: as eleições de novembro de 1990, quando serão eleitos os novos governadores e o novo Congresso Nacional. Sendo Collor quem é, e que na verdade quase ninguém sabe, é fundamental estar consciente do caráter de imprevisibilidade que marca o nosso futuro imediato e, portanto, dos riscos que podem estar a nossa porta neste ano que apenas começa mas que já desponta como daqueles para ficar na história.

Herbert de Souza, sociólogo, é diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

FALSA DEMOCRACIA



Apesar da reconquista e realização das eleições diretas para presidente o Brasil vive uma falsa democracia, porque ainda mantém privilégios

Hélio Bicudo

O governo dos generais, imposição da ideologia da segurança nacional, começava, no início da década de 80, a dar sinais inequívocos de exaustão. Caminhávamos para um princípio de liberalização. Repon-tava, sobretudo na imprensa, um clima propício à veiculação da verdade nos vários domínios da administração.

Nesse período sobreleva notar o grande movimento das diretas-já, que conseguiu mobilizar importantes setores da população no pleito pela realização de eleições diretas para a Presidência da República. Ao invés, porém, tivemos o Colégio Eleitoral, a eleição de Tancredo Neves/José Sarney e a posse deste último, em decorrência do falecimento do primeiro.

As eleições indiretas foram resultado de uma manipulação da vontade

de popular, claramente expressa nas ruas, qualificando mais uma frustração a que se submetia um povo marcado pela opressão exercida pelas classes dominantes representadas pelas chamadas elites políticas.

Com a morte de Tancredo Neves, desprezando-se o disposto no texto constitucional então vigente que ordenava, na hipótese de vacância da Presidência, a assunção do presidente do Congresso Nacional — ao qual incumbia a convocação de novas eleições — empossou-se na curul presidencial, ao arripio da Lei Maior, o vice presidente José Sarney.

Isto aconteceu porque o então presidente do Congresso Nacional, deputado Ulysses Guimarães, teria de assumir a presidência e convocar eleições. Que eleições? Indiretas, como ditava o texto constitucional, ou diretas mediante a alteração dos dispositivos

que disciplinavam a matéria? Em uma ou outra hipótese, ao presidente do Congresso não era possível a disputa da Presidência. Preferiu-se, então, o golpe branco, entregando-se a Presidência a alguém que não estava preparado para exercer o poder.

Como consequência, ainda, de se manter o poder nas mãos das classes dominantes, instituiu-se a Aliança Democrática, que revivia o pacto anterior, entre militares e empresários, para que o poder não lhes escapasse das mãos. O que interessava era a manutenção do *status quo*.

Foi com esse espírito que se esqueceram as bandeiras desfraldadas pelo PMDB, que buscavam a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte capaz de redesenhar o país e encaminhá-lo para um novo destino, com mudanças estruturais capazes de reverter um sistema político viciado em privilegiar as minorias em detrimento das majorias empobrecidas e vilipendiadas.

O Congresso Constituinte convocado pelo já presidente José Sarney continha em si o germe do que seria o novo texto básico: fundamentalmente conservador, como veio a ser.

Tivemos, nesse entretanto, a edição do Plano Cruzado, o qual, se

TRABALHADORES CRIAM SEU PARTIDO



Cibele Aragão

poderia ter alguma importância do ponto de vista do combate à inflação e à retomada do desenvolvimento — paralisado a partir do início dos anos 80 — foi, ao contrário, largamente utilizado, com resultado até surpreendente, nas eleições de 1986, quando o PMDB elegeu, maciçamente, governadores, senadores e deputados federais e estaduais.

Todos estão lembrados do verdadeiro estelionato que se completou no dia seguinte às eleições de 1986, quando foi abolido o congelamento de preços e estes saltaram aos níveis mais altos, pegando todo o povo de surpresa.

O processo constituinte desenvolveu-se até 5 de outubro de 1988, quando foi promulgado o texto ora vigente.

Não obstante os obstáculos postos pelas forças conservadoras, alguns avanços foram obtidos, de importância significativa na questão da participação popular no processo legislativo e, bem assim, no aspecto das conquistas dos direitos individuais e coletivos. Vale a pena assinalar, no primeiro caso, as petições que encerram projetos de leis e os recursos novos de que se armam as pessoas e as entidades da sociedade civil para defesa de seus direitos fundamentais: ampliação do mandato de segurança e instituição do mandado de injunção e do *habeas data*; no segundo caso, proibição da prisão a não ser em flagrante delito ou por ordem do juiz, ampliação da licença-maternidade e instituição da licença-paternidade, redução da carga horária a que se submetem os trabalhadores etc.

Os comícios da campanha de Lula, sempre lotados: provas definitivas do respeito que o PT conquistou em dez anos de vida

Por outro lado, convém ressaltar que o preâmbulo da Constituição impõe os limites da interpretação de seus dispositivos, todos voltados à construção de uma sociedade nova, sem explorados e sem exploradores, o que não pode ser esquecido como orientação na linha da mais ágil aplicação de seu conteúdo, sem a espera por tempo indeterminado de leis complementares, na sua grande maioria dispensáveis para a execução imediata da vontade da lei.

No campo da política partidária, os acontecimentos mais importantes dos anos 80 no Brasil foram o fim do bipartidarismo e, com ele, a criação do Partido dos Trabalhadores. A travessia do PT na década se constitui praticamente num fenômeno, se consideradas as formas tradicionais de sobrevivência de um partido: com uma proposta original e limpa, enfrentando todo tipo de conservadorismo, o PT conquistou respeito definitivo ao conduzir seu candidato a presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, à distância de 4 milhões de votos do Palácio do Planalto.

O próprio Lula não acreditava que, em menos de dez anos, o PT iria tão longe. Não imaginava chegar onde chegou tão rapidamente quando, durante um congresso de trabalhadores em empresas de petróleo, em julho de 1978, em Salvador, lançou pela primeira vez a idéia de um partido dos trabalhadores. Um ano e meio depois, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, 101 assinaturas selavam a fundação e o destino do partido.

O restante da história é feito de muita luta e grandes conquistas, como a eleição, em 1986, de dezesseis deputados constituintes e, em 1988, de 35 prefeitos em todo o país, três deles em capitais econômica e politicamente importantes: São Paulo, Vitória e Porto Alegre.

Sob o clima do descalabro econômico e financeiro que desabava sobre as camadas mais pobres, realizaram-se as eleições de 1988, permitindo fossem eleitos candidatos engajados nas lutas populares para prefeituras de grandes cidades, como São Paulo, Porto Alegre, Vitória, para citar apenas as capitais.

Tendo em vista o pleito para a Presidência da República, desenvolveram-se pressões, da mais variada espécie, na intenção de desqualifi-



Lula Marques/Ag. Folhas

A Aliança Democrática de Ulysses deu o tom dos debates, a despeito das necessidades do povo, bem representado por deputados como Lula



Cecília Marton

DIRETAS-JÁ MOBILIZOU 6 MILHÕES

O período de maior efervescência política nos anos 80 — maior até que o da campanha presidencial no ano passado — foi o que abrigou a campanha pelas diretas-já, manifestação de civismo sem precedentes na história política do país.

A campanha começou oficialmente com uma mobilização popular suprapartidária, em frente ao Estádio do Pacaembu, em São Paulo, no dia 27 de novembro de 1983, a qual compareceram 15 mil pessoas. Até a votação da emenda Dante de Oliveira, em 25 de abril de 1984, que propunha o restabelecimento de eleições diretas para presidente, nada menos

que 6 milhões de pessoas foram às ruas movidas pela emoção espontânea de reivindicar mudanças políticas e econômicas imediatas.

Mas a ausência no plenário do Congresso de deputados malufistas e andreazzistas impossibilitou quórum para votar.

Este período de participação popular ampliada durou pouco. A política institucional voltou logo a ser conduzida nos bastidores. A sucessão do então presidente João Batista Figueiredo percorreu o rumo desejado pelos conservadores: eleição indireta, através do Colégio Eleitoral, de Tancredo Neves e José Sarney... O resto da história todos conhecem.

Campanha pelas diretas-já: desejo de 6 milhões de pessoas, manifestado nas ruas, foi frustrado pelo poder do voto de dezenas de deputados malufistas

carem-se as administrações populares, para enfatizar uma personalidade que surgia no cenário político sob a emblemática da moralização da administração pública.

Não vale, neste espaço, discutir-se o que foi a campanha eleitoral do ano passado, comandada pela mídia eletrônica, a qual, em grande parte, veiculando mentiras, caluniando e injuriando conseguiu a vitória de um pseudo "caçador de marajás". Obtendo uma vitória descolo-

rida segundo essas condições, logo em seguida se dispõe a um périplo turístico de fazer inveja a qualquer marajá: os jornais falam no desperdício de mais de 350 mil dólares, quantia cujas origens são ignoradas e que não pode ser considerada um presente, mesmo porque um presidente da República não recebe "presentes".

Democracia falsificada, porque ainda da minoria, não se pode ter esperanças em mudanças que possam

transformar o Brasil em uma democracia, porque, na verdade, não bastam eleições, mas é preciso que essas eleições sejam resguardadas pela transparência das campanhas, sem a mentira e sem o peso do poder econômico, para que se possam dizer fruto de uma manifestação democrática, no rumo da democracia.

Enquanto houver manipulação e manipulação consentida — porque a Justiça Eleitoral permaneceu de braços cruzados diante de claras infrações da lei — não se pode falar em Estado de Direito e o Brasil continuará na condição de "republicaneta" do Terceiro Mundo, porque suas instituições, por si, tão frágeis, não conseguem indicar os verdadeiros rumos a serem tomados para atendimento dos interesses legítimos da Nação como um todo.

Sem obediência à lei não há que falar em Estado de Direito e, muito menos, em democracia. É por causa do "ora, a lei", afirmado por um ditador, que se subverteram os nossos costumes políticos e encontramos, até hoje, dificuldades e tropeçamos na caminhada para libertação do povo.

Hélio Bicudo, jornalista e advogado, é secretário licenciado dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo.

CONSTITUINTE DEIXOU MUITO A DESEJAR

Aspiração do início dos anos 70, a nova Constituição brasileira só se tornou realidade em 1988. Menos avançada do que esperavam partidos e segmentos progressistas, mas também menos conservadora do que desejavam setores direitistas da sociedade, a nova Carta representa esperanças de dias melhores. Para isso, basta que seja respeitada e cumprida.

Instalada no dia 1º de fevereiro de 1987, a Constituinte só concluiria seus trabalhos e promulgaria o novo texto quase dois anos depois, no dia 5 de outubro de 1988. São seus autores 559 parlamentares: 487 deputados federais e 72

senadores, 23 dos quais remanescentes das eleições de 1982.

A participação do povo no processo foi grande mas insuficiente para garantir que prioridades da agenda política fossem determinadas por ele. A Aliança Democrática (PMDB-PFL) deu o tom dos debates. Na votação de temas de interesse político dirigidos, como a duração do mandato do presidente Sarney, por exemplo, a nação assistiu aos mais deslavados exercícios de mercenarismo: integrantes do "centrão" definiam seu voto em troca de concessões para explorar canais de TV, generosamente oferecidos pelo staff de Sarney.



SINDICALISMO *ENFIM, RESPEITADO*

Luís Flávio Rainho

Com as greves do ABC e a criação da CUT, o movimento sindical inaugurou nova fase na relação capital/trabalho e conquistou respeito

CUT ROMPE COM SINDICALISMO OFICIAL

Nos anos 80, o movimento sindical conquistou espaço e respeitabilidade em nossa sociedade jamais vistos anteriormente. Órgãos de comunicação, empresários e governo diariamente a ele se referem. As relações entre capital e trabalho, no Brasil atual, não podem ser consideradas como sendo as mesmas de poucos anos atrás. Elas sofreram profundas alterações. Temas e problemas até recentemente ignorados são discutidos abertamente pelos trabalhadores.

A nova Constituição, embora mantenha a unicidade sindical, registra significativas vitórias obtidas pelos trabalhadores. É curioso notar que um ex-dirigente sindical, nascido e projetado a partir dos movimentos que se cristalizaram nos anos 80, tornou-se candidato à Presidência da República. Até chegar a este ponto, muitas águas rolaram.

O começo — A classe operária formou-se no Brasil — país de industrialização tardia e de economia dependente — com base nos imigrantes. Depois, nos migrantes e, mais recentemente, nos seus filhos.

Inspiradas por ideais libertários trazidos pelos imigrantes, até 1930 as organizações sindicais foram livres do Estado e atuavam como instrumentos representativos dos trabalhadores.

Com a “Revolução de 30”, Getúlio Vargas criou o “sindicalismo oficial”, impondo o verticalismo e o corporativismo sindical, tornando-o instrumento de colaboração com o Estado — tudo isso feito sob inspiração da “Carta do Trabalho” do fascismo de Mussolini.

A partir daí, e durante as décadas seguintes, o sindicalismo brasileiro careceria de autonomia e liberdade, formalmente explicitadas através da não ratificação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, até os dias atuais, por parte do governo brasileiro.

O regime populista (1945-1964), embora concedesse alguma autonomia, cooptou o sindicalismo, razão pela qual não foi levada a efeito, em contrapartida, uma ação que o conduzisse à necessária liberdade.

A ditadura militar de 64, além de manter a legislação vigente des-

Em 1983, o movimento sindical definiu-se ideologicamente, com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), aglutinando setores classistas e combativos, o que levou, em seguida, pelegos e reformistas a se agruparem no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

A criação da CUT representou o marco de rompimento com o “sindicalismo oficial” imposto por Getúlio Vargas, que proíbe a organização intersindical, introduzindo nova concepção e prática sindicais diferentes das existentes até então.

Nascida do interior do próprio movimento sindical e dos trabalhadores, a CUT se propõe a construir um sindicalismo de massas, autônomo, livre, democrático e classista.

A realização dessa concepção não se esgota apenas no enunciado desses princípios mas aponta, também, a construção de uma nova sociedade sem exploração, socialista e democrática.

Essa concepção cutista não está “pronta” e nem inteiramente concretizada. No entanto é a CUT, hoje, que encarna essas formulações.

A CGT, também resultado do processo iniciado em 1978, preserva uma feição conservadora, com comportamento defensivo. Mantém-se mais através (e na defesa)

da estrutura sindical oficial do que da execução de uma concepção e prática sindicais de rupturas. No entanto, com o surgimento do chamado “sindicalismo de resultados”, com sua vitória no 2º Congresso e com o apoio a Fernando Collor de Mello, presidente eleito, a CGT aponta para a implementação de um projeto político e ideológico definido, de caráter neopelego, neoliberal e de modernidade conservadora.

Vera Jursys/Fóton



de 30, “aperfeiçoou-a” do seu ponto de vista: reprimiu duramente o movimento sindical; impôs a Lei de Greve que, na prática, impedia sua realização; criou o FGTS, que acabou com a estabilidade no emprego, e transformou o sindicato em um órgão eminentemente assistencialista, visto que dele foi retirado o direito de negociar salários.

Mas, apesar disso, os trabalhadores — dentro e fora das fábricas — continuaram resistindo. E eis que, a partir de 1978, na região mais industrializada do país — o ABC paulista — onde as contradições entre capital e trabalho aparecem de forma mais explícita, eles ressurgem no cenário nacional com manifestações e reivindicações próprias que iriam repercutir em toda vida da nação.

Greve dos 41 dias — A greve dos 41 dias, em 1980, não foi apenas um conflito das relações entre capital e trabalho; foi uma “guerra” da ditadura militar contra os trabalhadores. A cidade foi transformada em um “campo de batalha”, cer-

cada militarmente, na desesperada tentativa da ditadura de “varrer” as resistências ali localizadas que se frutificavam como exemplo e símbolo por todo país.

A inserção exponencial dos trabalhadores no cenário político nacional faria com que eles se tornassem um dos principais atores nas lutas e no processo de redemocratização em curso.

A greve de 1980 serviria também como marco definidor de posições e projetos, na reorganização dos partidos políticos e nos instrumentos do movimento sindical.

Nasce o PT — Como resultado da organização dos movimentos populares e da consciência da necessidade de participação partidária dos trabalhadores através de seus próprios canais, funda-se o Partido dos Trabalhadores (PT), revelador das disposições de participação ativa e direta, entre outros, dos dirigentes sindicais na vida política do país.

O PT surgiu como resultado direto do avanço do movimento sindical e, hoje, representa um instrumento

A criação da CUT, em 1983, marcou a opção ideológica do movimento sindical e o rompimento com o sindicalismo oficial imposto por Getúlio Vargas

de transformação da sociedade, para o qual somente o sindicalismo não é capaz de dar resposta.

Vereadores, deputados e prefeitos, atualmente no exercício de seus cargos, são oriundos do movimento sindical. Luis Inácio Lula da Silva, ex-torneiro mecânico e dirigente sindical mais importante do sindicalismo classista e combativo, tornou-se o primeiro candidato operário à Presidência da República, disputando as eleições não apenas de forma figurativa — para marcar posição — mas de igual para igual contra as forças conservadoras do país.

Formação e comunicação — A ditadura militar ceifou os quadros políticos do movimento social e impediu a formação de outros. O fato do sindicalismo classista e combativo ter nascido no seio dos próprios trabalhadores, isento de organiza-

ções externas a eles, levou muitos de seus dirigentes a acreditarem que somente o conhecimento vulgar ou empírico esgotava a compreensão da realidade.

Mas seria a própria “escola da vida”, com razão sempre tão valorizada por eles, que iria também mostrar que, sem abdicar do conhecimento que até então lhes era acessível, teriam que passar a utilizar do saber já produzido e sistematizado através do conhecimento científico.

A partir daí, multiplicaram-se as solicitações de formação, realizada inicialmente através dos centros de formação e educação popular e, posteriormente, pelas “escolas” que hoje encontram-se implantadas em todo o país e das quais o Instituto Cajamar, em São Paulo, constitui iniciativa pioneira.

O movimento sindical foi também, aos poucos, criando seus próprios meios de comunicação, consciente da necessidade de se contrapor às informações frequentemente

adversas a ele veiculadas pelos órgãos de comunicação.

Inicialmente, os “boletins” impressos distribuídos nas portas das fábricas, juntamente com a fala de dirigentes e ativistas que ecoavam de carros, munidos de equipamentos de som. Depois, vieram os jornais, tablóides e revistas. Além destes, são utilizados cartazes, livretos com histórias em quadrinhos, agendas e calendários. Hoje, a imprensa sindical edita milhões de exemplares dos mais variados tipos de publicações.

Com a automação da sociedade, o vídeo passou a ser utilizado. Foi criada a TV dos Trabalhadores (TVT), com equipamentos e equipe técnica próprios. Programas de rádio dos sindicatos começaram a ser produzidos e um canal para instalação de uma emissora radiofônica foi requerido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo ao Ministério das Comunicações.

Movimentos alternativos — Em um país onde 40 milhões de brasileiros vivem em estado de miséria absoluta, até pouco tempo certos temas eram considerados, no movimento sindical, como não “prioritários”, do “futuro” ou “coisas de países desenvolvidos”.

Todavia, o caráter dependente de nossa economia; a exploração predatória de nossa natureza; o interesse internacional pela Amazônia; a luta dos povos das florestas e de outros segmentos considerados como minoritários da sociedade fizeram com que ecologia, mulheres, negros, homossexuais passassem a ser temas discutidos cotidianamente; o movimento sindical, não só por sentir o reflexo desse debate no seu interior, mas também por seu relacionamento com a sociedade, abriu espaço à abordagem desses temas.

Salto de qualidade — Na passagem da ditadura militar para o governo civil, sai vitorioso o projeto da “transição” através da eleição indireta do presidente da República no Colégio Eleitoral, e não da ruptura com o regime anterior, simbolizada pela campanha das diretas-já.

Participando intensamente da campanha, o movimento sindical classista e combativo viu-se diante da necessidade de alterar suas táticas em

O direito à licença-maternidade, de 120 dias, é uma das grandes conquistas na Constituição, que beneficiou a família do trabalhador



Jesus Carlos/Frôdon

CONSTITUIÇÃO TRAZ AVANÇOS

Como fruto da atuação organizada dentro e fora do Congresso Constituinte, os trabalhadores obtiveram importantes conquistas na nova Constituição, sobretudo se considerarmos que a referência que tinham era a do golpe de 64, que aboliu ou congelou a aplicação da maior parte dos seus direitos.

Do ponto de vista social, registrem-se a redução da jornada de trabalho; licença-paternidade; licença-gestante; turno de revezamento; remuneração da hora-extra; remuneração das férias; aviso prévio; automação; trabalho doméstico etc.

Com respeito a sua organização, embora tenha sido mantida a unicidade sindical, o verticalismo e o sistema contributivo obrigatório, houve significativo avanço ao proibir qualquer possibilidade de ingerência estatal na vida sindical (autonomia plena frente ao Estado).

CLASSE MÉDIA VAI AO SINDICATO

Durante os anos 80, ocorreu um processo maciço de sindicalização de categorias profissionais da classe média, representado principalmente por setores de serviços e do funcionalismo público. Os primeiros, com uma participação importante em decorrência do crescimento do setor terciário da economia nos últimos anos; os segundos, igualmente, por ser o Estado o maior empregador no país e por terem obtido conquistas de caráter histórico com a nova Constituição.

No campo, devido à estrutura agrária arcaica e medieval e à política agrícola desenvolvida pelo governo nas últimas décadas, aliada à ação repressora e violenta dos latifundiários, os trabalhadores rurais realizaram uma atuação sindical que

vista das formas sutis de dominação impostas pela "nova República". Era necessário também que, além das lutas de resistência, os trabalhadores passassem a contemplar as táticas de construção estratégica do movimento sindical.

No entanto, esse processo é extremamente difícil e complexo. Primeiro, devido à permanente queda do poder aquisitivo dos trabalhadores; depois, pela restrita expansão do mercado de trabalho durante essa década, conforme comprovam estudos do Dieese. Por estas razões, o movimento sindical viu-se quase que diariamente diante da necessidade de dar respostas às políticas econômicas recessivas do governo postas em prática na "nova República", principalmente através de planos de impacto (Cruzado e outros); viu-se ainda obrigado a lutar pela obtenção de resultados que respondessem aos anseios imediatos dos trabalhadores e a fazer uso frequente da greve como instrumento fundamental de luta (nos anos 80 foram realizadas três greves gerais; o plano verão provocou o maior número de greves isoladas da história do país).



Jesus Carlos/Folun

cresceu vertiginosamente nos anos 80. Esses trabalhadores incorporaram, com o processo de penetração do capitalismo no campo, bandeiras de luta e reivindicações do sindicalismo urbano e, com esse, desenvolveram-se muitas lutas e campanhas unificadas.

A situação econômica, condicionada pela dívida externa, impede qualquer perspectiva de estabilização; não permite aos trabalhadores assegurar conquistas já obtidas ou que venham a surgir. Por outro lado, o movimento sindical não possui força para impor as transformações estruturais que se fazem necessárias.

Desta forma, o movimento sindical classista e combativo encerrou os anos 80 vivendo o dilema da necessidade imperativa de dar um salto de qualidade. Esse salto significa transformar a CUT numa central que seja direção e não referência dos trabalhadores; que seja central de conquistas e não de respostas; e que não tenha como principal tática para enfrentar as conjunturas desfavoráveis apenas o grevismo.

Para que esse salto de qualidade se dê, é preciso avançar na formulação de concepções e prática, na elaboração teórica do movimento, na sua formação política e nos seus objetivos estratégicos. Isso significa conquistar autonomia e liberdade sindical; pôr fim ao corporativismo; obter auto-sustentação financeira; contratação coletiva do trabalho, através de negociações livres, diretas e

articuladas, sem intermediação do Estado; organização sindical nos locais de trabalho; implantação da estrutura sindical vertical e horizontal, entre outras questões mais relevantes.

Transformações — Passamos por um momento de profunda transformação mundial, caracterizada por alguns estudiosos como sendo o de ingresso em uma "nova era" para a humanidade.

De um lado, temos o aprofundamento da internacionalização da economia, com a unificação da Europa em 92, e os pólos econômicos representados pelo Japão e ilhas adjacentes e EUA e Canadá; as "revoluções" tecnológica, biotecnológica, eletrônica, energética e de novos materiais. De outro lado, vemos a "crise" do socialismo real que altera a situação interna desses países e afeta também as relações internacionais.

Este quadro faz com que tenhamos que pensar o movimento sindical de tal forma que seja contemplada essa nova situação mundial, tendo em vista que o Brasil faça parte do concerto das nações do mundo capitalista. Isso provoca em nós repercussões diretas desses acontecimentos em nível internacional, seja do ponto de vista do desenvolvimento econômico, tecnológico, organizacional, da nova divisão do trabalho, mas, também, teórico e político.

Luís Flávio Rainho, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), integrante do CEDI e do Instituto Cajamar e autor de livros sobre sindicalismo.

Movidos pela necessidade de resposta à política de arrocho, os trabalhadores desencadearam nos anos 80 um processo de sindicalização em massa

CAPITALISMO EM TERRA

O desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura acelerou o processo de proletarização no campo e consolidou a figura do assalariado

José Roberto Novaes



João Roberto Ripper/Memória

A expansão capitalista da agricultura brasileira se processou sobre forte influência das crises conjunturais do mercado internacional de alimentos, provocadas por intempé-rias da natureza e guerras nos principais centros de produção, e pela crise energética. Este quadro de crise ampliou as reservas financeiras no mercado internacional, tornando os recursos mais acessíveis aos países que frequentemente solicitavam empréstimos.

Assim, o Brasil teve condições de atrair parte significativa dos recursos disponíveis naquele mercado para aplicação na agricultura, dotando-a de melhores índices de produtividade, condições de concorrência com outros países exportadores de alimentos para o mercado internacional e oportunidade de encontrar alternativas para solucionar parte da crise energética (no mercado interno).

O Estado, frente a tais condições, possibilitou, através de programas de incentivos fiscais e de política agrícola subsidiada, o desenvolvimento da agricultura brasileira. Criou con-

dições propícias para atração dos investimentos de grandes grupos econômicos no setor agrícola.

Dessa forma, estoques significativos de terra passaram a ser controlados por grandes grupos econômicos como reserva de valor, como forma de acesso e controle aos recursos minerais e florestais, ou mesmo para o desenvolvimento de projetos específicos e de colonização.

Paralelamente ao processo de integração da fronteira intensificava-se, em outras regiões, o de substituição de culturas, de uma nova divisão regional da produção e de transformações da base técnica de produção, preferencialmente das atividades econômicas destinadas à exportação. Os grandes investimentos na agricultura consolidam o chamado "complexo agroindustrial".

Os mesmos grupos econômicos que aplicavam produtivamente seu capital em setores da agricultura para modernizar a produção, para intensificar (muitas vezes de forma predatória) a exploração extrativista utilizavam-se, também, dos recursos



João Roberto Ripper/Memória

O pequeno produtor, acuada pela dinâmica do capitalismo, foi esquecido pelo governo, que optou por subsidiar grandes grupos

SEM-TERRA PROCURA SUA IDENTIDADE

O modelo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira não pode ser entendido exclusivamente pela dinâmica do capital. É condicionado, também, pela de classe.

Nos anos 80, um grande contingente de trabalhadores já expulsos de terras foi construindo sua identidade na luta (a identidade dos "sem-terra"), lutando pela reconquista das terras através das ocupações. As ocupações das terras inexploradas mantinham as lutas dos trabalhadores nos marcos da legalidade. Estas terras não cumpriam sua função social. Estavam sujeitas à desapropriação, conforme regulamentação do Estatuto da Terra.

As ocupações de terra propiciaram aos trabalhadores grandes conquistas, porém a violência patronal — através de suas instituições representativas, principalmente a UDR — organizou milícias particulares que foram responsáveis pela violência e assassinatos no campo.

As ocupações, que em seu início estavam restritas a algumas regiões do sul do país, estenderam-se nos anos 80 para outros Estados, procurando nas ações concretas dos trabalhadores impulsionar o projeto de reforma agrária e da transformação da sociedade.

Neste período, tornou-se visível, também, a luta dos assalariados no campo. A organização destes trabalhadores impulsionou campanhas salariais e lutas pelos direitos. Em contrapartida, acirrou a violência patronal. Mobilizações com greves nas campanhas salariais, encaminhamento de ações trabalhistas para a Justiça, paralisações no local de trabalho, resultaram em denúncias pelas arbitrariedades patronais e em pressões sobre as delegacias regionais do trabalho e possibilitaram importantes conquistas para a categoria.

Os pequenos produtores dotados de técnicas, subordinados ao complexo agroindustrial, vinculados às cooperativas ou sujeitos diretamente às ações dos intermediários reivindicavam fundamentalmente melhores preços para seus produtos e uma política agrícola voltada para seus interesses.

O estrangulamento dos preços em virtude do controle absoluto dos grandes oligopólios e dos intermediários sobre a comercialização e a pressão desencadeada pelos bancos para receberem os empréstimos concedidos provocaram manifestações destes trabalhadores, proprietários formais de pequenas extensões de terra: bloqueio de agências bancárias do interior, fechamento de estradas para pressionar



João Roberto Ripper/Memória

o governo, manifestações em Brasília para implantação de uma política agrícola protecionista para o pequeno produtor.

Neste contexto, no final da década, pequenos produtores vêm estruturando formas particulares de organização sindical (fortalecendo a criação de sindicatos por produto desvinculado da base municipal) como forma de levar adiante suas reivindicações econômicas e suas articulações políticas com outros segmentos da mesma classe.

Os sem-terra e a polícia: confronto dos que lutam pelo que é justo com os que defendem com violência o que apenas é legal

públicos subsidiados e dos incentivos fiscais simplesmente para ampliar seu controle sobre as terras. Neste caso, não visavam de imediato a ampliação da sua produção, mas a terra como ativo financeiro para especulação, como reserva de valor.

Este tipo de investimento resultou na formação de investimento estoques de terras inexploradas ou mantidas com baixos índices de aproveitamento, sem alterações substanciais na sua organização produtiva.

Estas diferentes combinações de investimentos capitalistas na agricultura brasileira imprimiram ao setor uma dinâmica econômica diferenciada, caracterizada pela existência simultânea e articulada de diferentes formas de capitais (comercial, industrial, financeiro) que, integrados ou apenas coexistentes, transformaram as relações sociais no campo.

Assalariados do campo — As transformações processadas na estrutura da produção da agricultura contribuíram para formação e consolidação do mercado de trabalho nacional e para adequação da força de trabalho às novas imposições do capital.

A expropriação dos trabalhadores rurais impulsionada pela incorporação do progresso técnico, pela substituição de atividades e, em certos casos, por razões políticas, propiciou a formação de um contingente de trabalhadores assalariados no campo.

Em outras circunstâncias a perda da terra não era definitiva. Os trabalhadores reconstituíam suas relações precárias com a terra em outras regiões, em moldes diferenciados. Hoje, contingente significativo de pequenos produtores pauperizados,

marginalizados das políticas governamentais, subordinados à exploração do capital comercial, não consegue mais manter-se com os ganhos da sua própria produção, necessitando portanto empregar-se como assalariado na agricultura ou em outros setores da economia.

Os trabalhadores que se empregam mais intensamente em determinadas fases do ciclo produtivo das grandes lavouras constituem os assalariados temporários do campo. Residindo nas periferias das cidades que margeiam as grandes lavouras agrícolas ou migrando de regiões distantes em busca de trabalho (principalmente no período do corte ou safra das grandes plantações), estes trabalhadores, além de estarem submetidos a superexploração econômica, estão sujeitos a péssimas condições de trabalho e de vida.

DESAFIOS PARA OS ANOS 90

As manifestações diferenciadas das contradições entre capitalistas e trabalhadores no campo e a trajetória de luta dos trabalhadores rurais têm evidenciado a necessidade de reformulação da organização sindical e da prática sindical. O legado histórico de um sindicalismo corporativista, atrelado ao Estado, tem sido um entrave na organização dos trabalhadores rurais tanto para suas reivindicações econômicas específicas quanto no plano mais geral de luta.

Em determinadas regiões ou com determinadas categorias surgem experiências de substituição do sindicato único por sindicatos específicos, por categorias de trabalhadores (fumicultores, produtores de frango, assalariados rurais) ou mesmo a discussão de novas propostas, como a criação de federação de pequenos produtores com base interestadual, consolidação de departamentos ou secretarias específicas em um mesmo sindicato, sindicatos por complexo agroindustrial etc.

O desafio para os trabalhadores consiste na articulação das mudanças da estrutura com a prática sindical, com a superação de uma cultura sindical presidencialista impregnada nas lideranças e nos próprios trabalhadores que contribua para a construção do sindicalismo classista, democrático, independente.

No âmbito da luta pela terra, pela reforma agrária, constata-se que a acumulação capitalista prescinde da democratização da propriedade da terra.

Diante de um quadro social caracterizado pelo retrocesso político e crises econômicas, o desafio para os trabalhadores consiste na descoberta de novos eixos que poderão impulsionar a luta pela terra, a luta pela reforma agrária, sem que tais ações caiam no isolamento social.

Cabe lembrar o avanço da luta dos seringueiros pelas reservas extrativistas e a resistência dos trabalhadores rurais atingidos por barragens como forma de luta pela terra.

Os assalariados do campo têm apresentado dificuldades de organização e mobilização. Sua inserção diferenciada nas etapas do processo de produção, a segmentação por formas diferenciadas de contratação, sua rotatividade por diferentes culturas, a combinação de trabalho assalariado com pequena produção, a repressão patronal e do Estado dificultam a organização para reivindicação dos direitos trabalhistas no campo.

As mobilizações nas campanhas salariais e as experiências de modificações na estrutura sindical (formação do sindicato de assalariados) não são iniciativas suficientes para garantir avanços no processo organizativo da categoria.

O grande desafio para os assalariados consiste na articulação das reivindicações distintas da categoria (produto de sua inserção diferenciada no processo de produção) e da articulação de suas reivindicações econômicas com a luta política.

As questões relacionadas à violência, política agrícola, assalariados, luta pela terra e sindicalismo constituem os grandes eixos de luta dos trabalhadores no campo para a próxima década. A capacidade de organização, mobilização e respostas dos trabalhadores rurais a estas questões poderá impulsionar transformações fundamentais no modelo de desenvolvimento capitalista no campo e contribuir de forma decisiva para democratização da propriedade da terra, condição indispensável para impulsionar as transformações sociais.



Com organização, os trabalhadores rurais podem fazer intervenções fundamentais no modelo de desenvolvimento capitalista no campo

À medida que o progresso técnico vai sendo absorvido por todas as etapas do processo de produção, as empresas vão exigindo maior qualificação da mão-de-obra e adotando novas estratégias de aliciamento e controle.

A contratação de trabalhadores especializados leva em consideração o aproveitamento do trabalhador durante todo ciclo agrícola, seu aproveitamento em todas as etapas do processo de produção, formando o contingente de trabalhadores permanentes.

Nestas situações priorizam seus investimentos na construção e melhorias das condições dos núcleos coloniais para reter esta mão-de-obra próxima à unidade de produção. O contingente de assalariados permanentes expande-se com a maior absorção do progresso técnico no

setor. São freqüentemente encontrados nas empresas reflorestadoras e nas empresas produtoras de cana (para produção de açúcar e álcool) localizadas nas regiões mais desenvolvidas.

Pequenos produtores — A expansão do capitalismo no campo não resultou na homogenização da classe trabalhadora. Em muitas atividades a exploração se processa sem que haja ruptura dos vínculos dos trabalhadores com a terra.

Nestes casos os trabalhadores reproduzem-se mantendo a propriedade da terra e preservando a organização do trabalho familiar, mas o gerenciamento da produção passa a ser realizado pela agroindústria ou por outros agentes de comercialização. Este pequeno produtor, subordinado ao mercado, às cooperativas

e às agroindústrias, é especializado na produção de fumo, uva, frango, suínos etc. É também chamado de "pequeno produtor integrado".

Por outro lado, a dinâmica do capitalismo no campo favorece a reprodução de um contingente de pequenos produtores cujas relações com a terra são mediatizadas pelas relações de parceria e arrendamento.

Outros pequenos produtores reproduzem-se em suas glebas, lutando pelo direito de propriedade. Estes produtores, os posseiros, organizam sua produção de forma precária por serem freqüentemente marginalizados do apoio governamental e terem suas terras freqüentemente assestadas por grileiros.

José Roberto Novaes é coordenador do programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI.

NOVOS SUJEITOS HISTÓRICOS

Os anos 80 marcaram a emergência dos movimentos populares, o mais importante fato político do século depois das revoluções de Cuba e Nicarágua

Frei Betto

A década de 80 marca a emergência dos movimentos populares em nosso continente. Se a Revolução Cubana, em 1959, deu ensejo aos grupos guerrilheiros da década de 60, a Revolução Nicaragüense, em 1979, favoreceu, com seu caráter insurrecional, a organização e a mobilização das classes populares.

Dominada por ditaduras militares no início dos anos 70, a maioria dos

países da América Latina enfrentou, com a derrocada do foquismo guerrilheiro, de extração estudantil, a autocrítica dos setores de esquerda premiados a adotar na prática o que tanto defendiam em teoria: a natureza popular de sua ação política. De certa forma, a opção pelos pobres não foi um movimento de ida-ao-povo somente da igreja progressista, mas também das tendências políticas surgidas de dissidências dos velhos troncos históricos dos partidos comunistas latino-americanos, em geral apegados a uma ortodoxia que os tornava cada vez mais distantes do proletariado que pretendiam representar. Na falta de espaços orgânicos de rearticulação política, devido à severa repressão militar, essa nova esquerda buscou a esfera pastoral das comunidades eclesiais de base como meio de inserção no universo popular. O impacto dessa mudança de lugar social da esquerda provocou uma mudança de lugar epistêmico: a sólida catedral de conceitos marxistas ruiu no encontro com o saber popular mesclado de arraigadas referências religiosas, profundos arquétipos da ideologia dominante e um senso prático-crítico capaz de dar consistência pragmática à proposta de organização popular.

A gama de movimentos populares surgidos na década de 80 representa, ao lado das revoluções cubana e nicaragüense, o fato político mais importante deste século na América Latina. Em toda parte há setores populares fortalecendo seu poder de demanda e assumindo uma consciência crítica proporcional ao seu desempenho como sujeitos políticos, seja em acampamentos de refugiados no sul do México ou no bairro de El Salvador, em Lima; seja entre a população indígena de Riobamba, no Equador, ou entre os camponeses da zona ocidental da Colômbia; seja entre os mineiros dos altiplanos da Bolívia ou entre os sem-terra do sertão do Brasil. Dir-se-ia que a Revolução Francesa, enquanto consciência de cidadania, chegou às classes populares latino-americanas na década passada. Formaram-se movimentos de *solidariedade* (à Nicarágua e El Salvador, aos presos políticos, aos índios ameaçados), de *reivindicação* (de benefícios e equipamentos sociais, de demandas sindicais, de

direitos elementares), de *denúncia* (da destruição do meio ambiente, do desrespeito aos direitos humanos, da violência acobertada pelo Estado), de *conquista* (da terra, da moradia, de direitos jurídicos, de espaço e poder políticos). No Brasil iniciaram-se inclusive gestões voltadas à criação da Central Brasileira de Movimentos Populares, à exemplo do que a CUT representa para o movimento sindical.

Uma extensa rede de apoio a esses movimentos populares deriva da importância que passaram a ter como protagonistas políticos: centros de educação popular e de defesa dos direitos humanos; instituições ecumênicas e escolas de formação; publicações e eventos periódicos. A consequência não é notável apenas na mudança do caráter de classe de igrejas cristãs, mas também no fortalecimento de um novo sindicalismo desatrelado do Estado e dos pelegos patronais, bem como do aparelhismo de agremiações políticas, inclusive de esquerda. Com certeza, a introdução de novos atores políticos no cenário latino-americano, como a união da esquerda popular no México e no Peru e o Partido dos Trabalhadores, no Brasil, demonstra o fato inédito de que, agora, o poder político pode ser disputado no mesmo campo e dentro das mesmas regras das elites políticas oligárquicas e burguesas. Antes, a falta de raízes e vínculos populares da esquerda e seu confessionalismo marxista facilitavam sua exclusão do processo político legal pelas forças dominantes, relegando-a à clandestinidade guerrilheira. Contudo, não se pode atirar amplos setores populares organizados na clandestinidade, nem mandá-los às prisões. Quando na mais industrializada nação do continente um operário metalúrgico como Lula perde do candidato da direita por apenas 4 milhões de votos dos 82 milhões de eleitores é sinal de que estamos ingressando na década de 90 em condições de comprovar, na prática política, o refrão popular de que *o povo uni-do jamais será vencido*.

Frei Betto, assessor de comunidades eclesiais de base e da Pastoral Operária, é um dos fundadores da Articulação Nacional dos Movimentos Populares (Anamos).



José Maurício/Fa



RECEITA (EXPLOSIVA) DE BOLO AMBIENTAL

Liszt Vieira

Experimente esta receita. Você vai achar que ecologia e justiça social são bobagem e ficará ligadíssimo no mundo sempre colorido da televisão

Rubens Fenili/Ag. Folhas



Flávio Limonic



Regina Vilela



Tome-se um país chamado Brasil no planeta Terra. Derreta em banho-maria alguns quilos de manteiga preparada com leite em pó Chernobyl importado pelo governo. Acrescente um pouco de essência da poluição industrial de Cubatão.

Torre, peneire e reserve meio quilo de pó da china, sob o sol requeentado pelos raios ultravioleta que atravessam o buraco da camada de ozônio.

Pique algumas batatas cultivadas com agrotóxico da melhor qualidade (aqueles cujos resíduos perduram nos alimentos). Lave e escorra bem duas arrobas de lama colhida nos deslizamentos de encostas no Rio de Janeiro. Bata em neve meia tonelada de espuma tóxica do rio Tietê e deixe ferver meia hora sob o calor do efeito estufa ou da queima dos combustíveis fósseis.

Mexa tudo (sem bater!) com cuidado no gerador de vapor enguiçado de Angra 1 (ou em qualquer dos 23 defeitos já registrados na usina nuclear). Passe na farinha de alguns milhares de hectares de terra desertificadas pela agricultura pesada da cultura de soja no Rio Grande do Sul ou no Centro Oeste. Passe na peneira as 55 toneladas diárias de resíduos industriais tóxicos lançados pela Companhia Siderúrgica Nacional no leito do rio Paraíba do Sul,



ECOLOGIA POLÍTICA É CRÍTICA

A pedra de toque das doutrinas de desenvolvimento econômico é a noção de progresso. Esta noção justifica qualquer degradação ambiental, pois se trata de noção meramente quantitativa, ligada à idéia de crescimento. Os benefícios trazidos pelo chamado progresso foram concentrados em uma parcela minoritária da população, sobretudo nos países subdesenvolvidos, onde a maioria não chegou a ser beneficiada. O aumento quantitativo da produção material não produziu uma melhoria na qualidade de vida da população. O argumento segundo o qual o crescimento econômico reduz as desigualdades sociais é uma mentira tecnocrática sem fundamento.

Mesmo nos países desenvolvidos, a sociedade industrial avançada chegou a sérios impasses no que diz respeito à questão ambiental, devido à relação predatória com o meio ambiente que prevalece nos países capitalistas ou socialistas, obedecendo ambos a uma lógica produtivista, quantitativista, baseada na exploração de recursos naturais não renováveis.

A ecologia política surge, como uma crítica à sociedade industrial avançada, à noção quantitativa e produtivista de progresso e à centralização das decisões no sistema produtivo e na estrutura do poder político. Na perspectiva ecológica a democracia supõe, necessariamente, a descentralização do poder econômico e político, que tanto quanto possível devem estar ao alcance das populações locais através das propostas de autogestão.

Tecnologias altamente centralizadas, como a nuclear, por exemplo, são rejeitadas por serem desnecessárias,

caras e perigosas. Repudia-se o gigantismo de obras faraônicas em favor de obras de pequeno e médio porte que possam incorporar a mão de obra local. A uma tecnologia que leva ao autoritarismo, ao centralismo e à dependência, opõe-se uma outra que sirva à democracia, à descentralização e à utilização mais racional dos recursos produtivos.

A ecologia política respalda a teoria do ecodesenvolvimento que desloca o problema do dilema quantitativo — crescer ou não — para o exame da qualidade do crescimento. O dilema do desenvolvimento não está em crescer ou não crescer, mas sim em *como* crescer, o que implica em uma mudança qualitativa das estruturas produtivas, sociais e culturais da sociedade em harmonia com princípios de desenvolvimento que minimizem a destruição ambiental e maximizem a igualdade social, a saúde, o bem estar, enfim, a qualidade de vida.

Outro princípio do ecodesenvolvimento é a desconcentração urbana e industrial. As grandes cidades tornam-se metrópoles e megalópoles ingovernáveis. A solução não está dentro, mas fora delas: na reforma agrária para fixar o homem do campo à terra e na criação de pólos de desenvolvimento industrial nas pequenas e médias cidades.

A partir destes e de outros princípios gerais, a ecologia política desenvolve-se em todos os países para enfrentar as ameaças que pesam sobre a humanidade neste fim de século: conflito ou acidente nuclear, energia atômica acumulada, efeito estufa, buraco na camada de ozônio, desmatamento, poluição etc.

das diárias de esgoto doméstico, cem toneladas diárias de carga orgânica industrial e uma tonelada por dia de metais pesados. Leve então ao super-forno da usina Angra 1 (aquela que acabou custando mais de 2 bilhões de dólares e pela qual você ainda paga meio milhão de dólares por dia de juros). Deixe permanecer em forno regular.

A explosão é garantida, já comprovada em cozinhas experimentais brasileiras e internacionais. Seus efeitos já causaram mortes variadas: cidadãos de Chernobyl entre 1985 e 1988, Chico Mendes e outros seringueiros que lutam por reservas extrativistas, centenas de líderes sindicais rurais e advogados assassinados pelo latifúndio em todo o país, sem fa-

lar de mortes lentas causadas por desnutrição, enfermidades, disfunções orgânicas e neuroses relacionadas a processos de degradação ambiental e social.

Por tudo isso, não deixe de experimentar nossa receita: você vai esquecer a realidade, achar que ecologia e justiça social são bobagem e ficar o pouco da vida que lhe resta ligadíssimo no mundo de fantasia da televisão, onde os sonhos são sempre coloridos.

Consciência ecológica — Basta uma simples leitura da "receita" para concluir, sem nenhuma dificuldade, que a questão ambiental é, imediatamente, uma questão social. Entretanto, isto não estava claro para

Ecologistas políticos em ação: crítica à sociedade industrial avançada, para enfrentar as ameaças que pesam sobre a humanidade no final do século

aquele que recebe ainda toneladas de rejeitos de outras indústrias antes de abastecer de água a população do Rio de Janeiro.

Misture um pouco de monóxido de carbono ou dióxido de enxofre do ar das proximidades do viaduto do Chá ou de qualquer ponto da cidade de São Paulo. Polvilhe com areia deserta em que se transformam anualmente 6 milhões de hectares de terras produtivas do planeta. Resfrie à sombra dos 5% que ainda resta da Mata Atlântica.

Faça uma calda em ponto de bala com o açúcar da monocultura de cana que expulsa o agricultor de suas lavouras, acrescentando cenoura picadinha com moto-serra.

Irradie a massa quarenta minutos no Césio 137 de Goiânia, para dourear. Flambe rapidamente com metanol adicionado ao álcool.

Divida a massa e enrole em peles de jacaré abatido no Pantanal e deixe defumar por dois dias na fumaça dos cerca de 500 mil km² de floresta desmatada na Amazônia.

Deve-se, em seguida, untar uma forma com uma tonelada de óleo derramado por cargueiros nas praias do litoral.

Abra a massa bem fina, recheando com 80 mil castanheiras e 180 mil seringueiras abatidas no Acre. Regue com água da Baía de Guanabara, contaminada por 466 tonela-

a maioria das pessoas no início da década de 80.

Ao levantar, na campanha eleitoral de 1982, a bandeira ecológica como parte de uma plataforma que questionava os mecanismos de retransmissão de poder político pelas instituições sociais, percebi que muita gente se surpreendeu. Tratava-se de algo novo, pelo menos em campanha eleitoral, pois fora das universidades e dos grupos ambientalistas ninguém considerava a questão ecológica como uma questão política e social.

Durante a campanha eleitoral, e mesmo depois, dirigiram-me muitas vezes a acusação de estar importan-

do da Europa idéias estranhas à realidade brasileira; pois no Brasil não existiriam problemas ambientais, mas, tão somente, problemas sociais. Era o contraponto da postura tradicional da direita que responsabilizava as idéias "exóticas e alienígenas" do marxismo pela invenção de conflitos sociais em um país como o Brasil, onde só existiriam a harmonia e a conciliação de classes.

Creio que há basicamente duas razões que explicam essa ausência de consciência ecológica no início dos anos 80.

A primeira delas é tributária do grande debate ideológico que atravessou

o século 20 — o debate entre o capitalismo e o socialismo. Por cima de suas diferenças, os dois sistemas — baseados ambos na grande indústria resultante da Revolução Industrial — tinham entre seus pontos em comum o desrespeito pela natureza e pelo meio ambiente, considerados matéria inesgotável para a exploração econômica da atividade produtiva.

A segunda razão é de ordem histórico-cultural. O capitalismo e o socialismo são herdeiros do racionalismo iluminista e da tradição ocidental que sempre considerou a natureza como um objeto à disposição do homem, para que este a subjugassem. É assim que ela aparece na Bíblia, no Corão, nos filósofos medievais e nos pensadores racionalistas da Idade Moderna.

A oposição homem-natureza encontrou, porém, sua formulação máxima na filosofia cartesiana, que colocava o homem como sujeito e a natureza como objeto. O homem passava a ser o senhor e mestre da natureza.

A concepção cartesiana influenciava profundamente a maneira de pensar o mundo que está na base da revolução científica e tecnológica do ocidente nos últimos séculos, e que alcançará sua máxima expressão na Revolução Industrial, a qual, por sua vez, aprofundará ainda mais o antagonismo homem-natureza. Rompe-se assim qualquer possibilidade de integração homem-natureza, englobados ambos em uma visão cósmica como partes do universo.

Assim, não só as doutrinas de inspiração capitalista mas também as correntes revolucionárias do socialismo mergulham em profunda crise por não conseguirem mais explicar o mundo moderno, sobretudo a crise ecológica que caracteriza o mundo moderno.

Para tentar explicá-la surgiu a ecologia política, incompreendida tanto à direita quanto à esquerda por questionar a sociedade industrial avançada que está na base dos dois sistemas.

MOVIMENTO SURGE NOS ANOS 80

Durante os anos 80, surgiram em todo mundo uma multiplicidade de associações de defesa ambiental, constituindo uma rede difusa de grupos e atividades chamadas, usualmente, de movimento ecológico. Um dos mais famosos é o Greenpeace, que se tornou mundialmente conhecido em 1985 quando, no Porto de Auckland, Nova Zelândia, o barco *Rainbow Warrior* (Guerreiro do Arco-Íris) — que já ia zarpar para protestar contra testes nucleares realizados pela França no Pacífico — foi destruído por duas minas magnéticas colocadas pelo serviço secreto francês. Não só na Europa, mas também nos EUA e na América Latina, irromperam um sem número de entidades ambientais e grupos verdes que defendem o meio ambiente, pregando a não-violência.

A questão ambiental explode nos últimos anos. Os setores conservadores beneficiários do capitalismo selvagem no Brasil tentam apropriar-se da problemática ambiental apresentando-a como uma questão puramente técnica, como se vê, em geral, na TV. Por outro lado, os partidos de esquerda e as entidades populares ainda não conseguiram incorporar essa problemática na substância de suas políticas sociais. Aumenta, porém, o número de pessoas que sentem a necessidade imperiosa de buscar novas perspectivas, abrir novas possibilidades no contexto da atual crise de civilização, com a falência do capitalismo e do socialismo. A queda do muro de Berlim e o desmoronamento

do regime socialista na Europa oriental colocam-nos uma interrogação e impõem-nos uma reflexão que não mais pode ser adiada.

A lógica autoritária que explora o trabalhador, semeia a miséria, rompe a solidariedade é a mesma que destrói o meio ambiente. Nenhuma plataforma política poderá mais ignorar a luta pela defesa da vida.

A reconciliação da razão com a natureza, a busca de uma nova ética, a superação da razão instrumental, o desenvolvimento de uma concepção orgânica homem-natureza vistos como partes integrantes das forças que movimentam o universo — pois a terra, como o homem, é um organismo vivo — tudo isto surge no horizonte, soprado pelo vento dos novos tempos, quando o homem começou a perceber e, sobretudo, a sentir que estavam ameaçadas as possibilidades de vida na Terra.

Mas a busca de novas formas de pensamento e ação deve conjugar-se com o resgate de elementos há tanto tempo reprimidos: a intuição e o sentimento. Se, nos últimos séculos, "o homem que calcula esmagou o homem que medita", neste final do século 20 assistimos ao surgimento de novas formas de espiritualidade, sentimento e emoção integrados em novos modos de pensamento e ação. Os novos tempos parecem nos sinalizar que, se nada se fará sem o pensamento, nada de grandioso se fará sem a paixão. Paixão da Terra, paixão pela vida.

Liszt Vieira, sociólogo e advogado, é presidente do Instituto de Ecologia e Desenvolvimento (IED), no Rio de Janeiro.

É PRECISO REINVENTAR A UTOPIA

A cultura caminhou ao lado de grandes questões políticas na busca dos mesmos objetivos: democratizar e fortalecer a sociedade civil

Paulo Cesar Botas

Se nos anos 70 sabíamos definitivamente os caminhos a percorrer, a aglutinação oposicionista, as lutas pela anistia, os enfrentamentos contra a censura, a repressão, a necessidade da reorganização da sociedade civil, a denúncia contra a destruição ambiental, o aprofundamento da postura contestatória dos anos 60 etc., os anos 80 nos deixam um saldo de perplexidade e impasses. Há quem diga que não há cultura forte sem que esta seja de resistência; outros acham que a cultura só se exprime em momentos de repressão e censura; segundos afirmam que os produtores culturais foram cooptados pelo Estado e são funcionários públicos bem remunerados; terceiros juram que a modernização capitalista, o avanço tecnológico, a indigência cultural das nossas universidades são os responsáveis pelas perdas dos anos 80.

Longe de nós assumirmos esta razão masoquista, pois senão cairíamos numa posição idílica como se nossa geração — dos anos 40 — fosse a única “reserva cultural” brasileira, ainda que Chico, Caetano, Milton e Roberto Carlos estejam mais para os 50 que os 30.

É necessário entender estes impasses para não chegarmos à conclusão de falência cultural dos anos 80. É verdade que nesta década Carlos

Brandão deixou de ser o guru da educação e cultura popular por decisão de foro íntimo, que o Henfil morreu de Aids, que a Elis de overdose, que a Nara, a Dina Sfat e o Jardel Filho pagaram seu preço com suas vidas, que o Chicó Mendes tombou como o Oscar Romero, que lideranças populares foram vitimadas. Mas é verdade também que nossas organizações não-governamentais (ONGs) se informatizaram como as grandes multinacionais e os Estados pós-modernos. Estamos mais capacitados, pelo menos, para não corrermos da luta e esquecermos o medo. No entanto, descobrimos o avanço da destruição ambiental e cultural dos nossos povos e comunidades. As utopias precisam ser reinventadas... Aquarius fez vinte anos.

Os anos culturais de 80 foram marcados pela busca de uma política de cultura fruto das grandes questões políticas da década: a democratização e o fortalecimento da sociedade civil. Houve um grande salto qualitativo semeado na década de 70. A cultura deixou de ser reduzida aos eventos artísticos ou festivos que iluminavam as cidades e criavam cenários de sonho e fantasia, deixou de ser a busca frenética de homogeneização cultural pelo “tipicamente brasileiro” encontrado em qualquer loja de aeroporto para “inglês, japo-

nês, americano, alemão, francês, espanhol e italiano verem” para se tornar a afirmação de que é plural e diversa.

As políticas de cultura implementadas em alguns órgãos municipais e estaduais enfatizavam a valorização da diversidade cultural, sua pluralidade e sua afirmação local.

Cientes da responsabilidade do Estado nas questões culturais, militantes que assumiam a condução da esfera cultural procuravam garantir o fortalecimento cultural dos seus Estados e municípios pelo processo de mobilização e organização da sociedade civil por meio da gestão democrática e, muitas vezes, autogestória dos espaços culturais. Corpos estáveis — orquestras e *ballets* — foram criados para possibilitar à maioria da população informações artísticas e espetáculos que até então estavam restritos aos bem pagantes da sociedade. Um estímulo permanente à criação de bibliotecas, salas de cinema, de exposição, procuraram expandir o acesso à informação para todos os setores da população. Um trabalho lento e tenso. Os apadrinhados da corte, os artistas “oficiais”, lentamente, foram perdendo seus privilégios e benesses, seu acúmulo de verbas para obras intermináveis cujo custo onerava praticamente o orçamento das secretarias de



cultura, e que no entanto, serviam de propaganda oficial da "sofisticação cultural" do Estado ou município.

A visão de um Estado responsável pela socialização da produção cultural se opunha uma vontade política de um Estado que devia ser privatizado pois se mostrara ineficaz, incompetente na gerência das questões sociais. A rota da coalisão era inevitável e continua sendo. Militantes culturais como Capinan, Bete Mendes e Guarnieri enfrentaram esta coalização. Marilena Chauí enfrenta permanentemente os apaniguados da corte que se articulam, difamam e malversam a política de cultura que, além dos grandes eventos, procura democratizar os espaços, respeitar a autonomia da produção cultural, facilitar sua circulação e consumo e garantir sua apropriação pela maioria da população.

Os anos 80 foram marcados por estes impasses. A cultura não é isenta da vida política do país. Ela reflete, publicamente, seus questionamentos e desafios. O Estado, nos anos 80, abrigou nos seus espaços militantes dos anos 60, intelectuais das universidades, artistas de renome que procuraram pensá-lo de uma maneira socialista e democrática. A cultura do Brasil foi fortalecida nos mu-

nicipios, Estados e regiões como movimento cultural profundamente ligado às questões ambientais e da qualidade de vida, possibilitando às comunidades descobrirem que sua cultura é o seu cotidiano, muito mais do que a assistência passiva de eventos artísticos preestabelecidos. Um risco se correu: o da institucionalização do movimento cultural pela ascensão burocrática dos seus produtores e críticos. Desacostumados com a administração pública, estes bem intencionados militantes se defrontaram com todos os tipos de boicotes às suas gestões e programas de cultura. Confiantes de que ampliariam suas bases culturais pela discussão permanente, foram vítimas da lógica burocrática e da vontade política dos que pensam e pensaram a cultura como troca de favores políticos, ganhos excusos e trampolim eleitoral.

A pauperização cultural dos anos 80 é expressão da pauperização total que o Brasil vem vivendo, progressivamente, nesta década. Livros, cinema, artes plásticas, ciências, tudo isto implica verbas, orçamentos, custos. E a política do Estado tem sido incentivar a empresa privada a financiar grandes eventos, grandes publicações, omitindo-se de garantir em seu orçamento verbas para uma política de cultura democrática e socializante. Isto vale tanto para o patrimônio histórico cultural quanto para a montagem de bibliotecas de bairro. Subliminarmente tudo isto entra no bojo de "vender" à opinião pública a imagem de um Estado enfraquecido, corrupto, sem lei nem grei, que será salvo pela sua privatização.

Estes impasses políticos e culturais voltam a nos colocar o desafio da cultura como *resistência* e *transgressão*. Não há avanço cultural sem que haja resistência cultural expressa na transgressão cotidiana de superação da burocracia, das formas autoritárias de gestão, da ortodoxia e dos preconceitos. Talvez a grande ilusão dos anos 80, para os militantes de Aquarius, foi o engodo de que no Estado e pelo Estado poderíamos conduzir a democratização da produção cultural, e não que ela viria tão somente pelo fortalecimento das formas organizacionais da sociedade civil nas quais a administração pública teria um papel de facilitar a eclo-

ção destas formas organizadas respondendo à demanda cultural das comunidades e grupos.

A descoberta do poder municipal foi outro grande avanço nestes anos culturais de 80. Cada município conhece sua originalidade no viver, no sentir, no exprimir, no fazer das suas comunidades, onde nas suas relações cotidianas as pessoas se chamam pelo nome, trocam seus saberes e se reconhecem como produtores locais. Esta consciência e valorização municipal responde pela descoberta da pluralidade e diversidade cultural e estabelece novas relações com a política de cultura do Estado, com os produtores culturais locais e os segmentos organizados da cidade.

Some-se a isto, no campo das idéias, o grande avanço das estruturas eclesásticas reacionárias, a expansão dos movimentos esotéricos, o cheque-mate do socialismo europeu. Creio que os anos 80 foram a irrupção do tumor político e cultural com todas suas contradições. Os anos 90 prometem novos momentos de resistência e transgressão, tanto nacional como internacional. Há que ousar em todas as altitudes e latitudes. Como se ousou na Bossa Nova dos anos 50, na construção de Pampulha em Belo Horizonte, no Cinema Novo dos anos 60 e no Tropicalismo dos anos 70. O que se convencionou chamar de contracultura nada mais foi que a lucidez dos que transgrediram as formas convencionais e ortodoxas da política e da cultura em uma sociedade em transformação tendo como horizonte a revolução socialista.

O momento é de acreditar que as formas culturais fechadas, ortodoxas, dogmáticas, não levam a lugar nenhum. É imperativo retomarmos as questões da ética e da culturalização da política. Assim como o véu do templo rasgou aniquilando a separação do sagrado e do profano, a queda profética do Muro de Berlim evidenciou que seremos um na nossa diversidade, seremos originais na nossa pluralidade e que, finalmente, cumpriremos o grafite do Muro: *build doors not walls*.

Paulo Cesar Botas, teólogo, é assessor especial da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e colaborador do CEDI.

RISCOS DO MONOPÓLIO

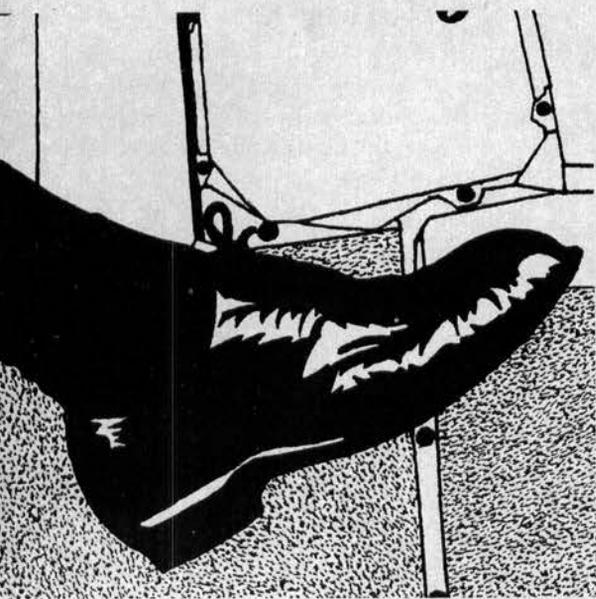
João Clodomiro do Carmo

Avanços nas técnicas de processar, registrar e transmitir informações revigoram o capitalismo e tornam mais gritantes as desigualdades sociais

Se a luta de classes é considerada o motor da história, então podemos afirmar que a acumulação de bens é o combustível que alimenta esse motor. Em todas as fases do processo civilizatório da humanidade o domínio de uma nova técnica esteve sempre associado a um novo surto de acúmulo de bens. Associado ao poder econômico esteve sempre o poder político. O passo seguinte é a tirania, a opressão e a exploração. A luta de classes, a “parteira da história”, provoca então novos reordenamentos sociais.

Resta saber, em cada momento da história, quais são os “bens” acumulados, sobre os quais se instala a disputa, a “luta”. No alvorecer da condição humana, a disputa princi-





pal era pelo alimento, mais tarde por territórios de caça; na revolução agrícola, a procura era por terras férteis. Na esteira da Revolução Industrial, o acúmulo de bens passava pelo domínio dos mercados, e as potências da época se lançaram em dois conflitos de proporções mundiais para garantir o acesso a esses mercados escaudores de seus produtos. A própria geografia do mundo foi mudada em função desse reordenamento. Nações inteiras desapareceram, nações surgiram. O poderio econômico e político do mundo foi dividido em dois grandes blocos.

Hoje, vivemos em plena "revolução da eletrônica" ou "era da informática". É preciso identificar com clareza quais são os bens que, acumulados, poderão significar disputas, tanto no interior das formações socialistas como entre as nações e os blocos de nações.

Entre os países líderes do capitalismo internacional não fica difícil constatar que o centro da disputa é atualmente o acúmulo de conhecimento tecnológico. E, no cerne dessa disputa, está uma tecnologia que parece fundamental para os próximos passos do desenvolvimento da humanidade. É a técnica de processar, armazenar e transmitir informações. Os laboratórios de pesquisa do Japão e dos Estados Unidos estão empenhados numa guerra frenética para construir um microprocessador (o minúsculo *chip* que comanda a unidade de processamento do

computador) capaz de processar informações numa velocidade que deixa perplexos seus próprios arquitetos. E, aliado a uma velocidade espantosa, há os *chips* de memória, capazes de armazenar imensas quantidades de informações em menos de dois centímetros quadrados do componente.

Recentemente, uma empresa dos Estados Unidos anunciou que tinha conseguido reunir, em um disco óptico de alguns centímetros de diâmetro, todas as informações dos vinte volumes da Enciclopédia Britânica, incluindo textos, mapas, ilustrações e tabelas. Se prosseguir nesse ritmo, não vai demorar a chegar o tempo em que todos os volumes da maior biblioteca do mundo caberão na estante de uma biblioteca particular. O significado da vulgarização do conhecimento (*vulgarização* utilizada aqui no seu sentido original, não pejorativo) para classes e segmentos sociais ainda não está suficientemente avaliado. A questão que deve ser considerada como importante não é a vulgarização em si, mas o tipo de informação que *pode ser* vulgarizada, a saber, conhecimentos técnicos antes sob domínio restrito de especialistas.

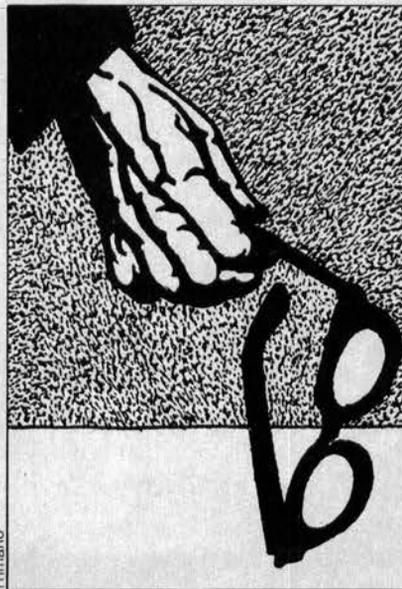
Se o acúmulo de informações pode ser preocupante no interior de uma formação social, imagine então como pode ficar abalada a relação entre as nações se persistir a forte tendência ao desequilíbrio internacional entre os detentores de informa-

ções e os meros consumidores. Alguns países já tratam de estabelecer na sua legislação orientação específica sobre o chamado fluxo de dados transfronteiras. Numa situação inversa, os países capitalistas centrais investem hoje maciçamente na instalação e no abastecimento de bancos de dados, reunindo principalmente informações de caráter científico-tecnológico, econômico, cultural e político.

Além de dominarem a tecnologia do processamento e do armazenamento de informações, os países líderes do capitalismo estão construindo e operando uma poderosa infraestrutura mundial de *transmissão de dados*, tendo como arma principal a tecnologia de construção, lançamento e manutenção de satélites espaciais. Esses laboratórios espaciais cumprem duas funções básicas: coletar e transmitir informações.

Os satélites colocados em órbita geoestacionária na linha do Equador (assim chamados porque permanecem estacionários em relação à órbita da Terra) podem detectar toda sorte de informações sobre virtualmente todo o planeta, desde as queimadas da Amazônia até os recursos do subsolo, a situação do tempo ou até mesmo a movimentação de veículos em determinada estrada. Eles agem como olhos poderosos de uma divindade, perscrutando o planeta dia e noite, sem interrupção. Há notícias de que os Estados Unidos já tem cerca de duzentos desses artefatos na linha do Equador. Certamente, abastecendo os bancos de dados localizados no cérebro dessa moderna *divindade onipresente*.

Dentro da fábrica — As mudanças pelas novas técnicas de processamento de informações estão também nos locais de trabalho. A automação avança em todos os processos e controles repetitivos. Atividades profissionais que demandavam anos de conhecimento e experiência são hoje substituídas por um prosaico programa de computador. O operador liga o botão e em segundos o trabalho é executado com a perfeição do melhor profissional. Um torno mecânico, por exemplo, equipado com um comando numérico, executará dezenas, centenas ou milhares de peças com a mesma perfeição da pri-



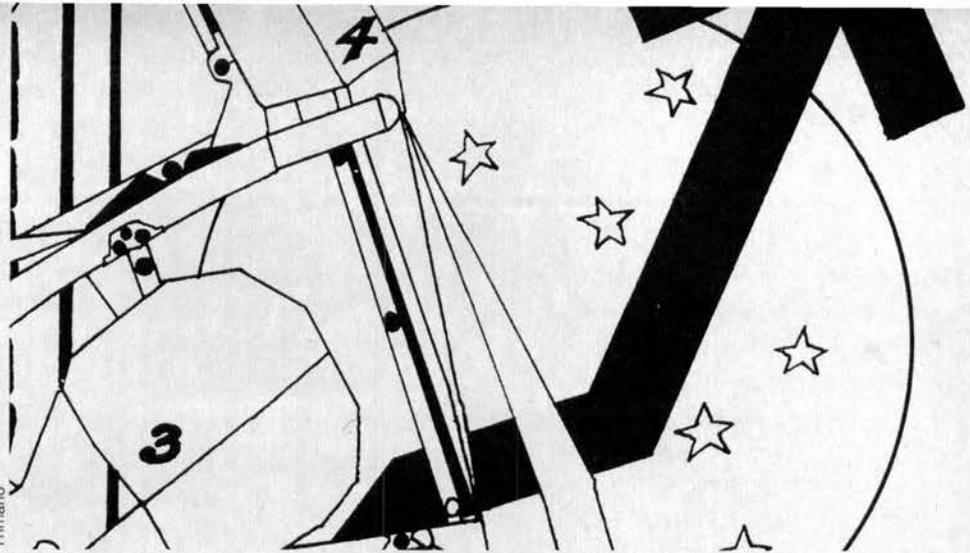
Tirmano

meira. Antes do computador, cada peça tinha que ser avaliada por um experiente profissional torneiro mecânico. A produtividade é multiplicada muitas vezes, todo um orgulho profissional é liquidado, porque, simplesmente, o conhecimento necessário já está no programa do computador. Ao trabalhador, só resta apertar um rele botão e cuidar para que a máquina esteja abastecida com a matéria-prima.

Naturalmente, a automação dos locais de trabalho livra os trabalhadores de ocupações repetidas e trabalhos indignos. E o aumento da produtividade torna possível um aumento do tempo livre. Esse pelo menos parece ser o caminho que está sendo percorrido por economias onde a automação é forte, como o Japão. A contrapartida disso seria o desemprego em massa. Ao encorajar as empresas e trabalharem menos, o governo japonês evita uma crise de grandes proporções, mas cria novas demandas por bens e serviços a que antes o trabalhador médio urbano não tinha acesso. Com mais tempo livre, os trabalhadores querem mais piscinas públicas, centros esportivos e de lazer. Ou objetos de lazer doméstico, como vídeos-cassetes e outras quinquilharias eletrônicas. E se não encontram satisfação nessas coisas, muitos se voltam para o alcoolismo e as drogas, preocupação principal do governo dos Estados Unidos atualmente.

Desafios para o século 21 — Um balanço dos anos 80 no que se refere à tecnologia não poderia deixar de mencionar os próximos desafios que a humanidade tem diante de si nesse campo. A década de 80 vai passar à história como o início da era da informação. Uma virada decisiva na história da humanidade. Por outro lado, essa revolução tecnológica acontece, paradoxalmente, sob a égide do capitalismo. O risco é evidente: países capitalistas centrais, munidos com as novas e poderosas armas de acumulação de informações, podem gerar novos e perigosos desequilíbrios, alijando amplas parcelas do processo de desenvolvimento.

Nas sociedades locais, o distanciamento entre a parte informada da população e os despossuídos se torna maior: quem tinha uma biblio-



teca particular pode agora ter uma biblioteca eletrônica, maior e mais fácil de ser consultada. Enquanto isso, a maioria da população dos países periféricos não tem sequer suas necessidades básicas atendidas: faltam moradias, escolas, hospitais, saneamento básico e mesmo alimentos.

Naturalmente o avanço tecnológico vai prosseguir, porque isso é uma vocação de humanidade. Técnica de produção de fogo, técnica de plantio de cereais, técnicas de registro de informações, técnica de produção em série — nossa história é a história do acúmulo de conhecimento. As crises aconteceram sempre que a concentração de bens criou situações de injustiça e exploração.

No plano interno, o desafio é impedir que surja uma nova categoria de “alfabetizados por computador”, enquanto a maioria não dispõe sequer das necessidades básicas. A palavra de ordem deve ser de luta contra o uso meramente capitalista que se faz da tecnologia. Por isso, a iniciativa de alguns governos estaduais, de tornar o ensino de informática disponível também para as escolas públicas, deve ser saudada. Os bancos de dados de acesso público precisam proliferar. O slogan dessa nova era deve ser: “A informação é um bem e um direito de todos os cidadãos”.

Mesmo tecnologias caras, como os satélites de comunicação, devem ter seu uso compartilhado por diferentes segmentos da sociedade. Só para citar um exemplo, os dois satélites que o Brasil adquiriu e colocou em órbita são atualmente utilizados ou para transmissões de TV (nas redes nacionais) ou pelos bancos, para transferência eletrônica de fundos. Quer dizer, um uso eminentemente capitalista. Isso não significa, contudo, que o satélite só se preste para

esses usos. Um canal de transmissão de um satélite poderia ser um instrumento poderoso para dar expressão às culturas locais, por exemplo. Ou para denunciar invasões de terras indígenas ou ameaças sérias ao meio ambiente.

Mas esses usos não capitalistas da tecnologia dependem da vontade política e de uma discussão sobre o papel da tecnologia na cultura e na vida cotidiana que a sociedade brasileira só começa timidamente a fazer.

No plano internacional, a luta deve ser contra a cartelização da tecnologia de ponta pelos países capitalistas centrais. Qualquer nova técnica deve se tornar disponível a toda humanidade, principalmente se ela significar avanço nos processos produtivos, mais alimentos e mais conforto e bem-estar para a maioria da população. Do mesmo modo, a infraestrutura internacional de telecomunicações precisa ser corretamente avaliada. O espaço sideral não pertence a um único país ou a um bloco de países. A ocupação dele deve ser discutida como em um consórcio, em que todos os países sejam devidamente consultados e co-responsáveis sobre quaisquer projetos.

Assim como no passado as “águas territoriais” redefiniram os limites de operação dos barcos das potências navais, as nações devem discutir seu “espaço territorial”, administrando em conjunto a ocupação dos melhores pontos para instalação de satélites coletores de informações.

Desafios, impasses, perplexidades. Todos os ingredientes de uma época de transformações. Para os países periféricos, como o Brasil, o “parto” pode ser ainda mais doloroso.

João Clodomiro do Carmo, jornalista, é autor do livro *O que é informática* (Brasiliense).

TERMÔMETRO SOCIAL

Para um país que não resolveu as chamadas doenças do subdesenvolvimento, moderno nos anos 90 será comer, vestir, morar e ter casa com esgoto e água

Maria Cecília de Souza Minayo

A saúde é uma questão social capaz de aferir a organização, as prioridades e a direção de uma sociedade. Porém é praticamente impossível fazer um balanço dessa área, circunscrevendo-a numa década. Primeiro, porque o início de uma década quase nunca corresponde aos cortes histórico-sociais relevantes de uma país ou da humanidade, embora, por um movimento emocional, sejamos levados à impressão de virar uma página quando uma década termina. Em segundo lugar, a problemática da saúde tem várias dimensões e implicações que se interpretam com um grau de especificidades que só "grosso modo" permitem genera-

lizar e datar. Farei, no entanto, uma tentativa mais abrangente e focalizarei, nesta pequena análise, o caso do Brasil.

Do ponto de vista mundial podemos dizer que os anos 80 foram marcados pelos avanços da engenharia genética, da microbiologia, da biotecnologia de medicamentos e alimentos e pela criação de novos equipamentos médico-hospitalares. Por exemplo, hoje químicos, físicos, engenheiros e especialistas em cerâmica usando laser e microscópio criam sensores biológicos e fibras musculares sintéticas, reorganizam as moléculas e induzem organismos biológicos a executar determinadas tarefas.

Muitas dessas descobertas reconstróem o corpo humano da cabeça aos pés. Neste ano que termina, os americanos substituíram 110 mil joelhos, 135 mil juntas de bacia, além de dezenas de milhares de partes do corpo por peças artificiais.

Os anos 80 foram também da fertilidade induzida — pelos avanços da tecnologia médica — possibilitando a muitos casais ter filhos pela criação artificial através das experiências de fertilização em proveta dos óvulos humanos. Essas descobertas desafiaram polêmicas ético-filosóficas que continuarão nos próximos anos.

Estamos hoje em plena transição demográfica e epidemiológica. Não resolvemos as chamadas "doenças do subdesenvolvimento" e nosso quadro geral de mortalidade já revela os males do desenvolvimento. A sociedade está se urbanizando aceleradamente e o número de filhos por casal passou de seis em média por família, na década de 60, para três. Nessa passagem histórico-social nosso quadro de saúde é desalentador porque, embora tenhamos tido sucesso em algumas questões, continuamos com problemas seculares e vamos acrescentando novas doenças ao quadro antigo. Vejamos os dois lados desse movimento.

Mortalidade infantil — Nos últimos vinte anos a mortalidade infantil foi reduzida em 40% e as doenças infecto-parasitárias decaíram em 70%. Poder-se-ia afirmar que estamos vencendo a batalha. Porém, a situação ainda é lastimável e reflete as profundas desigualdades do país. Passamos da taxa de mortalidade infantil de 84/1000 para 65/1000 nos últimos vinte anos, mas continuamos no mesmo patamar que o Haiti. Enquanto no interior mais rico de São Paulo a taxa é de 20/1000 ela sobe no interior da Paraíba para 212/1000, situação pior do que a da região do sub-Saara na África, considerada a mais miserável do mundo. Para poder comparar veja-

O setor saúde é o retrato em branco e preto do descabro e menosprezo por parte dos governos em relação à população carente



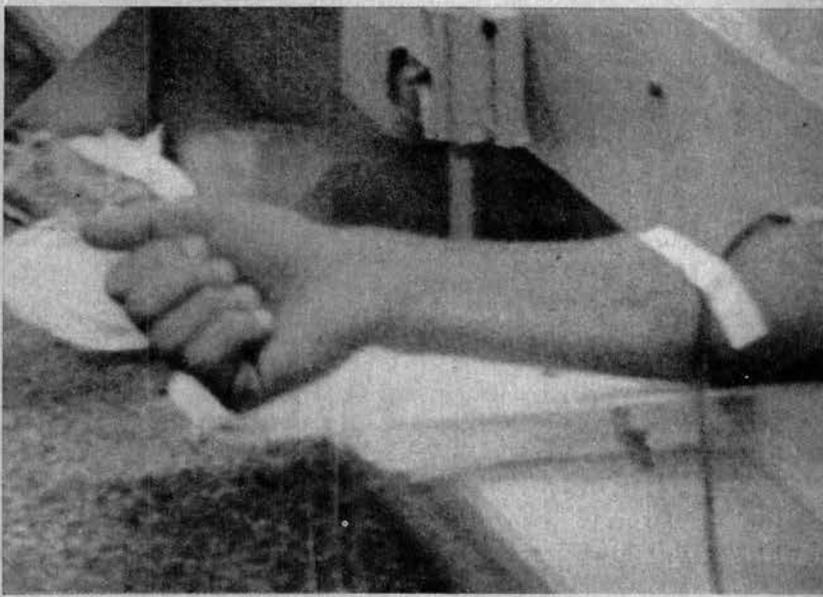
AIDS, DESAFIO PARA A HUMANIDADE

Os anos 80 podem ser lembrados também como aqueles que registraram a Aids como a grande questão de saúde para a humanidade. Diagnosticada pela primeira vez em 1981, há hoje cerca de 203,5 mil casos notificados no mundo pela Organização Mundial de Saúde, número subestimado segundo os especialistas que acreditam haver cerca de 600 mil portadores da doença, já disseminada globalmente. Os especialistas no assunto estimam que se até o fim da década de 90 não for descoberta uma forma de prevenção para a doença, 10 milhões de pessoas, no mundo, estarão infectadas. A presença da Aids fez questionamento sobre valores e hábitos, despertou velhos fantasmas sociais e religiosos, incrementou a briga pelo poder econômico e pelo saber que perpassa o sistema médico.

O Brasil é hoje o segundo país do mundo em número de portadores da Aids.

Avanços tecnológicos não responderam aos desafios da Aids, que tende a aumentar, a contragosto da ideologia desenvolvimentista que move a medicina

Rafael Gaillard — Gamma Sigla/Manchete



mos que a taxa de mortalidade infantil nos EUA é de 12/1000; em Cuba, 11/1000; na Bélgica é de 9/1000; no Chile é de 22/1000 e na Costa Rica é de 18/1000.

Por ser um dado muito sensível à realidade sócio-econômica e às políticas sociais, a mortalidade infantil reflete a situação brasileira neste fim de década. Temos cerca de 80 milhões de brasileiros com déficits alimentares. Padecemos carências de quantidade e de qualidade. Cerca de 60% a 70% de todas as mortes de crianças de menos de cinco anos no Brasil têm a desnutrição como causa associada. No final dos anos 80, o consumo de alimentos básicos por habitante sofreu uma redução de 11%, o que se fez paralelamente com a perda do poder aquisitivo dos assalariados. Em 1959 quem recebia o salário mínimo trabalhava 65 horas para comprar a ração básica. No final de 1989 o trabalhador tem que suar 174 horas (média nacional) para adquirir a cesta básica. Hoje no Brasil morrem 25 vezes mais mulheres de parto do que na Europa. Somos campeão mundial de sangue contaminado. Das mortes que aqui ocorrem, a cada minuto (ainda hoje!), duas são por tuberculose, atingindo fortemente as crianças. Tivemos, em 1989, 580 mil novos casos de malária, depois dessa doença ter sido quase debelada na década de 70. O incremento da incidência está associado aos projetos de coloni-

zação da Amazônia assim como à falta de políticas sociais condizentes com a situação. Mais de 15 milhões de brasileiros estão infectados de esquistossomose, lepra e doença de Chagas.

A este quadro de doenças chamadas do "subdesenvolvimento", associadas à desnutrição, à falta de saneamento básico e às precárias condições gerais de vida de trabalho, o Brasil apresenta, no fim desta década, um perfil de mortalidade que condiz com os males do "desenvolvimento". Ou seja, as quatro primeiras causas de morte, hoje, no país,

são as enfermidades cardiovasculares, as doenças crônico-degenerativas, as doenças respiratórias e a violência. Embora consideradas problemas do desenvolvimento, engana-se, porém, quem pensar que são os ricos os mais atingidos por esses males. Certamente, hoje, a população mais abastada tem como previsão de morte, prioritariamente, essas quatro causas assinaladas. Porém, são também os pobres que na sua maioria enchem os hospitais, os ambulatórios e os necrotérios pelos motivos citados. Numa pesquisa no Rio Grande do Sul, por exemplo, foi provado que as probabili-

O Brasil entra nos anos 90 sem políticas nacionais de educação e saúde: quando todas as questões são prioritárias, nada é prioritário



João Roberto Ripper/Memória

dades de morrer por doenças cardiovasculares são cinco vezes maiores para um adulto pobre do que para um membro dos segmentos mais abastados. As taxas de mortalidade por violência (acidentes de trânsito, de trabalho e homicídios) são cinco vezes maiores entre os operários do que entre os empresários e profissionais liberais nas grandes cidades.

Sociedade doente — Este quadro revela uma sociedade excludente, desigual e extremamente doente, na medida em que, ao não cuidar de determinados grupos e classes, transfere para todo o corpo seus males e sofrimentos. A Aids vem nos mostrar os limites e a precariedade humana e particularmente da medicina moderna frente à problemática da vida e da morte. Os avanços tecnológicos não foram, até hoje, capazes de responder aos desafios dessa nova doença e nem do câncer, que tende a aumentar a contragosto da ideologia desenvolvimentista que move a medicina *soi disant* capaz de vencer a morte. Nossa organização social caminha a olhos vistos para o esgotamento de seu modelo calcado no materialismo, na pressa e na frag-

mentação: as mortes por causas violentas vão tomando os primeiros lugares nas estatísticas epidemiológicas. O mais triste, porém, é que todo o avanço científico da medicina não foi ainda capaz de ser implementado e incentivado para vencer os desafios da desnutrição, da malária, da tuberculose, da lepra, da esquistossomose e da doença de Chagas.

No Brasil estamos chegando ao final da década sem políticas nacionais de educação, saúde, habitação, segurança pública e meio ambiente. “Quando todas as questões são prioritárias, nada é prioritário”, lamenta o economista Carlos Lessa, comentando a situação social do país e o descaso do governo. Na área de saúde nunca se investiu tão pouco. Em 1977 o Brasil gastava 4,2% de seu PIB no setor e chega ao fim dos anos 80 apenas com 1,8% dedicados a essa política social. Por isso mesmo o sistema de saúde, de um lado, está sucateado, e, de outro, mantém-se refletindo as desigualdades. Temos médicos suficientes, mas concentrados nos hospitais e nas grandes cidades, mal pagos e em perene conflito com o Estado. Faltam material, medicamento, equipamentos e recur-

sos humanos nas unidades de atendimento primário, ao lado de unidades sofisticadíssimas com equipamentos caros e importados. O Brasil investe hoje 78% de seus poucos recursos no tratamento e apenas 22% na prevenção. O setor saúde é o próprio retrato do descalabro e do menosprezo em relação à população.

Portanto, talvez seja importante concluir com Miriam Leitão, na reportagem “Miséria brasileira reflete descaso e caos administrativo”, que moderno para o Brasil da década de 90 seja “comer, vestir, morar, estudar e ter uma casa com esgoto e água encanada”. Se conseguirmos “tal felicidade” para todos, chegaremos com saúde numa nova era. Certamente o final da década e o final do século nos apelam a mudanças. Mudanças profundas, reconstrução de valores, construção de novos mitos capazes de explicar melhor uma nova qualidade de vida como direito para todos no Brasil e no mundo.

Maria Cecília de Souza Minayo é professora adjunta da Escola Nacional de Saúde Pública e coordenadora do Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (Claves).

RORAIMA: O AVISO DA MORTE

AÇÃO PELA CIDADANIA

Será possível evitar?

Os Yanomami estão cercados por milhares de garimpeiros. Na região do lavrado e das serras, as terras dos Macuxi,

Wapixana, Taurepang e Ingarikó estão invadidas por fazendeiros. Um relato direto sobre a situação, publicado numa coedição CEDI/CCPY/CIMI, contendo propostas de solução, resultou da visita à região de uma comissão da *Ação pela Cidadania*.

Leia e entre nessa luta pela vida dos Yanomami e pela demarcação e desintrusão das terras indígenas em Roraima.

50 páginas, fotos, NCz\$ 64,00

Tempo e Presença Amazônia

Edição especial

A Amazônia está em pauta, transformada em uma questão permanente para o futuro do Brasil, dos demais países amazônicos e do planeta. Nesta edição especial, *Tempo e Presença* incorpora depoimentos de especialistas de renome nacional e internacional, fotos, mapas, estatísticas, diagramas e um encarte com os principais documentos relativos à Amazônia e seus povos, transformando esta edição em uma referência obrigatória para os que se interessam pelo tema.

68 páginas, 21x27.5cm, NCz\$ 35,00



Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI - Setor de Distribuição,
Av. Higienópolis, 983, cep 01238, São Paulo, SP

INVERNO DA IGREJA

Depois de viver o espírito primaveril do Concílio Vaticano 2º, a Igreja Católica mergulhou, nos anos 80, num rigoroso inverno que reforçou a disciplina interna e a centralização

João Batista Libânio

Estamos terminando a década menos criativa, original e brilhante para a Igreja Católica. Depois dos anos dourados do pós-Concílio, Karl Rahner, já no início da década de 80, com profunda sensibilidade crítica, pressentia a chegada do inverno da Igreja sob forma de conservadorismo em contraste com o verdadeiro espírito primaveril do Concílio.

Os principais movimentos que alimentaram a vida eclesial nas décadas de 60 e 70 arrefecem. Estagna-se o avanço na liturgia. Permite-se a volta à missa de S. Pio 5º no seu

texto de 1962. O ecumenismo entra num ritmo de espera. O diálogo com as grandes religiões e com o ateísmo transforma-se em atitude de reserva e distância. Os movimentos leigos de Ação Católica, comprometidos na luta política de transformação da realidade, cedem lugar aos movimentos de espiritualidade de caráter mais intraeclesial. O surto missionário sofre a hemorragia da diminuição de vocações dos países-fonte. No próprio novo Código do Direito Canônico não se percebe tanto o espírito do Concílio, mas antes a preocupação conservadora. O ensi-

namento da teologia sistemática e sobretudo moral tem-se marcado por seu caráter tradicional.

Instituição eclesiástica — Houve profundo deslocamento do movimento no interior da instituição eclesiástica. Passou-se de momento de maior participação nos diversos níveis de Igreja para uma nova centralização. O progressista episcopado holandês se transforma num dos mais conservadores do mundo, decepcionando com seu sínodo os segmentos progressistas da Igreja. A Companhia de Jesus, símbolo das posições de ponta no campo social e da moral, sofre intervenção.

Na América Latina, no final da década de 60, o Celam desempenha papel fundamental ao traçar as linhas pastorais pós-conciliares para o momento histórico do Continente. As Conferências Episcopais assumem função relevante, produzindo textos fundamentais para orientação pastoral das igrejas particulares. A década



da de 80 representa um arrefecimento desse movimento, com crescente reacentração no pólo romano. Iniciativas locais são freadas. Experiências litúrgicas mais audazes, como a Missa dos Quilombos e da Terra sem Males, em vez de receberem incentivo, são interditas. A tentativa da criação de um Diretório Litúrgico Popular encontra mais entraves que apoio. Predomina a nomeação de bispos mais conservadores e de menor descortino e criatividade. E outros, que então foram símbolo de abertura, desprovidos talvez de embasamento sólido não resistem ao movimento de involução e recuam a posições conservadoras, calcadas de legalismo. A participação desejada por Paulo 6º na escolha dos bispos parece não conseguir concretizar-se. O caso da arquidiocese do Recife e a subdivisão da arquidiocese de São Paulo exemplificam, entre tantos, tal perspectiva. Não faltam, porém, exceções, como a nomeação do cardeal Martini para Milão, onde desempenha maravilhoso trabalho pastoral, para além de sua igreja particular. A declaração dos teólogos de Colônia (Alemanha), seguida de outras manifestações, chama atenção, de maneira crítica, para tal involução eclesial.

Graça do martírio — Os anos 80 abriram-se com a trágica morte de monsenhor Romero (24 de março de 1980). E no final de 1989, no mesmo país, seis jesuítas e duas mulheres do povo foram trucidadas por membros do exército.

Nesse intervalo é impossível enumerar quantos agentes de pastoral, camponeses, operários, religiosos e religiosas, sacerdotes deram sua vida na luta pela libertação dos pobres. São mártires, vítimas quer da repressão oficial do Estado, quer de forças paramilitares, quer de grupos de extermínio, quer de milícias particulares. Todas essas forças comungam no mesmo objetivo de atemorizar a Igreja, comprometida socialmente, e assim afastá-la de sua opção pelos pobres.

No Brasil, tivemos o caso da prisão dos padres franceses e muitas outras arbitrariedades até a consumação da abertura política. Agora são outras forças conservadoras que continuam perseguindo e assassinando membros

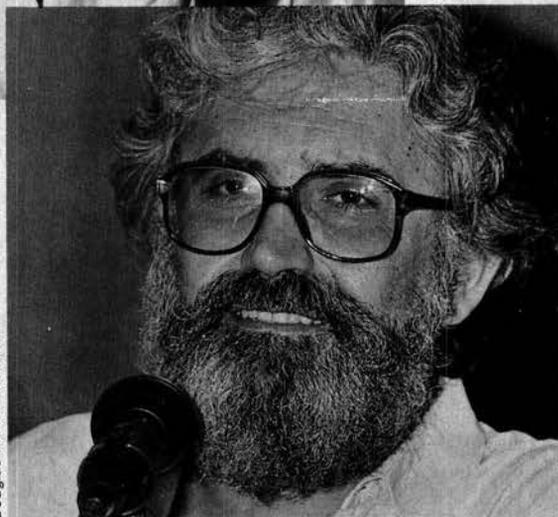


Missa dos Quilombos: experiência litúrgica cujo preço pela audácia foi sua interdição, ditada por Roma

da Igreja, sobretudo na luta do campo. Nessa década se deu também a simbólica trasladação dos restos mortais de frei Tito da França para o Brasil, vítima-símbolo da repressão militar das décadas anteriores.

Campo da teologia — Viveu-se, em geral, no conjunto da Igreja, um período de pouca criatividade. Os grandes teólogos, que fizeram o Concílio Vaticano 2º, começaram a desaparecer pela morte ou já não tinham muito mais novidade a dizer. Além do mais, já no final da década de 70 se tinha começado uma série de medidas disciplinares que foram cerceando a liberdade dos fautores da liberdade neoliberal européia. J. Pohier, Hans Küng, E. Schillebeeckx, além de moralistas como Curran, B. Häring, se viram envolvidos com interrogatórios, processos e punições. Essas medidas disciplinares continuam sendo aplicadas até o momento, criando uma certa tensão entre dicastérios romanos e teólogos.

Mas a grande novidade teológica coube, sem dúvida, à teologia da libertação. Entrou no cenário mundial. De um lado, além dos livros programáticos, escritos já na década anterior, os teólogos da América Latina começam a realizar o projeto "Teologia e libertação", publicando textos sobre os grandes tratados e questões relevantes para nosso contexto. Os primeiros volumes de uma série prevista para mais de cinquenta volumes começaram a sair em 1985. Já foram publicados quase vinte e estão sendo traduzidos em diversas línguas, apesar dos empecilhos por parte de instâncias romanas.



Douglas Mansur/Memória

Esta presença da teologia da libertação tem provocado uma dupla reação. De apoio quer por parte dos leitores, que a legitimam por seu interesse, quer de teólogos europeus renomados, que têm manifestado publicamente seu apreço e esperança em tal teologia. De restrições severas por parte de instituições oficiais da Igreja, silenciando por um tempo Leonardo Boff, instaurando severas críticas na *Instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação* da Congregação para a Doutrina da Fé, exercendo censura mais severa sobre a coleção "Teologia e libertação", manifestando posição crítica negativa em entrevista (cardeal Ratzinger: *A fé em crise*, São Paulo, 1985). Esta desconfiança bastante generalizada de autoridades eclesiais foi, de certo modo, contrabalançada, quer pela segunda *Instrução da Congregação para a Doutrina da Fé sobre a liberdade cristã e a libertação*, quer pela carta que o papa escreve aos bispos brasileiros, onde afirma ser a teologia da libertação útil e necessária.

Frei Leonardo Boff: condenado ao silêncio pelo Vaticano, que se incomoda com a nova forma de ser Igreja no Terceiro Mundo

CEBS ILUMINAM IGREJA LATINA

Alternando os pontos escuros com traços de luz, os anos 80 foram para a Igreja da América Latina extremamente ricos pelo crescimento das comunidades eclesiais de base. A experiência trôpega dos anos 60 hoje se firmou pela multiplicação maravilhosa do número das comunidades, pelo vigor espiritual, pela profundidade de sua eclesialidade. A experiência dos encontros intereclesiais, iniciada em 1975, encontrou prosseguimento e acumulou inúmeros pontos adquiridos. Em 1981, o Encontro Intereclesial de Itaici superou forte desconfiança dos seto-

res sociais, políticos e eclesiásticos. Os encontros seguintes (Canindé, no Ceará; Trindade, em Goiás; e Duque de Caxias, no Rio de Janeiro), foram verdadeiras celebrações, com presença crescente de comunidades e de bispos, de modo que o último se constituiu um ato eclesial de relevância ímpar. Além disso, o caráter latino-americano e ecumênico foi crescendo. Num momento em que o movimento ecumênico perde fôlego no seu conjunto, as bases da Igreja aumentam suas ligações ecumênicas.

Declarações oficiais da Igreja, tanto de nível pontifício, como sobretudo o documento da CNBB (documentos da CNBB nº 25), dão o aval oficial às CEBs, apesar das contínuas suspeitas levantadas por outros setores eclesiásticos e políticos conservadores.

As CEBs têm trazido uma dupla contribuição para uma nova maneira de ser Igreja. De um lado, fazem nos círculos bíblicos uma leitura popular e encarnada da Palavra de Deus e, de outro, mostram claro compromisso com os movimentos populares. As greves do ABC de 1980 só puderam resistir tanto tempo com a participação significativa da Igreja, e o impressionante crescimento do Partido dos Trabalhadores se deve também à participação dos cristãos da Igreja das bases.

uma nova ordem constitucional, Exigências éticas de uma ordem democrática e outras declarações da presidência. Tal posicionamento reflete uma Igreja Católica mais comprometida com a problemática social.

Presença pública — O fenômeno de secularização tem significado uma perda de presença pública e social das instâncias oficiais religiosas. A Igreja Católica tem feito gigantesco esforço para reverter tal processo e ocupar maior presença no mundo moderno. João Paulo 2º iniciou a década com viagens à África, ao Brasil, a países da Europa. Durante esses anos fez 44 viagens internacionais, percorrendo todos os continentes. Cada viagem é precedida, acompanhada e seguida de enorme publicidade nos países visitados e no noticiário mundial. Só no Brasil, conseguiu colocar na rua, de maneira organizada, uns 20 milhões de pessoas. A pessoa do papa, dotado comunicador de massa, tem colocado a Igreja nas manchetes dos jornais e nas imagens das TVs. Além disso, um grupo de pessoas ligadas à fundação Testemunho do Amor de Deus, sustentada pelo próspero empresário holandês Derksaen, lançou o projeto Lumen 2000, com iniciativas mirabolantes de transmissões por satélites de programas religiosos televisivos. Em articulação com ele, está outro grande projeto, Evangelização 2000.

Um outro tipo de presença da Igreja Católica e evangélica tem sido nos países socialistas com a visita de teólogos da libertação. Os livros de Frei Betto (*Fidel e a religião*, Brasiliense, 1985) e de Clodovis Boff (*Cartas teológicas sobre o socialismo*, Vozes, 1989) são expressões dessa presença.

Numa palavra: a Igreja de 80 quis apresentar-se firme, coesa, bem estruturada por dentro para causar impacto num mundo em desagregação. Para isso, reforçou sua disciplina interna e centralização, aumentou seu poder sobre o mundo das comunicações, às custas da criatividade, das experiências novas, da participação das bases em todos os níveis.

João Batista Libânio, teólogo católico. Autor, entre outros, de *As grandes rupturas sócio-culturais e eclesiais e Evangelização e libertação* (Vozes).

As CEBs trazem dupla contribuição para a nova maneira de ser Igreja: fazem uma leitura popular da Palavra de Deus e mostram compromisso com o povo



Ainda no campo da teologia, aconteceu a fundação da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (Soter), que reúne os teólogos, em princípio católicos, do país. Ela tem promovido reuniões anuais, que são verdadeiros congressos de teologia. Outro fato novo é o surgimento dos primeiros leigos e leigas doutores em teologia, que assumem regularmente o magistério teológico. Assistimos ao fenômeno de estudantes de outros países da América Latina, dos EUA, da Europa e da África virem cursar teologia nos centros teológicos do Brasil.

Pensamento social — No campo do pensamento social a Igreja fez enorme caminhada. Três pontos merecem

relevância. O pensamento social da Igreja avança significativamente com os documentos de João Paulo 2º (*Laborem Exercens*, *Sollicitudo Rei Socialis* e inúmeras alocações, sem falar do documento sobre dívida externa, da Comissão Justiça e Paz). O episcopado norte-americano, tão tradicionalmente conservador no campo social e alheio às políticas que seu país pratica, saiu de seu mutismo e elaborou documentos de marcada seriedade sobre guerra, paz, questões econômicas. E a CNBB continuou na mesma linha da década de 70, quer escolhendo temas socialmente significativos para a Campanha da Fraternidade, quer produzindo textos como *Problema da terra*, *Solo urbano*, *Reflexão cristã sobre a conjuntura política*, *Por*

AVANÇOS E TROPEÇÕES

Participação política, criação de conselhos e opção por caminhos ecumênicos marcaram a passagem do protestantismo pelos anos 80

José Bittencourt Filho

Nos anos 50 o protestantismo brasileiro passou a ter contato com o que vinha ocorrendo no mundo. Até então provinciano e marcadamente pietista, passou a tomar conhecimento do pensamento teológico que vinha sendo produzido desde o início do século nos grandes centros do mundo protestante internacional, e do movimento ecumênico que se iniciava a partir da criação do Conselho Mundial de Igrejas (1948). Isso se deu, principalmente, devido ao empenho do teólogo e missionário Richard Shaull, cuja ocupação central era o processo revolucionário (em sentido amplíssimo) que se vinha gestando na civilização ocidental, após o século 16, e que após a Segunda Guerra Mundial tomou proporções planetárias. Já nos

anos 60 o dinamismo dos diversos setores da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), em particular o de Estudos e Responsabilidade Social da Igreja, contribuíram decisivamente para os saltos de qualidade que então se verificaram.

As perspectivas políticas nascidas com a Revolução Cubana e a eferescência das "Reformas de Base" provocaram a convocação da Conferência do Nordeste ("Cristo e o processo revolucionário brasileiro", 1962), inspirada nas novas ênfases e desafios que se colocavam para as igrejas, sobretudo no tocante ao enraizamento do protestantismo na cultura e realidade brasileiras.

Golpe militar — O clima de euforia e a expectativa de uma "esquer-

dização do continente" logo converteram-se em frustração. Sob o patrocínio do capital transnacional o Brasil tornava-se a experiência-piloto dos regimes de segurança nacional, que iriam implantar-se em toda América do Sul nos anos seguintes e que plasmaram um processo sócio-político pelo qual as igrejas protestantes não passaram incólumes.

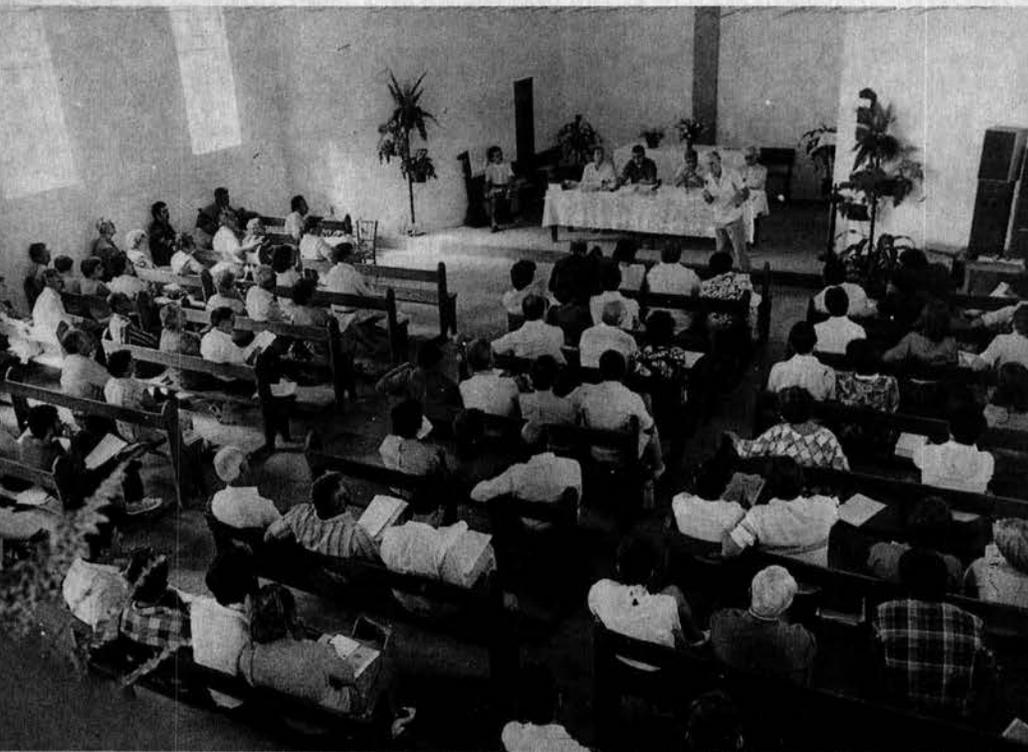
O golpe facilitou, nas principais denominações, o ascenso dos setores ultraconservadores às burocracias dirigentes. Os efeitos imediatos: expurgos e perseguições junto às instituições de ensino teológico, organismos de juventude, desarticulação da CEB. Por omissão as igrejas apoiaram o golpe e, quando da promulgação do AI-5, a situação estava sob controle dos setores conservantistas e o passado recente parecia definitivamente sepultado.

A década de 70 ficou conhecida como a "idade das trevas" para as igrejas evangélicas. Nela se sentiram os efeitos da repressão da década anterior e, paralelamente, escancararam-se as portas e janelas para as entidades paraeclesiais da ultradireita religiosa norte-americana.

Participação política — A passagem da década de 70 para a de 80 brinda o povo brasileiro com a abertura política, isto é, com a anistia, o retorno do pluripartidarismo e maiores espaços para os movimentos sociais e populares, que durante o período autoritário se desenvolveram quase clandestinamente.

A eleição de governadores (1982), após quase vinte anos de jejum eleitoral, sinalizou os novos tempos democráticos nos quais o país estaria ingressando. No entanto, somente em 1984 iria concretizar-se a grande mobilização que traz de volta ao cenário político a participação das massas — a campanha pelas eleições diretas para Presidente da República. Nessa ocasião já se começa a perceber uma participação mais efetiva dos evangélicos, e os albores de uma mudança muito importante: a decre-

O sinal verde em várias igrejas credenciou grupos dissidentes, sensíveis com as causas populares, a aumentarem sua militância política



Oswaldo Kischdielel

tação do fim do absentismo político como regra de conduta.

O aumento de peso social dos evangélicos — devido ao seu crescimento numérico — ao lado das relações cada vez mais difíceis dos grupos dominantes com a Igreja Católica, em face da atuação dos seus setores progressistas, foi fator que contribuiu para mudança. Vale ressaltar que o “sinal verde” para participação política credenciou grupos dissidentes, sensibilizados pelas causas populares que, a partir daí, incrementaram consideravelmente sua militância. Tudo isso aguçou a polarização ideológica que iria ser notável durante toda década. A frustração pelo resultado negativo da campanha das diretas foi compensada, em parte, pela mobilização popular quando da instalação do Congresso Constituinte.

No Congresso Constituinte ficou notória a nova postura dos evangélicos quanto à política institucional. Calcados numa campanha que deu ênfase às reivindicações corporativas dos evangélicos, foram eleitos mais de trinta deputados, a terceira banca do Congresso. Apenas cinco desses parlamentares sustentavam posições progressistas.

Alguns deram verdadeiras demonstrações de fisiologismo e inexperiência. O mais importante, porém, foram as manifestações oficiais de igrejas questionando o procedimento desses deputados e desautorizando-os como “representantes” das posições dos evangélicos quanto às grandes questões nacionais.

Nesse período foi possível constatar a presença de evangélicos, seja como igrejas, como grupos ou individualmente, junto aos movimentos sociais e populares, partidos de esquerda e no movimento sindical. Embora a síntese fé e política não estivesse sistematizada (até por autopreservação), é possível asseverar que a participação dos evangélicos na vida política brasileira tornou-se um fato.

Convergências e divergências — Na atualidade, a tipologia classista do protestantismo que diferencia verticalmente o campo denominacional não dá conta da complexidade das várias convergências ideológicas que atravessam horizontalmente as igrejas.

No protestantismo de missão é onde pode ser encontrado o maior

número de “ilhas de dissidência”, juntamente com um pensamento bíblico-teológico progressista mais elaborado, assim como as bases eclesiais e eclesiásticas do movimento ecumênico na linha do Conselho Mundial de Igrejas.

No protestantismo de migração destaca-se a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), que, por força da política fundiária do regime ditatorial, viu boa parte de seus adeptos mergulhada numa situação dramática. Este fato transformou uma agremiação eclesiástica historicamente identificada com a colônia alemã numa das vanguardas da pastoral popular, inclusive no que diz respeito ao ecumenismo.

Com esses exemplos ilustram-se a complexidade, a riqueza e a dinâmica do protestantismo nos anos 80. A relação entre Igreja e sociedade no Brasil inclui hoje, necessariamente, o campo protestante, levando-se em conta ainda o poder de mobilização e a capacidade de organização dos vários grupos pentecostais.

“Pentecostalismo autônomo” — No Brasil de hoje, sobretudo nestes anos 80, já se pode falar num pentecostalismo clássico, cuja estrutura, funcionamento e condutas aproximam-se gradativamente do protestantismo de missão, naturalmente sem a perda do seu núcleo doutrinário.

Contudo, nesses anos, no âmbito pentecostal, o grande fenômeno foi a explosão do assim chamado “pentecostalismo autônomo”, ou seja, agremiações eclesiásticas pentecostais que centram sua prática e dis-

curso em torno da tríade cura, exorcismo e prosperidade.

Embora ainda seja cedo para avaliar os efeitos políticos da mobilização até aqui promovida por essas igrejas, é possível prevê-los em função de sua enorme investida na aquisição de meios de comunicação de massa (rádio, televisão e publicações), indubitavelmente mecanismos privilegiados na formação de opinião. Aliás, nas eleições presidenciais, a Igreja Universal do Reino de Deus patrocinou junto aos seus fiéis a candidatura Collor de Mello.

Movimento carismático — Aquilo que nos anos 70 tinha características de um movimento que avassalava as igrejas do protestantismo histórico, causando muitas divisões e provocando o surgimento de novas denominações, nos anos 80 encontra-se em acelerado processo de institucionalização.

Uma novidade é que ele aparece com grande força na Igreja romana (renovação carismática católica), e cria conexões com igrejas e grupos carismáticos de origem evangélica, articulando, desse modo, novas “redes ecumênicas”, inclusive em torno do projeto Lumen 2000. Muitas denominações assimilaram as ênfases carismáticas, de modo que se pode falar, hoje, de uma tendência pentecostalizante na maioria das igrejas protestantes, no que diz respeito ao discurso e à espiritualidade.

Movimento evangelical — O movimento evangelical brasileiro articulou-se no marco das propostas do congresso de Lausanne (1974). Forja-

Entre os evangélicos, o grande fenômeno foi a explosão do chamado pentecostalismo autônomo, que centra sua prática na cura, exorcismo e prosperidade

Douglas Mansur/Memória





A formação do Clai, no início da década, significou a realização de um velho sonho da unidade evangélica que remontava aos anos 60

ram o chamado “espírito de Lausanne” através de eventos significativos como o Congresso Brasileiro de Evangelização (1984); o Congresso Ibero-Americano (Comibam, 1986); e a reunião de líderes evangélicos na Chácara Flora (1988). Existe ainda um forte investimento em publicações.

O movimento iniciou a década de 80 exercendo uma influência considerável e com propostas amplas de articulação das igrejas. Por força do denominacionalismo reinante não tiveram sucesso. Os setores mais conservadores do movimento sentiram-se comprometidos com as bandeiras hasteadas pelos parlamentares direitistas. Já os segmentos mais progressistas adotaram uma postura “profética” quanto ao mesmo assunto. A não consecução dos objetivos iniciais e as divisões internas marcaram o movimento nos anos 80.

A grande contradição do movimento reside no fato de que apesar da liderança renomada e reconhecida que possui não adquire consistência enquanto movimento eclesial, já que nele não existe representatividade oficial das igrejas, fato que o impede de firmar alicerces mais sólidos.

Caminhos ecumênicos — No princípio da década, realizou-se um ve-

lho sonho de unidade evangélica: a formação do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai). Os esforços nesse sentido tiveram seu início ainda nos anos 60, através das Confederações Evangélicas do Cone Sul e do Brasil. Nesse período, as confederações lograram a formação da Junta Latino-Americana de Igreja e Sociedade (mais tarde Isal), indubitavelmente o mais importante movimento eclesial evangélico no continente.

Também como fruto de muitos esforços, formou-se, no mesmo período, o Conic (Conselho Nacional das Igrejas Cristãs), que congrega as igrejas protestantes históricas e a Igreja Católica, através da CNBB, o que evidencia uma grande abertura ecumênica. A criação desse conselho mostra que o ecumenismo é irreversível entre os evangélicos, já que a última fronteira, a da unidade institucional, foi ultrapassada. Em ambos os conselhos existe a preocupação permanente com grandes questões da vida continental e nacional, e uma grande simpatia pela pastoral popular. No entanto, ainda existe um longo caminho a percorrer na sensibilização das comunidades locais. Ainda é preciso equacionar as questões doutrinárias arraigadas no conservadorismo inerentes às estruturas eclesiais.

Entretanto, os eventos realizados, as publicações distribuídas e os temas contemplados não só contaminaram como deram respaldo para que igrejas e grupos experimentassem avanços até há pouco considerados remotos.

Entidades de serviço — Desde os anos 60 as entidades ecumênicas de serviço vem desempenhando um papel estratégico. Durante os tempos difíceis dos regimes de segurança nacional, essas entidades tornaram-se pólos de produção de contra-informação e núcleos de articulação na luta pelos direitos humanos. Constituíram-se em verdadeiros “refúgios” das vítimas da repressão governamental e/ou eclesiais.

Com a redemocratização tais entidades foram gradativamente tornando-se centros de produção de conhecimento — inclusive bíblico-teológicos — num contexto em que as instituições acadêmicas, sob o tacão da censura ideológica, em muitos casos restringiram-se ao papel de reprodutoras. Essa produção as caracteriza e favorece seu papel de órgãos assessores da pastoral popular e instrumentos de disseminação da práxis ecumênica.

Em face da crise institucional das igrejas do protestantismo histórico as entidades têm sido fator de arejamento e desafio, dado o apoio direto e indireto que fornecem aos segmentos protestantes comprometidos com uma pastoral popular.

José Bittencourt Filho, pastor da Igreja Presbiteriana Unida, é coordenador do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

Aconteceu

Resenha semanal dos jornais de maior circulação do país

Assinatura anual:	NCz\$ 80,00
Assinatura de apoio:	NCz\$ 100,00
Exterior:	US\$ 50

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Rua Cosme Velho, 98 fundos, cep 22241, Rio de Janeiro, RJ, aos cuidados do Setor de Distribuição

A HORA E A VEZ DO POPULAR

O fortalecimento do ecumenismo popular nos anos 80 permite afirmar que, até o final do século, o movimento deixará de interessar apenas à minoria

Julio de Santa Ana



A situação que caracterizou o movimento ecumênico durante os anos 80 é resultado de processos que começaram a se esboçar no final dos anos 50 e início dos 60. Até esse momento, a busca da unidade entre os cristãos foi, principalmente, uma ação exclusiva de uma pequena minoria de cristãos, que conscientes do significado negativo das divisões existentes entre as igrejas procuraram promover uma aproximação entre elas, a fim de contribuir com o desenvolvimento da evangelização e das missões.

Esse caráter elitista do movimento ecumênico foi percebido claramente durante as seis primeiras décadas de nosso século. Por um lado, a grande maioria dos dirigentes do movimento era recrutada do movimento estudantil cristão, cuja vocação para dar testemunho de Jesus Cristo nos meios acadêmicos afastava naturalmente seus membros da grande maioria das comunidades cristãs. Por outro lado, as diversas versões do movimento ecumênico, plasmadas entre 1910 e 1950 (como, por exemplo, o Conselho Missionário Internacional, o Movimento de Vida e Ação, o de Fé e Constituição, até chegar à formação do Conselho Mundial de Igrejas, em 1948), reuniam alguns líderes e pensadores das igrejas, cujos interesses pela unidade cristã não chegavam a entusiasmar a grande massa de fiéis dos diversos corpos eclesiais. Existia uma evidente distância entre a visão da elite do movimento ecumênico e os interesses da vasta freguesia cristã.

Esta situação começou a mudar no final da década de 50. Vários fatores combinaram-se para propiciar esta mudança. De um lado, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) começou a analisar com muita atenção o processo que foi dando um novo ímpeto aos países da África, Ásia, América Latina, Caribe e Pacífico. Isto foi resultado de processo de estudo iniciado a partir de 1955 sobre a responsabilidade das igrejas e dos cristãos em "áreas de rápidas transformações sociais". A partir desse momento, o movimento interessado na unidade dos cristãos começou a ser realmente *ecumênico* (ou seja, vitalmente preocupado com a unidade do povo de Deus em *todo o mun-*

O ecumenismo está ganhando as ruas. Ele se manifesta em grupos de cristãos e de pessoas de outras religiões e ideologias que se unem contra todo tipo de opressão e de dominação



do habitado). Quando se realizou a 3ª Assembléia do CMI em Nova Deli (1961), muitas igrejas do chamado Terceiro Mundo solicitaram sua filiação ao CMI. Nessa ocasião se deu também uma entrada em massa das igrejas dos países socialistas no Conselho. Até então, este organismo reunia sobretudo as igrejas do Ocidente. A partir de 1961, um grande número de igrejas ortodoxas e evangélicas dos países do Leste europeu começou a participar muito ativamente no diálogo ecumênico. Ou seja, foi no início da década de 60 que as instituições eclesásticas começaram a militar decisivamente no movimento pela unidade dos cristãos.

O fato mais importante — que ajudou a dar novo rumo ao ecumenismo de nosso século — foi a convocação feita pelo Papa João 23, em janeiro de 1959, para que se realizasse um concílio ecumênico da Igreja Católica Romana. Iniciado em 1962, o Concílio Vaticano 2º concluiu seus trabalhos em 1965.

Durante o Concílio, os padres conciliares tomaram uma série de decisões muito importantes para a Igreja de Roma. Por um lado, decidiram entrar de cheio no movimento ecumênico, até então visto com muita desconfiança pelas autorida-

des romanas. Por outro, uma nova constituição dogmática da Igreja foi aprovada, onde se assinala que a comunhão do povo de Deus, expressa através da colegialidade do corpo episcopal, testemunha o espírito que deve habitar o corpo místico de Cristo. Além disso, através da constituição pastoral *Gaudium et Spes*, a Igreja Católica Romana se abriu claramente ao mundo moderno, concretizando assim um processo de atualização que a colocou em dia com a história de todo o mundo habitado.

Estas decisões do Concílio Vaticano 2º estavam em sintonia com as do movimento ecumênico, expressas sobretudo mediante atividades programáticas do CMI: ao mesmo tempo que ratificavam o caráter eminentemente popular das comunidades cristãs (*ekklésiai* = comunidades do povo de Deus), sublinhavam o peso institucional dos diversos corpos eclesásticos. As igrejas, tanto em nível comunitário como jurídico, entenderam que era fundamental participar nos processos históricos do mundo contemporâneo.

Durante os anos 60 e 70 essas tendências coexistiram no movimento ecumênico, que mantinha, contudo, alguns dos traços do período anterior. Ou seja, apesar dos setores po-

pulares terem começado a dar cada vez mais atenção ao diálogo pela unidade dos cristãos, quem participava mais ativamente na busca da convergência entre as igrejas eram pessoas que pertenciam a um número bastante restrito de fiéis. Contudo, estes militaram decididamente para que se ampliassem as fileiras daqueles que desejavam contribuir com o diálogo ecumênico.

Para isso, por um lado, se começou a dar uma ênfase cada vez maior ao ecumenismo entre os corpos eclesásticos. Nesse sentido, a entrada da Igreja Católica Romana no movimento ecumênico foi decisiva. No final dos anos 60, e sobretudo na década de 70, os diálogos bilaterais entre as diversas confissões cristãs foram crescendo em importância. Mas, por outro lado, o ecumenismo começou também a ganhar espaços em nível popular. Para alguns dirigentes, este ecumenismo — chamado de “selvagem” (ou “silvestre”) — não devia ser alimentado. Não obstante, continuou crescendo pouco a pouco. Expressou-se de diversas maneiras: através da formação de comunidades de estudo bíblico e oração, ou de renovação litúrgica. Todavia — sobretudo nos países do Terceiro Mundo — foi adquirindo um caráter militante na luta pelos direitos humanos, pela preservação do meio ambiente, pelo avanço da causa da justiça social entre os povos, ou no combate ao racismo, entre outras coisas.

Ou seja: tanto em nível institucional como em nível mais popular, o movimento ecumênico continuou avançando. Foi perdendo paulatinamente seu caráter elitista, ao mesmo tempo que se consolidava entre os corpos eclesásticos e ganhava posições entre os movimentos populares.

Durante a década que está terminando, essas duas tendências do movimento ecumênico se mantiveram firmes. Por um lado, do ponto de vista do ecumenismo eclesástico, há progressos muito significativos: no início de 1982 a Comissão de Fé e Constituição (do CMI e na qual participam oficialmente representantes da Igreja Católica Romana) chegou a uma série de acordos de grande importância em relação ao batismo, à eucaristia e a um ministério reciprocamente reconhecido entre

as igrejas. Ficou claro, então, que há uma grande convergência no que diz respeito ao batismo. Em menor grau essa convergência também se dá em torno da compreensão do sacramento da ceia. Ao contrário, as grandes divergências aparecem quando se consideram assuntos relativos ao ministério ordenado. O documento de Lima (acompanhado por uma proposta de ordem litúrgica para celebrar a eucaristia) foi motivo de cuidada atenção por uma grande quantidade de igrejas, cujas reflexões sobre o particular deram origem à publicação de vários volumes. A partir das reações dos corpos eclesiais continua o processo de reflexão sobre estes assuntos vitais para a vida das igrejas e a celebração da fé cristã.

Em julho/agosto de 1983 o Conselho Mundial de Igrejas realizou sua 6ª Assembléia (Vancouver, Canadá). Dois fatos são dignos de nota: a aprovação do 5º informe do Grupo Misto de Trabalho do CMI e do Vaticano, onde se ratificou a vontade de ambos de seguir avançando no caminho da unidade entre as igrejas, e o pacto ou aliança — estabelecido entre delegados das igrejas dos Estados Unidos e de diversos países da América Central — de luta por paz e justiça em seus países e entre seus povos. Este último foi muito significativo, pois a partir dele surgiu a iniciativa de lançar um processo conciliador entre as igrejas para estabelecer pactos/alianças que lhes permitirão unir esforços para lutar por justiça, paz e integridade da criação.

Este processo teve grande repercussão, tanto em nível institucional quanto popular. Na Europa, por exemplo, realizou-se uma grande reunião em maio de 1989, na Basileia, com a presença de aproximadamente oitocentos delegados oficiais das igrejas, mas que chegou a reunir milhares de pessoas por ocasião de várias atividades especiais. Em alguns países, como a Holanda, este processo deu motivo a que se reunissem até 20 mil pessoas das diversas igrejas. Neste tipo de atividades há uma clara convergência entre ecumenismo institucional e ecumenismo popular.

No ecumenismo institucional há três coisas em especial que merecem ser citadas. Primeiro, em junho de

1984, João Paulo 2º visitou a sede do Conselho Mundial de Igrejas em Genebra, quando reiterou enfaticamente a decisão da Igreja de Roma de participar no movimento ecumênico. Segundo, em 1986 aconteceu em Assis, Itália, uma grande concentração de líderes religiosos de toda *oikoumene* para rezar pela paz. Convidados pelo bispo de Roma, deram então uma grande demonstração de unidade. Terceiro, continuaram avançando os processos dos diversos diálogos interconfessionais, que têm como centro a Igreja Católica Romana. Entre eles é preciso recordar especialmente a última visita do arcebispo de Canterbury ao Vaticano, que consolida um prolongado processo de conversações entre as confissões católica romana e anglicana.

Todavia, é no ecumenismo popular que se percebem os maiores progressos. Se multiplicaram os organismos ecumênicos, cuja vitalidade constitui um grande desafio para o ecumenismo

oferecido ao povo do Zimbabwe, ou à independência (recente) do povo da Namíbia. São grupos que dão ajuda a refugiados, a perseguidos por motivos políticos, apóiam os esforços pela libertação das mulheres ou das minorias étnicas e culturais oprimidas. Estes grupos são fundamentais para os que lutam na África do Sul contra o iníquo sistema de *apartheid* que ainda prevalece nesse país. São eles que ajudam a minar seu poder opressor em todo o mundo.

No Brasil, durante os anos 80, essas duas expressões do movimento ecumênico tiveram decisivos avanços. O ecumenismo institucional, através da criação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic). O ecumenismo popular demonstrou sua força por ocasião do 7º Encontro Intereclesial de Comunidades Eclesiais de Base, em Duque de Caxias (RJ), julho de 1989.

Ainda que, como já foi dito, há os que olham com desconfiança e

O ecumenismo popular defende que a unicidade não pode ser restringida aos cristãos. É uma causa que, por ser de Deus e expressão de sua vontade, abraça a toda a humanidade

menismo institucional. Trata-se de um ecumenismo mais eclesial do que eclesialístico. Através deles se pode dizer agora, no início dos anos 90, que até o final deste século o movimento ecumênico terá deixado de ser interesse de uma pequena minoria dentro das igrejas.

Hoje o ecumenismo está ganhando as ruas. Manifesta-se em grupos de cristãos e de pessoas de outras religiões e ideologias que se unem para lutar por causas que permitem o desenvolvimento da unidade do povo de Deus em todo o mundo e, deste modo, o crescimento do ser humano. São grupos que lutam contra o racismo, o sexismo, as dominações culturais ou de classe, assim como também contra expressões de autoritarismos e totalitarismos diversos. Sem eles não se pode compreender o crescimento da solidariedade na luta contra a violação dos direitos humanos e sua promoção. Permitem compreender o apoio generalizado

apreensão para essas diversas manifestações do ecumenismo popular, nesses grupos se mantém vivo o dinamismo que ao longo de nosso século sempre caracterizou o movimento ecumênico. É sobretudo nesses grupos que se percebem os sinais de esperança no movimento que busca a unidade de todo o povo de Deus.

Por isso mesmo, com muita audácia, entendem que a unidade não pode ser restringida aos cristãos. É uma causa que, por ser de Deus, expressão de sua vontade, abraça todos os seres humanos. É inclusiva. Assim como também o é a busca do Reino de Deus e sua justiça.

Julio de Santa Ana, teólogo metodista uruguaio, é diretor do Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular (Cesep). Autor de, entre outros, *Ecumenismo e libertação* (Vozes).

(tradução de Alfredo S. V. Coelho)

ANOS 80/AMÉRICA LATINA

A TRÁGICA HERANÇA DAS DITADURAS

A América Latina reconquistou a democracia nos anos 80, mas amarrada ao grilhão da dívida externa entra nos anos 90 com dez anos de atraso

Carlos Castilho

A América Latina entra nos anos 90 com dez anos de atraso. A distância entre os níveis de vida dos países do continente aumentou drasticamente em relação às nações ricas do hemisfério norte e até em relação à Ásia. Estamos hoje com os mesmos padrões do final da década de 70 e perdemos dez anos em termos

de desenvolvimento porque gastamos todo este tempo amarrados ao grilhão da dívida externa. Nossa população cresceu a um ritmo médio de 3% ao ano, enquanto o Produto Nacional Bruto praticamente estagnou. Este simples cálculo nos mostra que estamos mais pobres do que há dez anos.

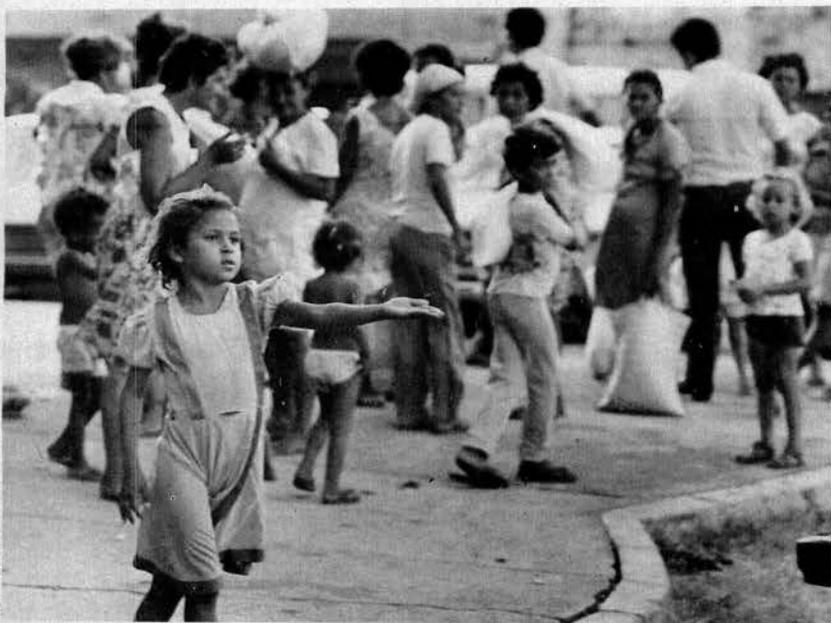
Mas a dívida deixou feridas ainda maiores do que a simples análise das estatísticas permite perceber. A herança dos anos 80 é trágica em quase todos os sentidos e o único legado, se é que se pode chamar a isto de legado, é a certeza de que dificilmente podemos piorar ainda mais. Estamos chegando no fim do poço e a grande esperança é que daqui por diante só poderemos emergir da longa noite da década perdida. Sinais visíveis de que isto já está começando a acontecer estão surgindo em vários países com o desenvolvimento de uma nova consciência política, em que a sociedade já não espera tudo do Estado, mas toma a iniciativa de seu auto-afirmar.

A armadilha criada por uma dívida global que já chega aos 480 bilhões de dólares nos obrigou a bater recordes de produção, mas, paralelamente, empobrecer cada vez mais. Quanto mais produzimos para pagar, mais deixamos de usufruir os benefícios desta produção, porque nos tornamos exportadores líquidos de dinheiro. O projeto de substituição de importações, que nos anos 50, 60 e 70 alimentou a criação de um parque industrial capaz de melhorar índices de consumo do continente,

A dívida externa, contraída e engordada durante as ditaduras, deixou feridas maiores do que a simples análise das estatísticas permite perceber



Jesus Carlos/Fóton



nafragou durante o vendaval criado pelos credores externos. Nossa indústria deixou de ser orientada para o mercado doméstico e foi substituída por bens e serviços vendidos aos países ricos.

Quanto mais exportamos para pagar a dívida, mais os produtos exportados caíram de valor no mercado internacional devido ao excesso de oferta e à recessão mundial no começo dos anos 80. Foi um esforço inútil porque o mecanismo selvagem de taxa de juros sobre empréstimos vencidos não parou de jogar os nossos débitos para o alto, até chegarmos ao ponto da dívida tornar-se matematicamente impagável. Mas apesar disso continuamos a ter que pagar e a ir sacrificando um a um nossos bens e propriedades. Na fogueira da dívida foram queimados também nossos valores políticos, riquezas naturais e tradições.

O fim do projeto de substituição de importações nos jogou em uma corrida doida em busca de exportações. Isto desequilibrou totalmente economias frágeis que não tiveram tempo e nem recursos suficientes para fazer uma reconversão racional. O resultado foi o surgimento de setores altamente lucrativos, como é o caso da laranja e da cana de açúcar, no Brasil, ou das uvas, no Chile, ou ainda dos vegetais de inverno no México, onde os lucros foram alimentados pela existência de uma

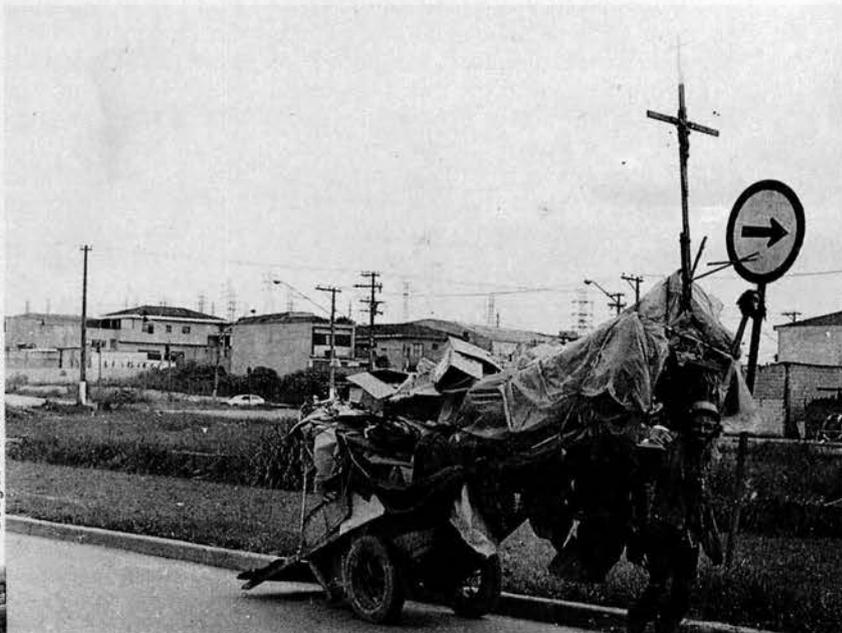
mão-de-obra barata, migrante e desesperada. Legiões inteiras de trabalhadores passaram a vagar pelo interior atrás das colheitas, criando uma nova realidade social e política nas regiões agrícolas. A pequena propriedade rural recebeu seu golpe de misericórdia e a estrutura tradicional do campesinato entrou em colapso. A migração campo-cidade tornou-se endêmica e adquiriu proporções alarmantes, transformando os grandes núcleos urbanos em bolsões de miséria cercando ilhas de riqueza.

O agravamento da crise, sinalizado dia-a-dia por uma inflação galopante, foi queimando uma a uma as várias soluções econômicas cria-

das em laboratórios acadêmicos. Chegamos ao fim da década descrentes de soluções ortodoxas e heterodoxas. Não acreditamos em mais nada, porque nada deu resultados, na tentativa de baixar a desvalorização das moedas e na queda do poder aquisitivo dos assalariados. Para as elites beneficiadas pela crise, o Estado passou a ser o grande vilão de toda as mazelas nacionais. Foi mais uma ironia da história. Depois da onda de militarização que atingiu o continente nos anos 70, quando o crédito fácil e barato levou os regimes autoritários a embarcar em projetos ambiciosos, coube aos governos democráticos, eleitos para resol-

O único legado dos anos 80 à América Latina é a certeza de que dificilmente a condição social da maioria da população poderá piorar

Douglas Mansur/Memória



ver o impasse institucional gerado pelas ditaduras, administrar um passivo ingovernável. Os credores cobram da democracia o que deveria ser cobrado de regimes autoritários que assumiram o poder com apoio destes mesmos credores.

A estrutura política tradicional na América Latina não resistiu à mudança das regras de dependência externa. O modelo de substituição de importações, ao privilegiar o mercado interno, serviu para aumentar a sobrevivência dos partidos populistas surgidos no pós-guerra mas foi impotente para evitar que estes mesmos partidos entrassem em crise, criando as condições que precipitaram a onda de golpes militares dos anos



João Roberto Ripper/Memória

A concentração de riquezas chegou a tal ponto que a própria elite reconhece: se nada for feito, é inevitável uma explosão de consequências imprevisíveis

60 e 70. Com o autoritarismo, a repressão política se abateu não só sobre os partidos populistas como, principalmente, sobre a esquerda, que pagou o preço mais alto em termos de vidas humanas. Os regimes militares começaram a enterrar o projeto de substituição das importações, implantando o regime de inserção no mercado internacional através da concentração da produção nas exportações, ou seja, no mercado externo. A mudança das regras de dependência foi fatal para os velhos partidos e, quando o autoritarismo recorreu à redemocratização para salvar-se do desgaste político, a volta dos civis ocorreu num clima de profunda desorganização partidária.

Sobraram apenas alguns sobreviventes do populismo nacionalista, como Leonel Brizola, no Brasil; os peronistas, na Argentina; os apristas, no Peru; e os estenssonistas, na Bolívia. Apesar da sociedade egressa do autoritarismo estar profundamente impregnada de um sentimento renovador, ela não conseguiu criar novos

partidos para substituir as ditaduras. O caso do Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil, é a única exceção. A esquerda também não conseguiu se adaptar rapidamente à redemocratização, pois seus principais quadros foram eliminados pelo autoritarismo. Assim, nos anos 80, a esquerda não conseguiu chegar ao poder em nenhum país latino-americano, apesar de, teoricamente, ter tudo a seu favor, depois da total desmoralização dos regimes militares e da crise econômica deixada pela ditadura.

Mas, apesar de chegarmos ao limiar dos anos 90 mergulhados em dúvidas e no pessimismo, existem fatos novos capazes de abrir perspectivas. São esperanças ainda muito tênues, mas que podem dar origem a fatos revolucionários. A principal delas é de que não há mais outra alternativa econômica senão voltarmos a dar prioridade ao mercado interno para satisfazer às demandas de uma sociedade que cresceu não só em termos numéricos, mas principalmente em termos de exigências

de melhoria das condições de vida. A concentração de riquezas chegou a um ponto absurdo e até as elites reconhecem hoje que, se nada for feito, é inevitável uma explosão social de consequências imprevisíveis. Segundo, que a solução dos problemas econômicos passa inicialmente pela política, pela restauração da credibilidade e pela adesão popular. E, em terceiro, que é impossível retornar pura e simplesmente ao passado, ignorando as mudanças que a economia internacional sofreu nos últimos dez anos.

O mais importante de tudo, no entanto, é o fato de que em vários países latino-americanos surge de forma ainda incipiente uma tendência à auto-organização da sociedade através de movimentos sociais de base. Trata-se de um fenômeno político novo, que desconfia da velha política oligárquica e não acredita nas soluções imediatistas da antiga esquerda radical latino-americana. Este fenômeno novo está mudando a forma de pensar e agir de um número cada vez maior de organizações sociais e políticas. O que se verifica de novo hoje na América Latina é uma renovação de baixo para cima. Um fenômeno que de alguma forma lembra o que está acontecendo na Europa oriental. A sociedade tradicional está cansada, exaurida pela falta de soluções para a crise da dívida. O fenômeno ainda é muito novo, mas é a grande esperança para os anos 90.

Carlos Castilho, jornalista, é editor da área internacional do *Jornal do Brasil*.



PROJETOS DE ESPERANÇA

Milton Schwantes

Estudar a Bíblia... o que significa realmente isso?

É certo que durante muito tempo pensávamos até que estudávamos a Bíblia, mas o grande desafio é estudá-la à luz do contexto brasileiro e latino-americano. Milton faz isso de um jeito forte, profundo, com palavras simples e diretas. E vai abrindo "os segredos" do texto bíblico.

CEDI/Vozes/Sinodal, 21x13,5 cm., 95 p., NCz\$ 74,00

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 983, cep 01238, São Paulo, SP, aos cuidados do Setor de Distribuição



Jacques Witt — SIPA/Newsweek

ANOS 80/LESTE EUROPEU

CAIU O MURO, VIVA GORBATCHÓV

O muro de Berlim, que durante quase cinco décadas limitou dois mundos, não resistiu aos ares da glasnost e da perestroika e ruiu em novembro

Luiz Augusto Ramalho

A queda do muro de Berlim deu ao mundo uma lição: só é possível construir o socialismo com o consentimento e a participação ativa da população, com fortes organizações de base, uma sociedade civil bem articulada, com democracia, oposição e liberdade de quem pensa diferente



Kamel Lamma — SIPA/Newsweek

Caiu o muro. Na noite de 9 de novembro de 1989, uma quinta-feira cinzenta de outono, esta notícia se espalhou pelas duas Berlins, ocidental e oriental, capitalista e socialista. Milhares de pessoas foram fazer o teste, foram ver para crer e passaram sem controle por uma das fronteiras mais sensíveis e bem defendidas do mundo, o muro de Berlim, que separou duas partes de uma cidade de mais de 3 milhões de habitantes, e, mais que isso, limitou dois mundos, dois sistemas políticos e econômicos antagônicos. Chamado pela imprensa ocidental de “muro da vergonha”, na verdade ele simbolizou muitas vergonhas: a vergonha da Guerra Fria, das tentativas do Ocidente de desestabilizar os países da Europa oriental, do *roll back*; a vergonha do stalinismo impondo regimes socialistas *manu militari*; a vergonha de um socialismo carica-

tural, sem participação, sem eficiência econômica, autoritário e ditatorial; e uma vergonha de origem, o nazismo alemão que levou à Segunda Guerra Mundial, à destruição e subsequente divisão da Europa.

As mudanças políticas na Europa ocidental surpreenderam pela sua rapidez, profundidade e caráter pacífico (exceção trágica da Romênia). O que os poloneses alcançaram em dez anos os húngaros conseguiram em dez dias. O que significam estas mudanças? Para a direita europeia a resposta é clara. Como se exprimiu um comentarista político alemão: “A Guerra Fria terminou. Nós ganhamos”. E uma grande parte da população dos países do Leste também pensa assim. Um representante do Solidariedade polonês declarou à imprensa alemã: “O comunismo morreu. Nós queremos o sistema econômico que deu certo no mundo inte-

ro, a economia de mercado”. Uma afirmação difícil de engolir para os povos do Terceiro Mundo, onde a economia de mercado deu inflação, endividamento, miséria, fome — só deu certo para os ricos.

Lições — Significam estas mudanças, esta “revolução pelo capitalismo”, o fim da utopia socialista, do sonho de uma sociedade mais justa e igualitária, de riquezas melhores distribuídas, da felicidade de todos como condição da felicidade de cada um? Pelo menos temos de aprender algumas lições do fracasso do chamado socialismo real do Leste europeu. Talvez a principal delas: socialismo só se constrói com o consentimento e a participação ativa da população, com fortes organizações de base, uma sociedade civil bem articulada; em outras palavras, com democracia, oposição, liberdade, aquela liberdade de que falava Rosa Luxemburgo, a liberdade de quem pensa diferente. Outra lição: socialismo não é estatização da economia, mas controle dos meios de produção pela sociedade no sentido de maior eficiência econômica e melhor distribuição da renda. E socialismo sem possibilidade e espaço econômico, social, político e cultural para a realização pessoal, sem a mediação entre o coletivo e o individual, não funciona.

Na verdade, as necessidades do socialismo burocrático do Leste europeu criaram as próprias condições para sua contestação. Fatores positivos, como um sistema educacional abrangente, saúde de graça para todos, assistência para as famílias, formação profissional, pleno emprego, ajudaram a constituir a sensibilidade para o que estava faltando: restrições do consumo individual, liberdade de ir e vir, de pensar e ser diferente. E a revolução no Leste europeu foi, como quase todas as revoluções, uma revolução de jovens. A necessidade de viajar, de sair de seu ambiente, de ver e pensar outras coisas não é algo superficial e individualista, ainda mais quando estamos falando de sociedades onde as necessidades básicas da população foram satisfeitas.

Luiz Augusto Ramalho, sociólogo, é professor da Universidade Livre de Berlim.

GLASNOST É DESAFIADA

Um poderoso movimento de massas livrou a região de um só golpe das ditaduras. Pacificamente na Polônia, República Democrática da Alemanha, Hungria, Tchecoslováquia e Bulgária. Pela violência na Romênia, onde a intransigência do ditador Ceausesco levou o país a um banho de sangue, no qual tentou-se, sem sucesso, reeditar a “paz dos cemitérios” imposta ao povo chinês pelos novos mandarins de Pequim (massacre da praça da Paz Celestial, 1989).

Na URSS, explodem reivindicações nacionais de todos os lados. Elas constituem uma das mais duras provas para Gorbachóv e os reformistas soviéticos. Cada um a seu tempo. manifestam-se

os povos do báltico, as nacionalidades que vagam pela imensidão polar do ártico, os judeus, os alemães do Volga, as nacionalidades muçulmanas, os tártaros, os caucasianos e os moldavos.

Gorbachóv também enfrenta uma questão nacional raramente lembrada: a questão nacional russa, cujo nacionalismo remete diretamente ao chauvinismo grão-russo, proverbialmente pan-eslavista e propenso ao hegemonismo. Na resolução destas questões repousa não só a continuidade da *glasnost* e da *perestroika*, como certamente a manutenção da distensão Leste/Oeste.

(Maurício Waldman)

Gorbachóv diante de uma das mais duras provas para seu projeto de abertura: superar as reivindicações nacionais que explodem em toda a URSS, inclusive na própria Rússia. Da resolução destes desafios dependem a continuação da *glasnost* e da *perestroika*, e a distensão Leste/Oeste



MUNDO GUERREIRO

O Terceiro Mundo é o grande flagelado pelas guerras dos anos 80. A paz e a justiça exigem, portanto, uma distensão também no eixo Norte/Sul

Maurício Waldman

O mundo viveu, nos anos 80, uma série de conflitos que se inscreveram, em termos de uma perspectiva mais ampla, no rol dos conflitos que se sucedem desde a Primeira Grande Guerra, conflitos pela hegemonia mundial que a mudança periódica de interlocutores não altera

em sua essência. Ainda que a distensão Leste/Oeste lance esperanças para um mundo de paz, este ainda é uma realidade distante. A desigualdade que separa nações ricas de nações pobres distancia as elites da massa do povo. Caso não seja solucionada, continuará a motivar conflitos

bélicos, um ônus que sobrecarrega os deserdados e marginalizados do mundo inteiro. Basta lembrar que as guerras dos anos 80 concentram-se, assim como as precedentes, nas regiões subdesenvolvidas do planeta. Portanto, não será suficiente uma distensão Leste/Oeste que não seja correspondida por uma outra, no sentido Norte/Sul. Caso contrário, o Terceiro Mundo, que concentra a maioria esmagadora da população do mundo continuará a sofrer mais este flagelo, repetindo trágicos balanços, pois apenas transformações radicais, com a perspectiva da democracia e da liberdade, garantirão paz e justiça a todos os homens e mulheres.

AMÉRICA LATINA AGRESSIVIDADE DOS IMPÉRIOS

Aos Estados Unidos recaem as responsabilidades pela tensão em que vivem os povos da América Central, sustentando política, financeira e militarmente um regime considerado intolerável pelo povo salvadoreño e buscando a desestabilização do regime sandinista na Nicarágua, que manteve sua pretensão em buscar um modelo alternativo de poder, inspirado na encruzilhada da tradição popular com a perspectiva da transformação social.

Honduras foi transformada em base de agressão contra a Nicarágua, um refúgio seguro para os "contras" e centro de esquema militar direcionado diretamente pelos estrategistas do Pentágono.

Em Granada, os EUA lançaram mão da política do "grande porrete", desembarcando fuzileiros navais e destituindo o governo local (1983).

Este tipo de ação, que muitos julgavam em desuso, foi retomado nos últimos dias da década com a invasão do Panamá.



Certos de sua "autoridade" como "policiais do mundo", os Estados Unidos intervieram na Bolívia e na Colômbia, a pretexto do "combate ao narcotráfico", cujas raízes estão no way of life norte-americano e não na América Latina.

Em 1982, outra intervenção do "Norte", desta vez do Reino Unido, por conta da demagógica ocupação do arquipélago gelado das Mal-

vinas pelos generais argentinos. Estes terminaram por saborear uma humilhante derrota frente ao leão britânico, que ainda dispõe de garras afiadas.

Sacrificado em um conflito para o qual não fora consultado, o povo argentino repudia o regime militar, levando ao poder Raul Alfonsín (1983), a quem deve-se o raro espetáculo de um poder civil levar à prisão

militares em débito com a nação.

Ao lado das agressões externas, a América Latina observou violentas comoções internas (grupo Sendero Luminoso, no Peru), assistiu a queda da ditadura Duvalier (Haiti, 1986), a "campanha do não" contra Pinochet (Chile, 1988) e a derrubada de Stroessner, no Paraguai (1989). Foram ditaduras que caíram pela impopularidade e ineficácia.

ÁFRICA

CONTINENTE EM EBULIÇÃO



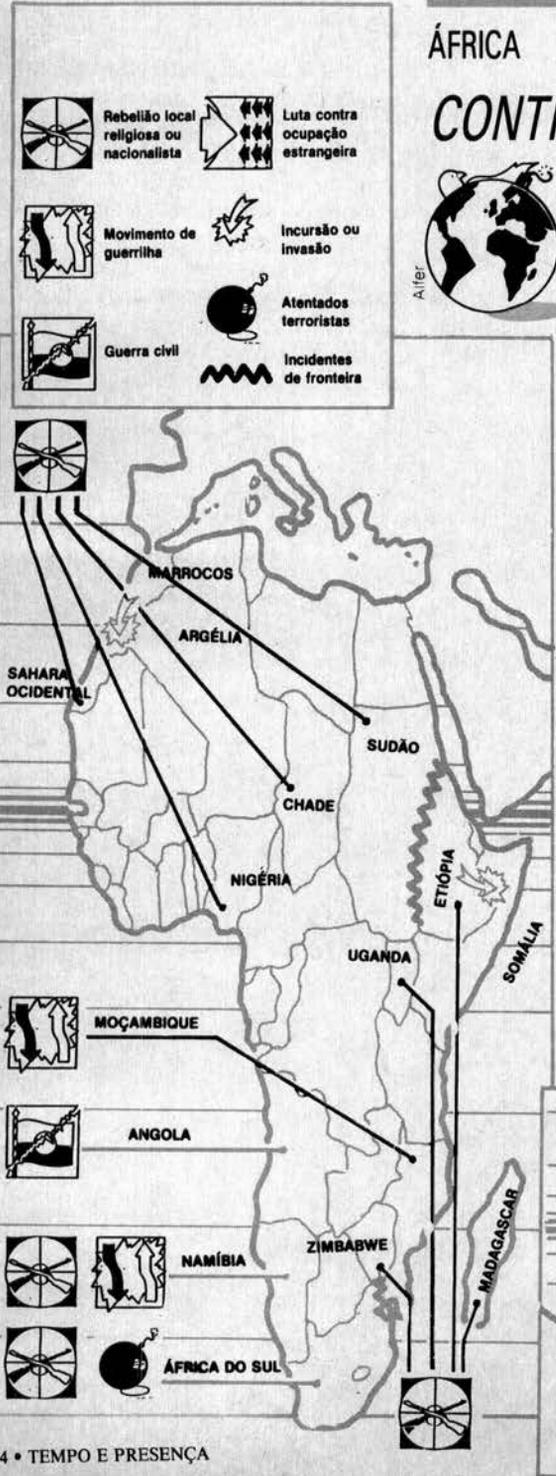
Ao lado de alguns conflitos localizados (Líbia/Tchad, Somália/Etiópia), na África Austral o regime racista de Pretória abriu espaços para algumas das piores manchetes da década: guerras de agressão desencadeadas contra Angola e Moçambique, tentativas de golpes de Estado (envio de mercenários para as Seychelles, 1981/82), a polêmica retirada da Namíbia e a violenta repressão contra a maioria negra do país, empurrada para territórios "independentes" (*bantustans*), não reconhecidos por nenhum outro país do mundo. Mobilizados contra a discriminação racial, os negros sul-africanos incorporaram em sua luta segmentos crescentes das demais comunidades em que o país foi dividido pelo *apartheid*; *coloreds* (mulatos), indianos, malaios, orientais e brancos anti-racistas. Esta luta ganhou apoio internacional pois está voltada contra um regime mundialmente detestado, levando a minoria branca ao desespero que desde 1980 (emancipação do Zimbábue, ex-Rodésia), está cercada de nações negras independentes. A derrota do *apartheid* torna-se uma necessidade, não só para os sul-afri-

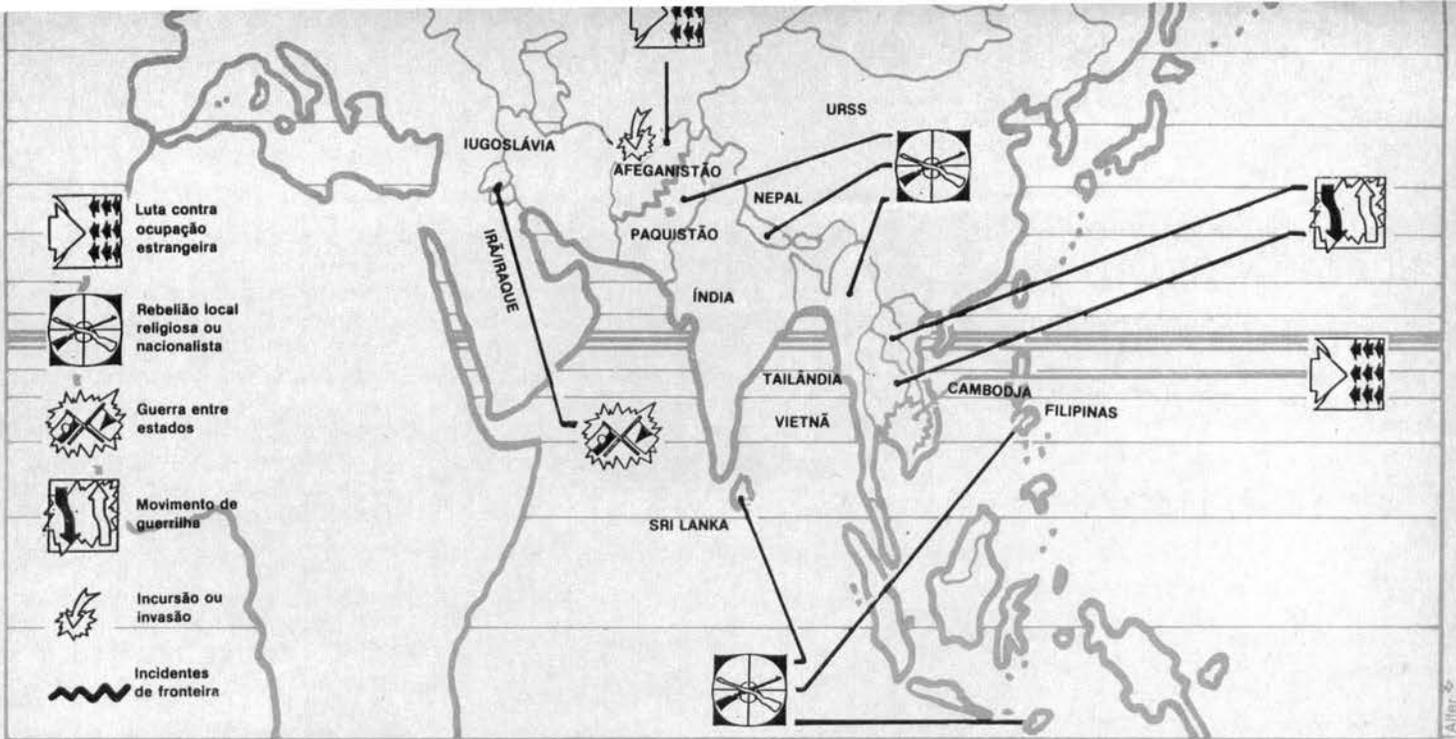
canos como um todo como para a própria humanidade, que não pode mais tolerar a perpetuação deste regime a poucos anos do século 21.

No Saara Ocidental, ex-colônia que o franquismo abandonou em favor do regime do rei Hassan do Marrocos, o povo saaraui levanta-se em armas contra a ocupação marroquina. Sob a liderança da Frente Polisário (Frente Popular de Libertação do Saquit El-Hamra e do Rio de Ouro), luta-se com o mais perfeito conhecimento do país, um vasto trecho do Saara continuamente açoitado pelos ventos, cujo subsolo esconde ricos depósitos de fosfato, tidos como dos mais ricos do mundo. As sucessivas vitórias políticas e militares da Polisário antecipam para esta década o desfecho final deste processo colonial, com a vitória do povo saaraui na conquista da autodeterminação nacional.

Ao lado do Saara e da África do Sul a Etiópia consistiu em outro foco de conflitos, onde uma guerra civil é agravada pela seca e pela fome. Movimentos autonomistas agitaram o Tigré, o Ogaden (com o apoio da Somália) e a Eritréia, onde as autoridades de Adis-Abeba, mesmo com o apoio cubano e soviético, não conseguiram esmagar o movimento de libertação mais antigo e mais organizado de todo o continente.

Ao lado da Etiópia, o Sudão, também devastado pela seca, pela fome e pela guerra civil — que, no caso, opõe o Norte (árabe-muçulmano) ao Sul (negro, animista e cristão) — um conflito cujas origens reportam ao antigo tráfico negreiro e ao colonialismo britânico. No Sudão, da mesma forma que em vários outros países africanos, luta-se ainda contra uma herança colonial que a "independência" não garantiu possibilidades de resolução.





ÁSIA ESPERANÇAS E INCERTEZAS

Subproduto da guerra do Vietnã, Camboja emergiu do pesadelo imposto pela ditadura Pol Pot, líder do Khmer Vermelho, movimento que massacrara milhões e reduziu o país a um primitivismo quase total, detido apenas por uma oposição que, auxiliada pela invasão vietnamita (1979), não compartilhava de sua re-leitura "progressista" do despotismo oriental. Derrotado, o Khmer Vermelho passou a uma incessante guerrilha contra o novo regime, mantendo o país em sobressalto por toda década.

Em Chipre, a solução militar imposta pela Turquia (que em 1974 invadiu a ilha para impedir a *enosis*, união com a Grécia) manteve a desunião do país, consagrada de forma quase irreversível pela proclamação da República Turca do Norte de Chipre (1983). Conflitos étnicos também agitaram o Sri Lanka (83/85), por conta das reivindicações autonomistas da minoria tamil, e o Tibet, "o teto do mundo", onde os protestos de 1987 deixaram claro o inconformismo da população local frente à ocupação chinesa. Na Índia, reivindicações autonomistas estiveram na origem do assassinato de Indira Gandhi (1984), perpetrado por extremistas da minoria sikh do Punjab, após

a invasão do Templo Dourado de Amritsar pelo exército indiano, determinado pela própria Indira.

No Irã, o surgimento do regime dos Aiatolás (1979) e a desorganização provocada pela queda de Reza Pahlevi animaram o Iraque a uma aventura militar, originando um dos mais sangrentos conflitos do século: um milhão de mortos e bilhões de dólares de prejuízos materiais ao cabo de oito anos de guerra (1980/88).

Em meio ao fogo cruzado desta guerra está o povo curdo, reprimido nos dois lados da fronteira em função do sonho em constituir o seu próprio Estado, aglutinando todos os curdos da região.

No vizinho Afeganistão, apesar da retirada das tropas soviéticas prossegue a guerra civil, onde se enfrentam uma guerrilha muçulmana fundamentalista (que domina a maior parte do território) e o governo central de Cabul, cujo projeto de transformações, distante do nível de consciência de seu povo, permite profetizar o seu fim em futuro próximo.

No Líbano, a antiga "Suíça do Oriente Médio", persiste a guerra civil detonada em 1975. Quatorze anos de guerra promovem uma clivagem de alto a baixo na sociedade do país, opondo classes sociais, etnias e religiões, esfacelando uma "unidade nacional" que nunca passou do papel e que deve ser retomada como um pressuposto para a paz.

A ferocidade deste conflito só é suplantada pelo conflito central do Oriente Médio: a guerra árabe-israelense. A década presenciou uma esca-

lada de horrores, que passou pelo massacre de Sabra e Chatila (1982) e pela repressão da "Intifada", movimento popular que luta pela instalação imediata do Estado Palestino em Gaza e Cisjordânia. Ao lado de manifestações de flexibilidade da OLP, que passa a reconhecer o legítimo direito de existência de Israel, a intransigência das autoridades israelenses, internacionalmente criticada. Esta crítica passa a incluir setores hegemônicos da influente comunidade judaica dos Estados Unidos, ao passo que no próprio Israel o Movimento Paz Agora leva multidões nunca vistas para as ruas do país na defesa dos direitos do povo palestino.

A década finda com a certeza de que o surgimento do Estado Palestino não pode mais ser postergado, sob pena de manter um perigoso foco de tensões no Oriente.

Sem destaque na imprensa internacional, o povo maubere, no Timor Leste, e os papuas, no Irian Ocidental, travam uma "guerra esquecida" contra o governo da Indonésia, a quem cabe o ônus de uma repressão silenciosa, um genocídio que ainda espera pelo julgamento da opinião pública internacional.

Ao lado de guerras civis e de ocupações estrangeiras, a Ásia viveu (e vive) momentos de esperança. Na década que finda caiu a veterana ditadura de Ferdinando Marcos, nas Filipinas (1986), e terminou o regime autoritário sul-coreano (1986), consequência direta do Levante de Kyongjiu (1980). Ainda assim, existe incerteza quanto aos rumos da Ásia.

EUROPA OCIDENTAL PELA PAZ, CONTRA O RACISMO



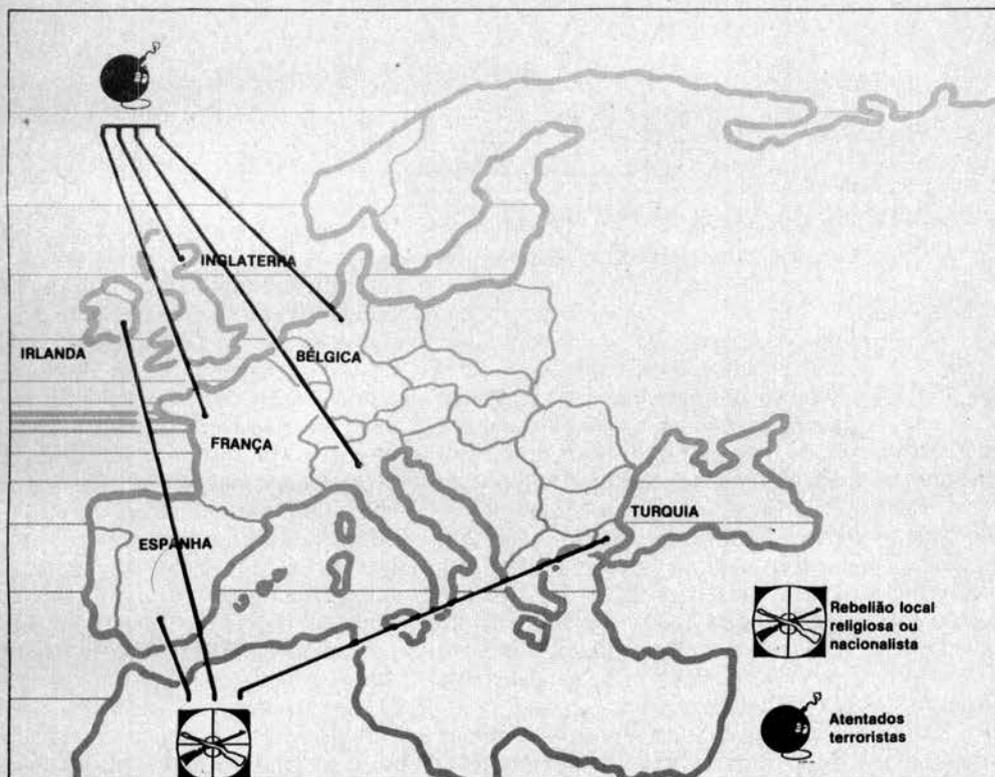
Multidões deram-se as mãos em nome da luta antiarmamentista contra a instalação de mísseis nucleares no solo europeu pela Organização do Tratado Atlântico Norte (Otan), procurando afastar a humanidade do pesadelo configurado no conflito nuclear. A distensão promovida por Gorbachóv, assimilando iniciativas concretas em prol da paz mun-

dial, constrangiu a administração americana a ceder, configurando os primeiros acertos visando o desarmamento nuclear que, embora de pequenas proporções, foi bem interpretado por um mundo cansado de gastos militares inúteis, que semearam ogivas nucleares por todo o globo.

É também na Europa que se trava dura luta ideológica contra o racismo. No Reino Unido, na França, na Alemanha Ocidental e nos demais países que acolheram trabalhadores imigrantes por ocasião do surto de expansão das econômicas ocidentais, minorias turbulentas retomam a bandeira do preconceito e da discriminação racial, objetivando a expulsão de milhões de argelinos, turcos, senegaleses, trabalhadores anteriormente convidados à participar (de forma desigual) em uma economia que agora os repele.

Ressurge o extremismo de direita, com o atentado à estação ferroviária de Bolonha (Itália, 1980), com os avanços eleitorais do neonazismo alemão e as cruéis teses revisionistas, que procuram demonstrar que os campos de concentração e de extermínio não passam de fantasia, uma mera peça de propaganda montada para desmoralizar, fraudar e mentir. Para estas teses, o assassinato de milhões simplesmente não aconteceu.

Assim, a luta contra o racismo deixa de ser uma luta do cotidiano. Trata-se também de manter a memória, que o neonazismo pretende exterminar.



A LUTA PELA PAZ É UNIVERSAL

A luta pela paz não é uma digressão intelectual ou um espaço para uma criatividade que não se explicita socialmente. É uma prática política em que reivindicações pelo desarmamento, harmonia entre os povos, reconhecimento do direito à diferença e de autodeterminação caminham juntamente com as demais lutas libertárias e democráticas em escala internacional. Assim, lutas particulares de solidariedade aos povos oprimidos subentendem uma dimensão universal, internacionalista, em que a defesa do particular reporta ao geral.

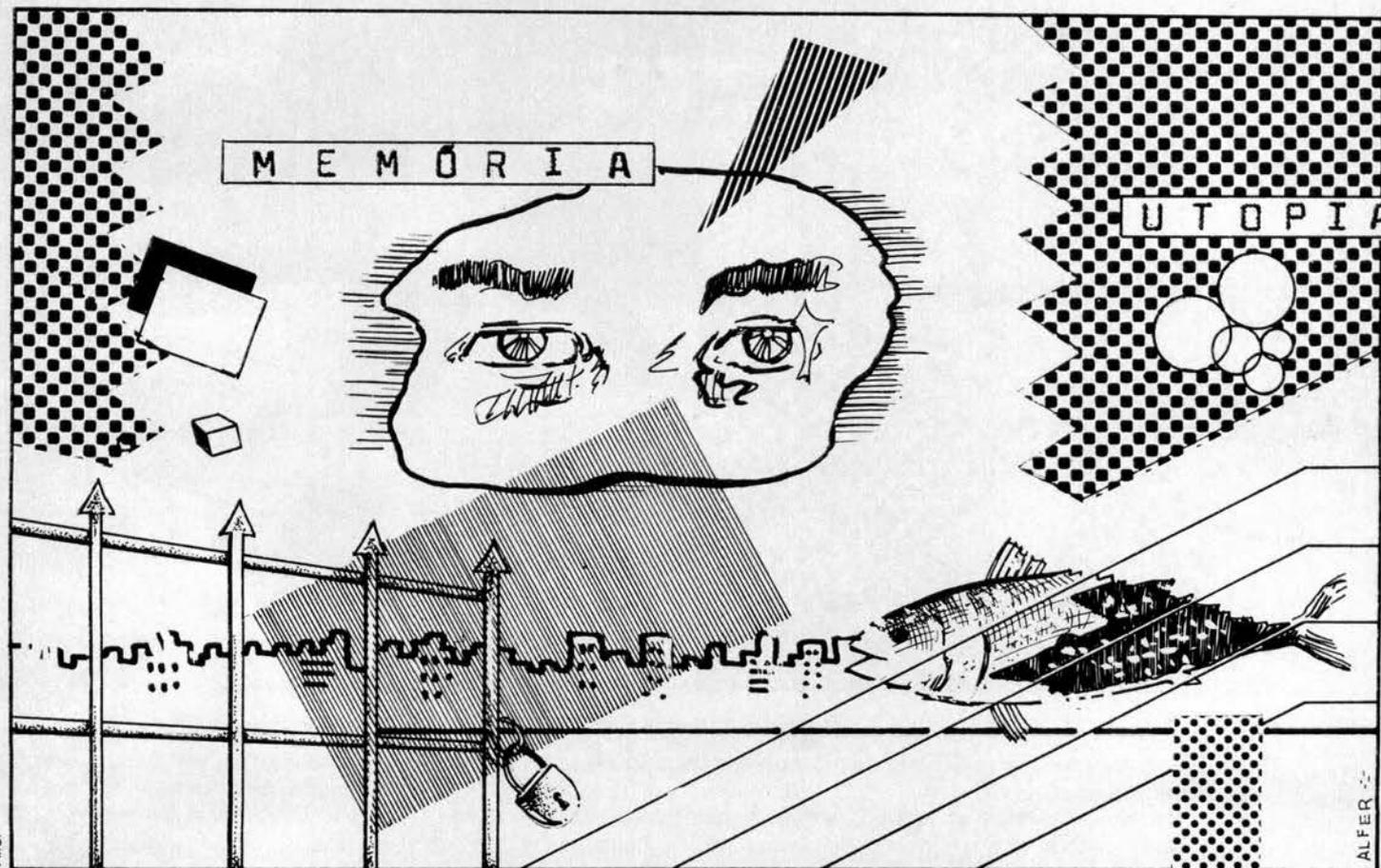
A distensão Leste/Oeste, ainda que positiva no contexto mais amplo, não é elemento único e exclusivo para uma ordem justa e solidária. Sem o devido reequacionamento das relações Norte/Sul, sem a revisão de um modelo de desenvolvimento que é incapaz de distribuir riquezas para todos e, com isso, marginalizando a grande maioria dos povos, injustiça, alienação, fome, miséria e guerras continuarão a existir.

A paz será inviabilizada caso continue a reprodução de modelos que, ao contaminar o meio ambiente e destruir as bases físicas da perpetuação da vida, estarão originando novos conflitos entre as nações pela disputa dos recursos disponíveis. A continuidade de processos produtivos acoplados a complexos industriais militares constituem uma ameaça permanente à causa da paz.

O desmantelamento de tais complexos, dos blocos militares e, no plano psicológico, a desmoralização de um falso conceito de segurança, baseado na "paz armada" ou no chamado "equilíbrio do terror", constituem premissas insubstituíveis para uma nova sociedade, acompanhada de justiça social e da compreensão de que vivemos todos no mesmo mundo, a "Nave Terra", cuja sobrevivência corre paralelamente ao desejo de contemplar igualmente todos os homens e mulheres e todas as formas de vida.

Maurício Waldman, sociólogo, geógrafo e militante ecologista, é sócio-fundador do Centro de Amizade e Solidariedade à República Popular de Angola — Associação Cultural Agostinho Neto.

MEMÓRIA E UTOPIA



Flávio Irala

“Amanhã, quando teu filho te perguntar: ‘Que são estes testemunhos e estatutos e normas que Iahweh nosso Deus vos ordenou?’, dirás ao teu filho: ‘Nós éramos escravos do Faraó no Egito, mas Iahweh nos fez sair do Egito com mão forte...’” (Dt 6,20-25)

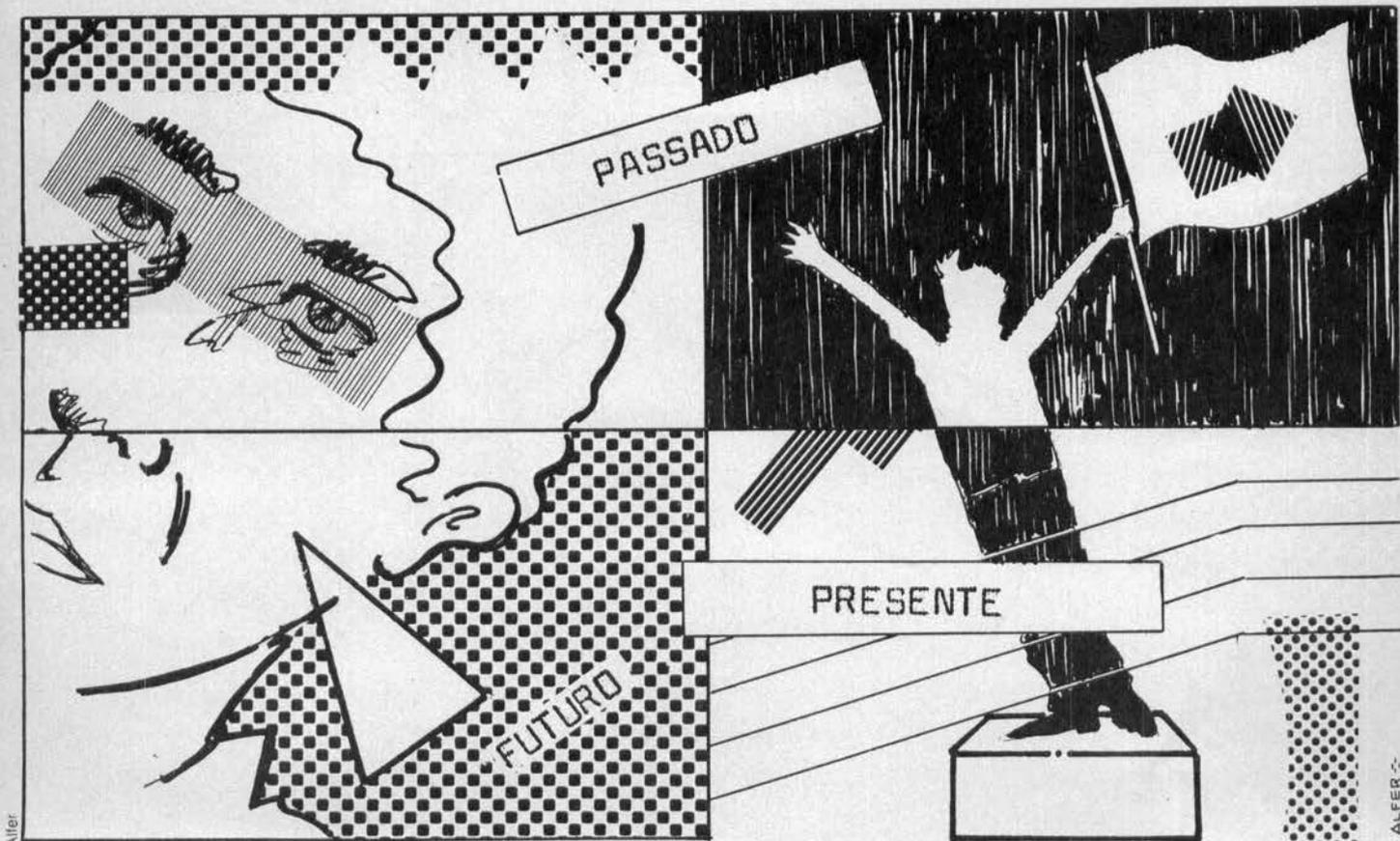
Memória e utopia caminham juntas. Ainda que o objeto de uma esteja no passado e o de outra no futuro, elas têm mais pontos em comum do que normalmente se percebe. Pode-se até dizer que os projetos utópicos têm um forte componente *regressivo*. Buscam a repetição de uma situação perdida no passado (sob novas condições, é claro). A memória é o meio que

traz o passado até o presente e o empurra em direção à novidade utópica.

Memória oral — A caminhada do povo de Deus se referencia sempre na memória. Do Êxodo do Egito aos êxodos atuais, esta tem sido um instrumento bussular para os passos concretos de libertação. A lembrança da saída do Egito em direção à terra prometida foi fundamental para a constituição do povo de Israel. Com a memória viva do Êxodo, os israelitas puderam interrogar-se sobre as razões dos seus descaminhos. Essa intenção regressiva estava na base do anúncio dos profetas. Isto é, Israel somente poderia cumprir sua vocação de povo de Iahweh se retornasse à tradição do Êxodo,

da qual havia se afastado. O passado lançava luzes para avaliação e crítica do presente, recuperando a dimensão utópica da “terra sem males” (Ex 3,8).

Os profetas, portanto, não surgiram do nada. Eles são frutos de uma longa tradição. Foram forjados num sistema educativo que oralmente passava de pai para filho a memória do pacto com Iahweh. No salmo 78 pode-se ver o processo didático que manteria viva a lembrança dos eventos fundantes de Israel. “O que nós ouvimos e conhecemos, o que nos contaram nossos pais, não o esconderemos a seus filhos; nós o contaremos à geração seguinte...” (vv. 3 e 4). E ainda: “Ele (Iahweh) firmou um testemunho em Jacó e colocou uma lei em Israel, ordenando a nossos



pais que os transmitissem aos seus filhos, para que a geração seguinte os conhecesse..." (vv. 5 e 6).

Os profetas caminharam decididamente na direção que esse processo educativo apontava. À luz da afirmação central do credo histórico de Israel (Ex 20,2; Dt 5,6), fizeram uma leitura crítica da história, retirando dela conseqüências para a vida do povo.

Desmemorialização — Nos dias de hoje tem sido cada vez mais necessário estreitar a relação memória-utopia. O desafio é difícil. Tanto quanto foi o dos profetas. Embora não se possa negar que a situação atual seja muito diferente. Afinal, nossas sociedades são multifacetadas e complexas, carregando em si ambigüidades inimagináveis naqueles tempos. E por menos que queira, o povo acaba incorporando ao seu cotidiano todas essas características.

Um caso próprio do nosso tempo é o processo de desmemorialização promovido pelos meios de comunicação de massa, cujo maior artifício é a Rede Globo. Pode até parecer *déjà vu* fazer tal crítica, mas o papel

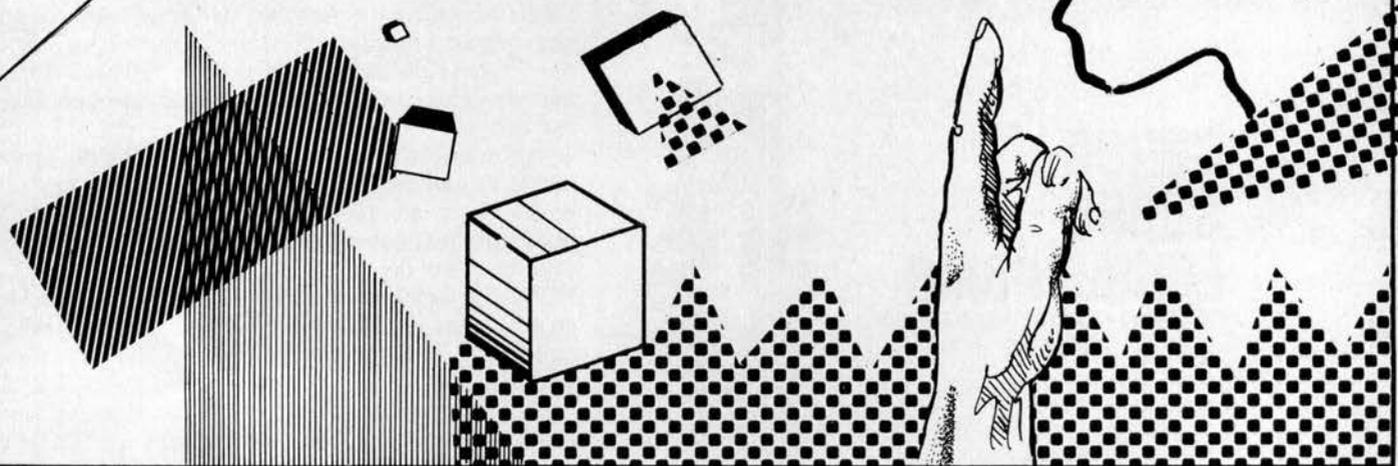
que exerceram nas últimas eleições mostra o contrário. E o processo encontra sua força não apenas na orientação política que têm esses meios ou na leitura intencionalmente parcial que fazem dos fatos, mas na própria cumplicidade do telespectador. Nas mais simples e pequenas coisas que deixa de fazer para ficar em frente à telinha. Com certeza, a prática educativa familiar do povo de Israel teria poucos adeptos nos nossos dias por absoluta "falta de tempo". Ou seria de tal forma fragmentada para caber nos intervalos dos comerciais.

O biblista Marcelo de Barros publicou, em meados dos anos 80, um belo livro que corre o sério risco de ter seu nome obsoleto: *Nossos pais nos contaram*. Na verdade, os pais têm contado muito pouco. As pessoas têm se falado quase nada. Por uma série de razões, entre elas o difundido e cativante "plim-plim" da Globo. Isso acaba criando um círculo vicioso que parece cada vez mais difícil de ser superado. Onde não há diálogo, não há memória, não há sonho, nem utopia.

Alternativas — Há contudo espaços alternativos, em que a memória popular se reacende e retoma a capacidade de iluminar utopias: CEBs, sindicatos, partidos, associações e entidades. Com maior ou menor força, dependendo do caráter democrático-popular que cada-uma adquire, essas instâncias têm sido uma contrapartida ao poder desmobilizador dos meios de comunicação social. Nelas a história é vista e contada dentro de uma nova perspectiva, em que as lutas contra a dominação, a injustiça, o autoritarismo político etc. não são vistas de forma episódica e personalizada, mas como parte de um processo — cheio de idas e vindas, portanto dinâmico — de organização popular.

Em muitos momentos da construção desses espaços alternativos, a proximidade e identificação são tão grandes que tem-se a impressão de poder reprisar o método educativo de Israel. A memória da caminhada tende a tornar-se um saber verdadeiramente popular. Começa a ser chave de interpretação da realidade que vivem seus atores. Com isso,

Onde não há diálogo, não há
memória, não há sonho,
nem utopia.



os mecanismos de dominação ideológica perdem sua eficácia e o comunitário assume proporções decisórias.

Eleições — É claro que esses espaços representam o lado progressista da sociedade organizada. Que é minoria. As recentes eleições presidenciais indicaram que a maioria da população ainda está desmobilizada. Não apenas porque elegeu o candidato do poder econômico, mas exatamente pelo pasmo e pela letargia que tomaram conta do país após a confirmação da sua vitória.

As explicações são muitas. Análises políticos arriscam que grande parte dos votos em Collor foram “votos envergonhados” e indecisos, indicativos de parcelas desorganizadas da população. Com isso, a tentação primeira foi de tirar do baú uma antiga canção de Ivan Lins e Vitor Martins: “Nenhuma esperança à vista, não haverá mais conquista...”. Logo depois, cabeça fria, foi possível ampliar o horizonte da avaliação. E viu-se que nunca tinha-se avançado tanto.

Pela primeira vez na história do país houve a possibilidade real de

eleição de um presidente decisivamente comprometido com as classes populares. Viu-se também que esse avanço foi consequência de outros avanços ao longo desses anos. Assim, pôde-se até contabilizar com tranquilidade perdas imprevistas e indesejadas, como a dos possíveis aliados da causa popular que se mostraram demasiadamente ambíguos no momento de decisão.

Lição de Israel — Ao longo dos séculos surgiram muitos projetos utópicos. Nada mais certo que em situações político-sociais adversas a utopia se apresente como uma vontade de ruptura. O horizonte utópico torna-se alternativa ao ceticismo, ao desânimo, ao descrédito. É claro que isso não ocorre sem riscos de simplificação e sem impasses. Até semânticos. A verdade, contudo, é que a atitude utópica tem alimentado a luta cotidiana pela transformação da sociedade.

Ac mesmo tempo que revitaliza a caminhada histórica em direção a *ainda-não*, a atitude utópica questiona e relativiza os próprios proje-

tos. As mudanças no socialismo real que o digam. Isso realça ainda mais a importância da memória. Ela nos instrumentaliza na tarefa de ampliar o raio de ação, retomar motivações e dar concreticidade às avaliações do processo. A lição do povo de Israel ainda vale. Se já não é possível repetir seu método educativo, pelo menos deve-se buscar outros que se adequem à nossa realidade e atendam às necessidades da organização popular.

Conhecer a história da caminhada é fundamental para evitar as mesmas armadilhas e erros. A construção de uma sociedade justa, democrática e fraterna em negação ao sistema de dominação demanda uma capacidade de discernir “os obstáculos e as possibilidades de organização da esperança”. Essa capacidade tem que ser socializada até as últimas consequências. Do contrário, se torna um jogo de elite. E isso nós já sabemos no que vai dar...

Flávio Irala, pastor anglicano, é editor de arte e secretário de redação de *Tempo e Presença*.

CESEP REALIZA EM JULHO CURSO SOBRE ECUMENISMO



**CURSO
SOBRE
ECUMENISMO**
SÃO PAULO - 3 A 13 DE JULHO DE 1990

INFORMAÇÕES

**CENTRO ECUMÊNICO DE SERVIÇOS
À EVANGELIZAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR**
Rua Prof. Sebastião Soares de Faria 57 - 8º and - 01317 - Bela Vista - São Paulo - SP - Tel. (011) 284-6299
ENDEREÇO POSTAL: Caixa Postal 65031 - 01321 - São Paulo - SP - Brasil



A segunda edição do curso sobre ecumenismo promovido pelo Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular (Cesep) este ano será em São Paulo, de 3 a 13 de julho. O curso está organizado em quatro blocos: a situação ecumênica, com assessoria de Julio de Santa Ana e Antônio de Gouvêa Mendonça; a convocação bíblica, com Marcelo Barros; as respostas das igrejas e do povo de Deus, com Gerhard Tiel; e sinais de unidade e renovação, assessorado por José Oscar Beozzo.

As inscrições devem ser feitas através do preenchimento de uma ficha que deve ser solicitada e encaminhada ao Cesep até 10 de abril. Há 45 vagas. Caso haja mais inscritos, haverá uma seleção feita pela coordenação. O custo do curso, em período integral, é de 50 BTN's, já incluídas hospedagem e alimentação. Estão credenciadas a participar lideranças locais e regionais que atuam como agentes multiplicadores. Podem ser leigos ou clérigos.

Apóiam a realização do curso sobre ecumenismo as seguintes entidades: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai/Brasil), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), Movimento de Fraternidade de Igrejas Cristãs — Comissão de Ecumenismo e Diálogo Religioso da Arquidiocese (Mofic/Cedra) e CEDI.

Maiores informações podem ser obtidas através da Caixa Postal 65031, cep 01321, São Paulo, SP ou pelo telefone (011) 284-6299.



LEIA E ASSINE TEMPO E PRESENÇA

Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação mensal voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

Assinatura anual: NCz\$ 150,00
Assinatura de apoio: NCz\$ 200,00
Exterior: US\$ 30

Preços válidos até 31 de março de 1990

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI.
Av. Higienópolis, 983 - cep 01238 - São Paulo SP

A DIREITA CONTINUA NO JOGO

O JOGO DA DIREITA

René Dreifuss

Vozes, Petrópolis, 1989, 294 páginas,
16x23 cm

Rafael Soares de Oliveira

Quem procurou avaliar nos últimos anos, particularmente esses tempos de “abertura”, as várias conjunturas que se descortinaram, teve a virtual impressão de que a direita esteve desarticulada. A onda corporativa parecia tomar conta de todas as situações. Nesse final de década novas evidências apontaram que, se houve momentos de corporativismo, o “jogo da direita” se deu na direção de sua própria articulação. Não foi à toa que se chegou à organização oficial, em fevereiro de 1989, do Movimento de Convergência Democrática (MCD), quase como um “Estado-maior” orientador das ações políticas gerais da direita pró-eleições presidenciais; tal qual o Ipês na era de 64.

Exemplo claro de uma ação concatenada e coordenada se verificou nos últimos lances eleitorais de 1989, tais como a farsa da Fiesp versus Collor.

Como se chegou ao estado atual de articulação da direita? A partir de que atores principais? Sob que “eixos de poder” entre esses atores? Quais as etapas táticas cumpridas e quais os “pivôs” de aglutinação e enfrentamentos em questões específicas? Como se articularam e quais as “frentes” de alianças em torno de temas comuns?

Em seu último livro, René Dreifuss procura desvendar essas questões, reconhecendo o contexto das relações entre classes dominantes e Estado a partir da República — uma relação de apropriação da coisa pública como privada e estruturada para serviço aos inte-



resses das elites — e as consequências disso para a construção de cidadania das “camadas subordinadas” da população:

“É essa contraditória miscelânea de posturas e valores políticos, culturais e ideológicos — que faz do brasileiro um raro espécime conservador-vanguardista; moralista-libertino; militante-apático; reacionário-avançado — que permite vôos em direção a ideais coloridos pela novidade, inconsistência e pela falta de compromissos ostensivos (...)”.

Ao trabalhar todos os dados do complexo “jogo” a partir da imprensa, sem documentos sigilosos ou de “bastidores” inacessíveis ao leitor comum, Dreifuss objetivou levar esse leitor ao hábito de “(...) também ele juntar as notas, analisar e refletir. Afinal já não vivíamos sob o tacão da censura. A imprensa chamada ‘burguesa’ — diversificada e competitiva — fornecia uma larga colcha de notícias, suficientemente conflitivas para aguçar nossa capacidade de tirar conclusões.”

O texto vai construindo de modo crescente o que hoje constitui a “grande política”, ou seja, as estratégias mais gerais, da direita; um trabalho minucioso de “(...) 75 mil páginas de jornais e revistas (...)” processadas.

Primeiramente, o autor determina os componentes da “sociedade política dominante”:

“— As Forças Armadas, por sua natureza de *sociedade política armada* (...)”.

“— O governo, que por sua absorção do Estado e dos recursos de ação da máquina gerencial se perfila como um *sistema de atuação estatal* (...)”.

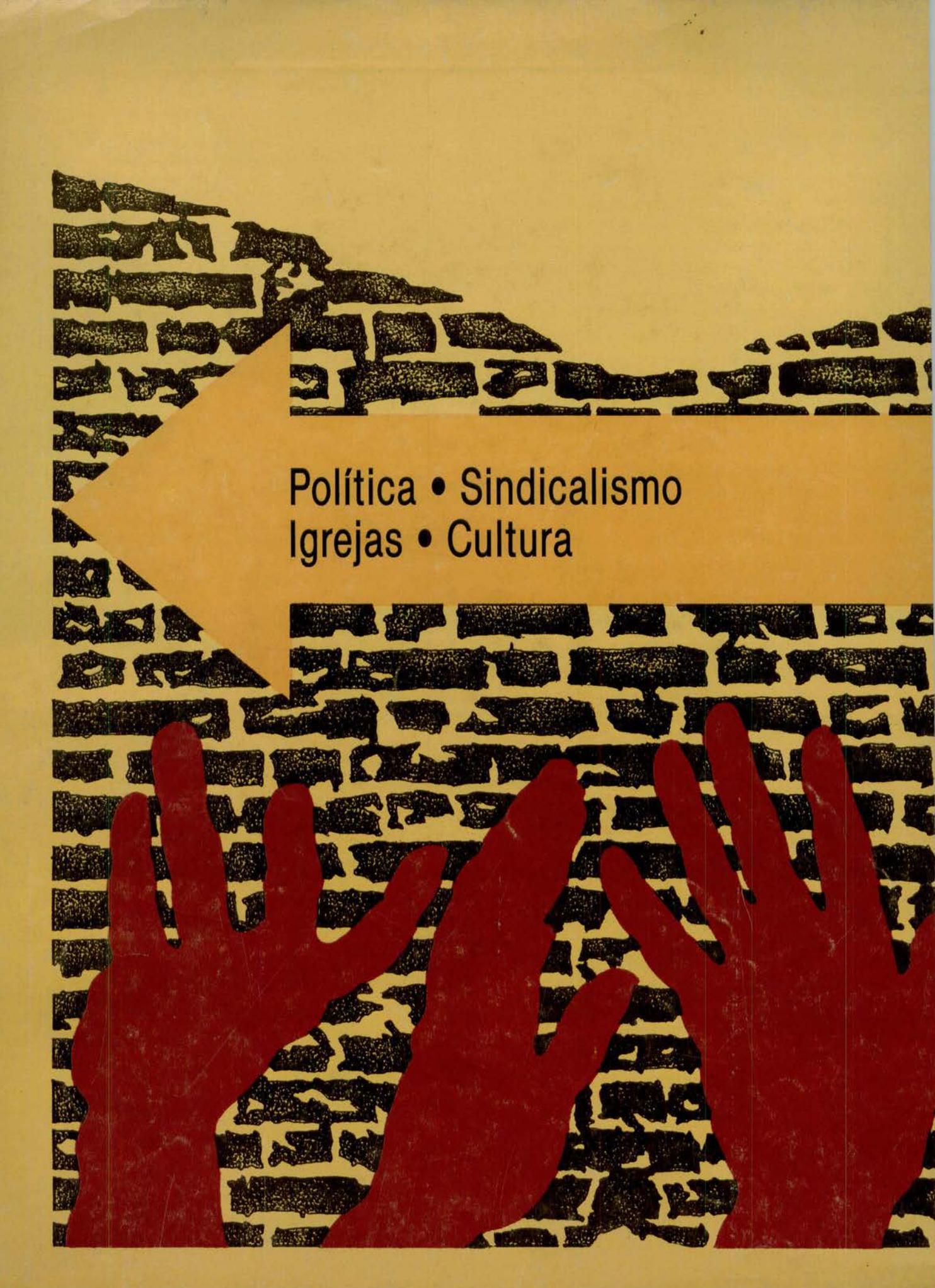
“— O empresariado, por seu caráter de classe, isto é, por sua autoconsciência coletiva, pelo discernimento claro de seus interesses de conjunto não-negociáveis e de suas necessidades fundamentais (...)”.

E verifica que para a manutenção da hegemonia social e benesses do Estado era necessário às elites adaptarem-se aos tempos de abertura. As influências de gabinete e personalizadas não eram mais suficientes. Era preciso uma recomposição e consolidação internas aos próprios grupos dominantes e uma ação externa de expansão de influência e capacidade de persuasão sociais.

O leitor terá acesso à dissecação de movimentos e organismos como a União Democrática Ruralista (UDR); União Brasileira de Empresários (UBE); Instituto Liberal; e outros, representando áreas de interesses específicos ou centros de formação das elites para os novos tempos. E, também, ao processo de formação de “frentes” aglutinando organismos e ampliando a concepção de uma ação integrada da direita.

O clímax do “jogo” se deu de fato em 1989. É aí que o autor destaca as composições e lances em torno das eleições presidenciais, notoriamente estimuladas pelo susto das eleições municipais de 1988, quando PT e PDT despontaram como candidatos com chance à sucessão. O protagonista principal dentre os “Estados-maiores” em 1989 foi, sem dúvida, o MCD que, praticamente, centralizou o comando da ação geral, particularmente no segundo semestre, visando não só as eleições, mas já antevendo cenários adversos e precisando projetos políticos adequados e programas de governo.

Rafael Soares de Oliveira é integrante do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.



Política • Sindicalismo
Igrejas • Cultura